

CANDIDO DE FIGUEIREDO

A ORTOGRAFIA NO BRASIL

(A PROPÓSITO DA REFORMA ORTOGRÁFICA
VOTADA PELA ACADEMIA BRASILEIRA)

HISTÓRIA E CRÍTICA



LISBÔA

LIVRARIA CLÁSSICA EDITORA

A. M. TEIXEIRA & C.^{TA}

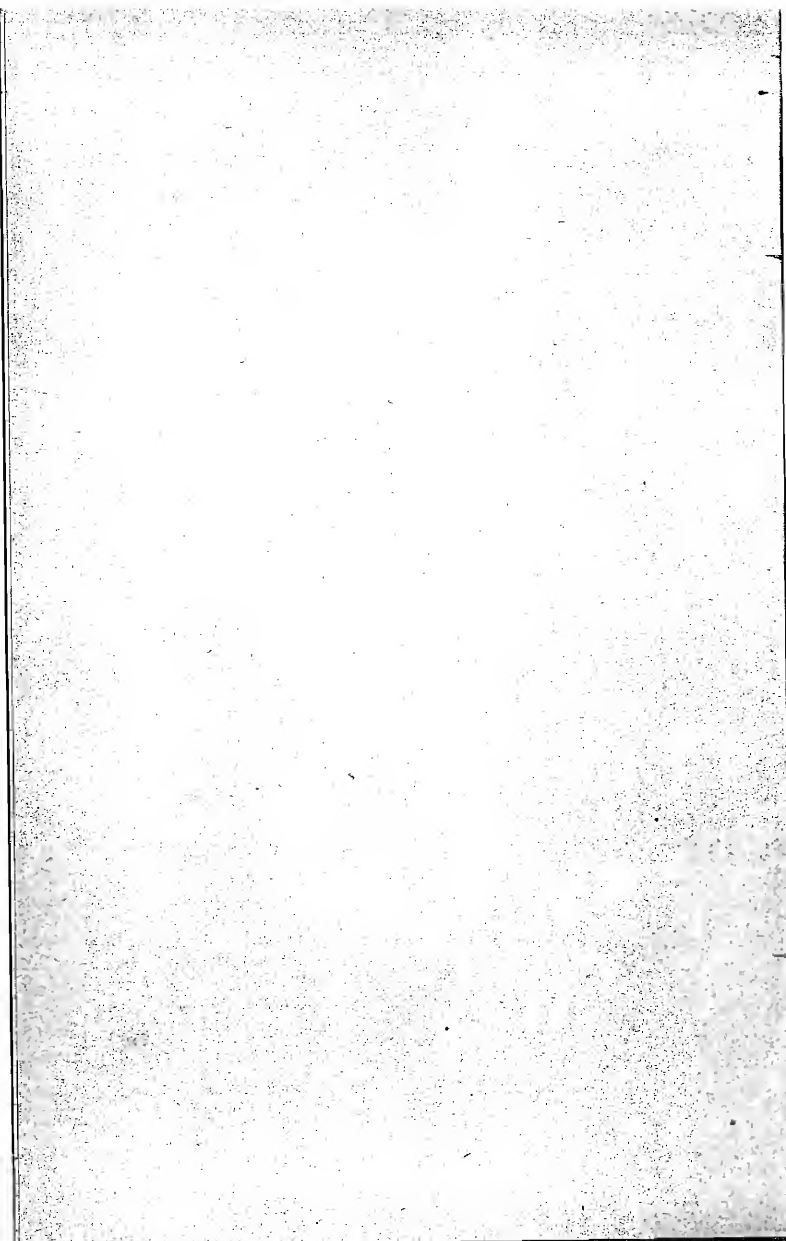
20 — Praça dos Restauradores — 20

1908

Typ. a vapor da Empresa Litteraria e Typographica
178, Rua de D. Pedro, 184 — Porto

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA DOCUMENTADA



PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA

Com surpresa de muita gente, sobretudo da que vê nas Academias literárias um sustentáculo da rotina ou dos usos consagrados, bons e maus, foi apresentado na Academia Brasileira, em Abril de 1907, o seguinte projecto, que, na sua generalidade, representava, como se viu depois, o voto de um importante grupo de académicos:

Considerando que ha toda a vantagem em reformar, simplificando-a, a orthographia portugueza; que essa reforma, reclamada e executada em outras linguas, mais necessaria é ainda na portugueza, onde não ha auctoridade nem tradição alguma que regule o assumpto;

que a Academia Brasileira de Lettras dá bem a noção de quanto o problema é urgente, porquanto só no seu titulo ha duas palavras de orthographia duvidosa e não se encontram dous dos seus membros que graphem as palavras do mesmo modo ;

que até a palavra Brasil figura mesmo em moedas, sellos, notas do Thesouro e documentos officaes, ora com s, ora com z, podendo-se dizer que o Brasil é a unica nação civilisada que não sabe escrever o proprio nome ;

que a possibilidade de reforma, mesmo que esta fosse radical, já chegou a ser demonstrada pelo que têm feito academias e governos estrangeiros e nomeadamente a Academia Hespanhola, que dotou a lingua castelhana com a orthographia mais racional que existe ;

que essa possibilidade é tanto mais facil de comprehender quanto a orthographia de qualquer lingua é sempre puramente convencional : é mesmo de todas as linguas a unica parte que só depende de convenção ;

que qualquer reforma a tentar não póde ser esperada só dos eruditos, porque fazendo o estudo das aberrações da graphia através de seculos e seculos, acabam por se affeiçoar a ellas e por pedir, em nome da tradição, que sejam mantidas ;

que, por mais veneraveis que sejam essas tradições, convem não esquecer que o numero de seculos já passados é de certo inferior ao dos que têm de vir ;

que precisamente o caso da Academia Hespanhola deve ser citado para nós com tanto maior razão quanto o hespanhol é anterior ao portuguez, que d'elle se destacou, e se aquella Academia poudeser fazer a reforma para a lingua hespanhola não ha razão para que não a possamos fazer para a portugueza ;

que para a quasi totalidade dos homens a lingua é pura e simplesmente um meio de aquisição de conhecimentos. Um meio e não um fim. Só para os que se dedicam á philologia ella constitue o estudo essencial ;

que, quando a massa de noções, cujo conhecimento se vai tornando indispensavel a todos os homens, cresce de dia para dia, é necessario alliviar o trabalho das gerações que nascem, e o egoismo dos que possuem a erudição esteril das subtilezas orthographicas não deve embaraçar esse progresso ;

que para desenvolvimento do nosso paiz o caso tem tambem uma importancia especial, porque o Brasil é um paiz de colonisação, que cada vez attrahirá mais rapidamente maiores quantidades de colonos estrangeiros e para que, na composição com outros idiomas, o nosso consiga triumphar é preciso que elle compense pela sua simplicidade a inferioridade numerica em que podem facilmente se achar os brasileiros de origem portugueza ;

que não é razoavel em qualquer reforma fazer regras que appellem para o conhecimento de linguas estrangeiras, porque uma lingua se deve bastar a si

mesma. E' absurdo querer que para conhecê-la seja preciso começar conhecendo outras, que por sua vez só podem ser estudadas depois que o individuo conhece a propria. Ha nisso um circulo vicioso, que esquece que a maioria mal pode aprender a propria lingua, o que torna preciso, já que a orthographia não passa de um systema de convenções, que essas convenções sejam simples e logicas;

que, do contrario, para se saber qual a orthographia das palavras, só o conhecimento especial de uma por uma dará a certeza da boa escripta, o que torna a escripta da lingua portugueza quasi tão difficil como o conhecimento de uma lingua ideographica, em que cada palavra tem uma representação propria:

que o ideal em materia de orthographia é que cada som seja sempre representado pelas mesmas letras e cada lettra represente sempre o mesmo som;

que, entretanto, para não chegar aos exaggeros da graphia rigorosamente sónica, que teria de attender até mesmo ás variações dialectaes, é necessario partir de uma dada pronuncia e essa deve ser para o Brasil a das suas classes cultas;

que não é possível achar uma orthographia conciliadora, capaz de representar simultaneamente a pronuncia portugueza e a brasileira, cujas differenças já são grandes e tendem a crescer de dia para dia;

que, nesse caso, nem é possível, nem ha razão.

para que vinte milhões de brasileiros se dobrem aos hábitos de prosodia de cinco milhões de portugueses cuja pronúncia aliás diverge profundamente de provincia para provincia;

que nem mesmo a allegação de que devemos respeitar as tradições é justa, porque, em primeiro lugar, esse é um argumento para eruditos e a lingua é feita pelo povo e para o povo; em segundo lugar, a prosodia portugueza actual evolue de um modo distincto da nossa e já não é a mesma que no tempo em que o Brasil deixou de ser colonia;

que a idéa de fazer a evocação pittoresca das cousas pelo modo de escrever as palavras, descobrindo a fôrma dos *lyrios*, no *y* que figura nesse vocabulo, a do cajado dos eremitas no *h*, com que outr'ora se escrevia *hermitão* e em exemplos análogos, é uma fantasia litteraria, só e unicamente uma fantasia; como argumento não pôde ser tomado a sério, porque nunca ninguém se lembrou de dizer que a palavra, ou fallada ou lida em voz alta, tivesse um poder evocativo inferior á palavra escripta, e na palavra fallada ninguém indica a fôrma das letras, com que ella se poderia escrever;

que, fazendo para seu uso pessoal uma reforma orthographica, a Academia não se deve preocupar com a sua diffusão, faltando-lhe auctoridade para impol-a; deve, porém, fazel-a em taes condições de simplicidade que a todos se apresente como a solução mais facil;

que, entretanto, como seja difficil aventurar

uma reforma radical da orthographia, vale a pena tomar sómente o partido de começar por um certo numero de alterações, que por si mesmas se justifiquem e preparem a adopção de outras:

que não se trata nas modificações adeante propostas de resolver todas as difficuldades da lingua, mas sim de eliminar algumas dellas, não pelo estudo de casos particulares, mas por meio de regras simples, claras e logicas;

que, portanto, não é licito criticar as modificações propostas, lembrando os illogismos que ellas deixam permanecer, pois que não se trata de fazer uma reforma integral: desde que essas modificações não introduzem nenhuma nova difficuldade e, pelo contrario, cada uma remove uma vasta categoria dellas, o seu fim está preenchido;

que dessas regras deve fazer parte a suppressão da letra *k*, que figura num reduzido numero de palavras e é perfeitamente inutil, porque o som por ella traduzido é tambem representado pelas letras *c* e *qu*, havendo assim tres formas para o mesmo som;

que o *h* mediano tambem é inutil, salvo nas formas *ch*, *lh* e *nh* em que forma com as letras anteriores consoantes palatinas;

que o *h* inicial não é menos inutil; mas a sua suppressão alteraria profundamente o aspecto da escripta corrente, porque o numero de palavras que começam por *h* é de perto de 2.000, entre as quaes ha algumas de uso constante, como o verbo

haver, os advérbios *hoje* e *hontem*, os substantivos *homem*, *humanidade* e outros;

que não ha contradicção em supprimir o *h* mediano e deixar o inicial, porque não se trata de fazer uma reforma completa da orthographia. O que se quer é, tomando como base a orthographia corrente usual, fazer nella um certo numero de modificações, que sejam logicas e uniformes. Ora, a regra: «*ficam supprimidos todos os h h medianos de todas as palavras, salvo quando junto a c, l ou n tenham o valor de consoantes palatinas*», é uma regra que resolve todas as difficuldades sobre o emprego do *h* no meio das palavras, ficando entendido que o som do digramma *ph* se representará pela letra *f*;

que a suppressão das lettras geminadas e nullas é uma reforma facilmente acceita;

que o emprego do *s* entre vogaes com som de *z* não se justifica, havendo no alphabeto a letra *z* que tem um som constante, ao passo que a pratica corrente dá ao *s* dous sons diversos, sem necessidade alguma, quando cada uma dessas lettras se póde especialisar na representação do som que lhe é proprio;

que é, de facto, absurdo que sendo o *z* representação de um som sempre o mesmo, característico e inconfundivel, se peça a outra letra que, além do seu proprio, represente tambem o som por elle representado;

que accresce notar que o *z* é uma letra muito

menos empregada em portuguez do que o *s*, bastando pensar que o mais completo dos dictionarios portuguezes menciona 430 palavras começadas por *z* e 6.162 por *s*, tornando ainda menos razoavel que, por assim dizer, se tire do *z* parte do unico serviço que lhe incumbe, para constringer a elle outra letra já sobrecarregada com grande serviço proprio;

que a reforma proposta está inteiramente dentro do ideal orthographico «*cada som uma letra, cada letra um som*»;

que o *s* é uma letra que, em parte entra em conflicto com o *c*, em parte com o *z*: ao menos é util eliminar uma dessas causas de confusão;

que não é possivel distinguir as palavras que devem ter *s* entre vogaes ou *z*, sinão por meio de regras que façam appello ao latim;

que, todavia, o *s* entre vogaes com o som de *z* não se justifica nem mesmo pela razão etymologica, porque o *s* dos latinos tinha sempre o mesmo som quer estivesse, quer não entre vogaes;

que o som brando do *g*, equivalendo inteiramente ao do *j*, por este deve sempre ser substituido, lucrando-se assim a especialisação do *g* e do *j*, cada um representando sempre em todos os lugares o mesmo som;

que sendo rarissimas as palavras que começam por *ç*, letra que o uso tem substituido por *s*, vale mais a pena adoptar sempre a ultima graphia, de um modo geral;

que a dificuldade mais importante, em todas as reformas orthographicas, é unicamente a falta de habito; mas, ao lembrar que ha menos de um seculo atrás, se escrevia *phtysica* em vez de *tisica*, sente-se bem que os novos habitos se adquirem rapidamente;

A ACADEMIA BRASILEIRA resolve:

que em todas as suas publicações officiaes se adopte a orthographia usual, tal como a consigna o Dictionario de Candido de Figueiredo, feitas nella as seguintes alterações:

a) tomando-se por base a boa pronuncia e para esse effeito especial considerando-se boa pronuncia a das classes cultas como fôr fixada pela Academia, — sempre que houver mais de uma graphia para a mesma palavra, preferir-se a que se approximar melhor da referida pronuncia:

b) supprimir em absoluto o *y*, o *w*, o *h* mediano, salvo depois de *c*, *l*, e *n*, quando lhes dá o valor de consoantes palatinas e o *k* substituído por *c* antes de *a*, *o*, e *u* e por *qu* antes de *e* e *i*;

c) substituir *ph* por *f*, *ch* com som de *k* por *qu* ou *c* e o *x* por *cs* por *s*, por *ss* ou por *z* sempre que tiver o som dessas letras, mantendo-lhe apenas o de consoante palatina que tem em *zarque*, *cairel* e outras analogas;

d) supprimir todas as consoantes geminadas, com excepção de *rr* e *ss*, nas palavras em que são empregadas;

e) supprimir todas as consoantes nullas;

f) substituir por *z* a letra *s* que tiver o som daquella letra, como acontece entre vogaes;

g) substituir por *j* a letra *g* sempre que tiver o som daquella letra;

h) substituir sempre por *s* o *ç* inicial, e em todos os casos em que a graphia tenha admittido no meio das palavras, ora o *ç*, ora o *s*, preferir o *s*;

j) excepção feita dos pronomes pessoaes, marcar sempre os finaes agudos do singular em *ez*, *iz*, *oz*, *uz*, com *z*, reservando o *s* unicamente para os pluraes das palavras terminadas em *á*, *é*, *í*, *ó* e *ú*.

Sala das sessões da Academia Brasileira, em 25 de abril de 1907.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE.

*

O projecto foi calorosamente discutido em várias sessões da Academia, e eis o extracto, que lemos num periódico, de uma das mais importantes dessas sessões:

A Academia de Lettras tornou hontem a reunir-se para tratar da questão da simplificação da orthographia, — do projecto Medeiros e Albuquerque.

As 4 ¹/₂ estavam presentes os academicos Machado de Assis, Arthur Azevedo, Salvador de Mendonça, Mario de Alencar, Lucio de Mendonça, Souza Bandeira, Euclides da Cunha, João Ribeiro, José

Verissimo, Inglez de Souza, Silvio Romero, Medeiros e Albuquerque.

Eram 12; mais dous que nas sessões passadas. Aquillo ia sendo tomado mais a serio.

Foi ás 4 1/2 que o Sr. Machado de Assis declarou aberta a sessão.

Lida a acta, o Sr. Salvador de Mendonça declarou que tinha a apresentar um substitutivo ao projecto Medeiros e Albuquerque.

Era este:

Substitutivo

«No intuito de manter a pureza da lingua vernacula e pôr ordem em sua graphia, propomos, como substitutivo ao projecto apresentado pelo Sr. Medeiros e Albuquerque, o seguinte:

A Academia Brasileira de Lettras resolve:

Art. 1.º Constituida em commissão geral com por um dictionario etymologico da lingua portugueza, que será usado em suas publicações officiaes.

Art. 2.º Recommendar desde já as seguintes regras orthographicas:

1.ª Escrever as syllabas breves em *ão* com *am* e as longas com *ão*: v. g. *Christoam*, *orgam*, *estavam* e *João*, *louvarão*, *estarão*.

2.ª Escrever as syllabas breves em *ã*, com *an* as longas com *ã*; v. g. *iman*, *firman*, *orphan*, e *irmã*, *manhã*, *allemã*.

3.ª Escrever com *u* todos os ditongos até agora

escriptos com o; v. g. *Macau, sarau, marau, chapu, judeu, perdeu, sahü, deixou.*

Escrever igualmente com u os vocabulos *Deus, ceu, meu, teu, seu*, para uniformidade das desinencias, apesar da autoridade dos grammaticos que os fazem proceder dos ablativos latinos *Deo, cælo, velo, meo, tuo, suo*, e não dos nominativos *Deus, cælum, velum, meus, tuus, suus*.

4.^a Escrever com z, excepto os pronomes pessoais e futuros, os finais agudos do singular em *az, ez, iz, oz, uz*; v. g. rapaz, pedrez, Luiz, lioz, arcabuz. Devem-se, porém, escrever com s as palavras terminadas em vogal.

5.^a Eliminar o signal de synalepha nas contrações; v. g. *naquella, neste, nisto, e daquillo, desta, dentro, estoutro, essoutro, aquelloutro.*

6.^a Escrever os nomes proprios estrangeiros com a graphia de suas linguas.

Assignados :

*Ruy Barbosa,
Salvador de Mendonça,
Sylvio Romero.*

Carlos de Laet (acceito o art. 1.^o e com restricção o 2.^o).

Euclides da Cunha (Com restricção quanto ao art. 1.^o)

Mario de Alencar, (idem)».

Em seguida, como estava annuciado, fallou o Sr.

João Ribeiro

O Sr. João Ribeiro começou por dizer que exteriormente parecia que elle e o Sr. Salvador de Mendonça estavam inteiramente em opposição. Mas, examinando bem a questão, examinando bem as opiniões, os dous estavam de accôrdo.

O Sr. Salvador queria respeito á lingua por meio da etymologia, elle queria respeito á lingua por meio da phonetica.

O Sr. Salvador, para conservar a lingua, para conservá-la na sua origem, invoca o latim dos tempos de Horacio e outros escriptores luminosos dos tempos aureos do latinismo, mas o latim desses escriptores não é absolutamente o latim das origens.

Na Hespanha, na peninsula Iberica, nunca se fallou o latim de Horacio. Os primeiros povoadores da Iberia foram os ladrões, os vagabundos, os aventureiros, a ralé romana. E essa gente nunca em dias de sua vida fallou o latim puro, o bom latim; pelo contrario, fallava uma lingua desvirtuada, revolta, e até immoral, fallava em *argot* insupportavel. E a lingua que ficou na peninsula teve o reflexo dessa lingua sordida, teve a influencia da sordidez do *argot* dos romanos colonisadores.

E nós, agora, se quizermos invocar origens, temos que invocar origens, mas origens que virão, de certo, envergonhar a lingua.

*

Não podemos absolutamente invocar os classicos, mesmo porque esses só appareceram depois da colonisação iberica.

E mesmo que se queira tomar por base o extremo pela origem, mesmo que se queira invocar o latim classico em vez do latim sordido dos primeiros povoadores, onde é que se encontram argumentos para a orthographia etymologica? Pois si os livros antigos eram escriptos phoneticamente! Basta citar a Biblia, basta citar infinidade de obras do passado, que em todas ellas a phonia é victoriosa.

E isso veio por todos os seculos, por todos os tempos! E até mesmo no seculo xvi, o seculo de fulgor artistico da lingua, o seculo de Camões, a orthographia era phonetica.

Onde está afinal de contas a tal etymologia? Foi no seculo xvii que appareceram os primeiros ensaios da etymologia. Castella era rival de Portugal, uniu-se a Granada, expulsou os mouros. Portugal teve em pouco contra si toda a Hespanha e teve-a até o dia em que, não podendo mais resistir, cahiu sob o dominio hespanhol. Ahi então Portugal fechou-se, trancou-se contra a lingua hespanhola.

Os patriotas, os ardentes patriotas, resistiram formidavelmente e não escreveram nunca o hespanhol, como frei Luiz de Souza. Portugal cuidou então de isolar a sua lingua para que ella não se confundisse com a lingua do paiz dominador.

E eis porque começou a escrever inteiramente differente do hespanhol e tambem differente do proprio portuguez. Mas depois esse patriotismo esmoreceu. A lingua franceza foi estendendo tentaculos, Portugal foi ferido pelos tentaculos francezes.

Fala por muito tempo, mostrando a influencia franceza, cita obras, autores, exemplos. *Exagerar*: os francezes passaram a escrever com um *g*; Portugal imitou. Portugal passou a imitar redondamente a França nos tempos modernos.

Entre outros exemplos, cita *fantasia* que se escrevia em portuguez com *ph*, e que depois passou-se a escrever com *f* porque assim passou a escrever a França. Onde está o patriotismo, a conservação da lingua? Lyrio com *y*. É latim? Não. É grego? Não. É francez: *lys* (conta que encontrou lyrio com *y* no *Braz Cubas* de Machado de Assis).

Onde está o patriotismo?

João Ribeiro conclue dizendo que nós devemos seguir a Academia Franceza, no que ella tiver de util para nós, nas suas simplificações orthographicas, emfim em todas as simplificações que nos servirem. Nós não podemos voltar ao latim das origens, ao latim sordido. Nós não podemos reear a invasão da Hespanha.

— Quem sabe? diz o Sr. Salvador de Mendonça.

— Mas não é a golpes de orthographia, responde o Sr. Souza Bandeira, que hoje se resiste a invasões.

Terminado o discurso do Sr. João Ribeiro o Sr. Salvador de Mendonça falou, dizendo que elle não queria que se respeitasse o latim sordido dos primeiros povoadores e sim o latim puro, o latim artistico.

Fala depois o auctor do projecto, o Sr. Medeiros e Albuquerque.

O Sr. Medeiros allude ao substitutivo ao seu projecto, onde aponta que o Sr. Carlos de Laet quando escreveu «acceito art. 1.º...» escreveu-o com um c. Isso, é muito pouco!

O Sr. Sylvio Romero disse que, ao ouvir a discussão da Academia, declarava que depois dessa discussão deixava de conservar a sua assignatura tal qual ella estava no substitutivo ao projecto Medeiros.

Na proxima sessão fallará a esse respeito.

*

Terminada a discussão do projecto, a Academia Brasileira tornou pública a seguinte resolução:

A Academia Brasileira, sentindo a necessidade de firmar uma ortografia para as suas publicações officiaes, rezolveu organizar para esse fim um vocabulario ortografico. Para isso determinou que na sua elaboração se adotassem as seguintes regras:

REGRA PRIMEIRA — Sempre que se encontrem diversas grafias autorizadas da mesma palavra, escolher-se-á a que melhor se aproxime da bôa pronuncia, reservando-se á academia o direito de fixar qual a pronuncia que lhe parece bôa. Desde logo, porém, d'áí decorrem os seguintes corolarios:

Primeiro corolario: — Os ditongos *au*, *eu* e *iu*, que também se escrevem *ao*, *eo* e *io*, devem sempre escrever-se com *u*. Assim; *máu*, *páu*, *chapéu*, *véu*, *partiu*, etc. Nenhuma alteração se fará nas palavras em que o digrama *io* não constitue ditongo, como em *fiu*, *friu*, *riu*, *tio*, *vazio*, etc.

Segundo corolario: — O ditongo *ai*, que também se escreve *ae*, deve sempre escrever-se com *i*. Assim, *pái*, *mái*, *cái*, *sái*, etc.

Terceiro corolario: — As palavras que alguns autores escrevem com *e* e outros com *i* inicial, como *idade*, *igreja*, *igual*, etc., devem sempre escrever-se com *i*.

REGRA SEGUNDA — Eliminar-se-á, por completo, o uzo das letras *k*, *y* e *w*, em todas as palavras portuguezas. Assim, as que eram escritas com *k*, serão escritas, ou com *c*, antes de *a*, *o* e *u*, ou com *qu*, antes de *e* e *i*. As que eram escritas com *w*, serão escritas com *v*, ou com *u*, conforme o som que tiverem.

Exemplos: em vez de *kaleidoscopio*, *képi*, *kilo*, *kola* e *kusso*, escrever: *caleidoscopio*, *quépi*, *quilo*, *cola* e *cusso*; em vez de *wormio* e *wigandias*, escre-

ver *vormio* e *uigandias*; em vez de *martyrio*, *mysterio*, etc., escrever *martirio*, *misterio*, etc.

REGRA TERCEIRA — Eliminar-se-á o uzo do *h* no meio das palavras, salvo nos seguintes cazos: 1.º, quando se tratar dos grupos *ch*, *lh* e *nh*, soando como consoantas palatinas: *chamar*, *achar*, *mulher*, *brilho*, *lenha*, *banho*, etc.; 2.º quando se tratar de palavra que seja composta de outra que tenha o *h* inicial.

Assim, pois que se escreve *honra*, *haver*, *herdar*, escrever-se-á *dezhonra*, *rehaver*, *dezherdar*, etc. Em todos os outros cazos eliminar-se-á o *h*, médio: *surpreender*, *appreender*, *distrain*, *tezouro*, etc.

NOTA — A conservação do *h* inicial não obedece, na deliberação da Academia, a nenhum principio especial. Ella reconhece que essa letra devia desaparecer também do inicio das palavras. Parece-lhe, porém, util pela frequencia e até pela natureza das palavras em que é uzada, tranzigir com a sua conservação.

Primeiro corolario: — Nunca se escreverá *ch* com o som duro de *c*. Nos cazos em que tal som era attribuido a esse digrama, será elle substituido ou por *c*, antes de *a*, *o* e *u*, e todas as consoantes, ou por *qu*, antes de *e* e *i*. Assim, em vez de *chaldeu*, *chelonios*, *chimica*, *chorografia*, *chromo*, *technico*, etc., escrever *caldeu*, *quelonios*, *quimica*, *corografia*, *cromo*, *tecnico*, etc.

Segundo corolario: — Nunca se escreverá *ph*

com som de *f*. Nesses casos, substituir-se-á esse digrama por *f*. Assim, em vez de *orthographia*, *philosophia*, etc., escrever *ortografia*, *filosofia*, etc.

REGRA QUARTA. — Eliminar-se-á o uzo do *g* com o som de *j*, no meio das palavras: Assim, em vez de *agir*, *legislativo*, etc., escrever *ajir*, *lejislativo*, etc.

NOTA — A conservação do *g* inicial com o som de *j* é também uma medida de tranzição, para não alterar muito o aspecto da escrita. Como, porém, o *j* e o *g* brando são letras que se permutam frequentemente (*anjo*, *angelico*, *geito*, *rejeitar*, etc.), não ha motivo para respeitar o *g* inicial nas palavras compostas.

REGRA QUINTA — Eliminar-se-á sempre o uzo do *s* com o som de *z*, como acontece entre vogaes e em alguns outros cazos. Assim, em vez de *rosa*, *casa*, *transigir*, *deshonra*, etc., escrever *roza*, *caza*, *tranzijir*, *dezhonra*, etc.

REGRA SEXTA — Salvos os cazos em que se empregam os *ss* e os *rr* dobrados, os pronomes pessoases *elle*, *ella* e seus derivados *aquelle*, *aquella*, *aquillo*, suprimir-se-ão todas as consoantes geminadas.

Em nenhuma palavra, portanto, apparecerão *b*, *d*, *f*, *m*, *n*, *p*, ou *t* duplicados. Os *cc* só apparecerão duplicados, quando o primeiro tiver o som forte e o segundo brando, como em *succção*, que se lê *suqsção*.

Mas, quando ambos soarem do mesmo modo, como em *distincção*, *extincção*, etc., escrever-se-á *distinção*, *extinção*, etc. Só haverá *ll* geminados nas palavras acima mencionadas. Assim, em vez de *sabbado*, *prelecção*, *adduzir*, *affeioar*, *agregar*, *alludir*, *immediato*, *innocente*, *applaudir*, *attenção*, etc., escrever *sabado*, *prelecção*, *aduzir*, *afeioar*, *agregar*, *aludir*, *imediato*, *inocente*, *aplaudir*, *atenção*, etc.

NOTA — A Academia reconhece que tirando ao *s* o som de *z* era possível ao mesmo tempo supprimir os *ss* dobrados. Mas as duas modificações feitas ao mesmo tempo interessariam um tão grande numero de palavras, que lhe pareceu melhor nada alterar no uso do *ss* dobrado. E' assim uma simplificação que se prepara para o futuro. Por outro lado, respeitando a grafia dos nomes proprios, de que propositadamente não tratou, respeitou também a dos pronomes pessoaes e seus derivados, que, sendo palavras de uso muito frequente, são daquellas cujas modificações mais avultam no aspecto de qualquer texto escrito.

REGRA SETIMA. — Nenhuma palavra se escreverá empregando consoante que não tenha nella valor. Do grupo *sc* suprimir-se-á a letra *s*. Assim, nenhuma alteração se terá a fazer na grafia das palavras *abdicar*, *intelectual*, *acne*, *flegma*, *gnomo*, *recepção*, *bacteria*, *optar*, e outras em que as letras *bd*, *ct*, *gm*, *gn*, *pc*, *pt* e *ct* são separada e distintamente; mas, em vez de *activo*, *anecdota*, *augmentar*, *alumno*, *gimnasio*, *optimo*, *these*, *sciencia*, „et escrever, *ati-*

vo, anedota, aumentar, aluno, ginazío, ótimo, crescer, ciência, teze, etc.:

REGRA OITAVA. — Nunca se começará palavra alguma com ç. Assim, em vez de *çapato*, como querem alguns lexicographos, de *çadi, çamarra, çamouco, çarigueia, çorça, çucuapara, etc.*, escrever, *sapato, sadi, samarra, samouco, sarigueia, sorça, suçuapara, etc.*

REGRA DECIMA. — Os substantivos e adjectivos, cuja terminação tónica seja no singular em «az, ez, iz, oz» e «uz», devem escrever-se com «z» final. O som forte «ás, és, is, ós» e «us», de substantivos e adjectivos só se escreve com «s» quando a palavra está no plural.

Nestes termos, nenhuma alteração é feita na grafia uzual dos pronomes *nós* e *vós*, de todos os verbos que nas segundas pessoas se escrevem com *s* e nas terceiras com *z* (*amarás, lêz, sentis, e praz, fez, diz*). A regra só se entende com substantivos e adjectivos. Desde que estes terminem no singular em sílaba forte em *az, ez, iz, oz* ou *ux*, escrevem-se com *z*. O *s* fica apenas nessas partes da oração para indicar pluraes, assim em vez de *português, francês, cós, etc.*, escrever *portuguez, francez, pêz, coz, etc.* Reservar o *s* final para as sílabas longas dos pluraes. Assim escrever *pás, pés, ardís, etc.*

REGRA UNDECIMA. — As palavras terminadas no som *ão* ou *ã* longo, empregam a vogal *a* com o til,

as terminadas nos mesmos sons com a pronuncia breve terão a vogal *a* seguida de *m* ou *n*. Assim, em vez de *manhan*, *pagan*, *orfão*, *amão*, etc., escrever *manhã*, *pagã*, *orfam*, *amam*, etc.

REGRA DUODECIMA. — Não se empregará o sinal de sinalefa nas contracções *deste*, *desta*, *disto*, *nesta*, *nisto*, *daquelle*, *nelle*, *nella*, *daquella*, *daquillo*, *destoutro*, *daquelloutro*.

*

Pouco antes de se tornar pública a resolução académica, um dos votantes da reforma, o sr. José Veríssimo, defendia-a na imprensa pela seguinte fórma:

Comquanto não tenha ainda a Academia publicado oficialmente o resultado final das suas discussões sobre este assumpto, é já este bastante conhecido nas suas linhas geraes, e por publicações dignas de credito, para que não seja impertinente occuparmo-nos mais uma vez aqui deste objecto, que tão de perto toca á litteratura.

Para me desculpar da insistencia com que a elle volto, se de desculpa precisasse, poderia allegar que desde muito esta materia me preoccupa e que neste mesmo lugar, ha annos, escrevi mais de um artigo sobre ella, artigos que andam reproduzidos

em um dos meus livrões, nos quaes propugnava uma reforma orthographica que, nas idéas geraes ao menos, pouco divergia da votada agora pela Academia.

A meu ver, sem duvida desautorizado, pois não sou philologo, nem me presumo de tal, e apenas serei um mofino escriptor, mas apoiado num estudo já longo do assumpto, a necessidade de uma regularização e fixação da orthographia portugueza, que não era possível sem tocar nos habitos actuaes, reformal-os e modificál-os, achava-se determinada com força irresistivel por motivos diversos, todos imperiosos:

A anarchia reinante na nossa orthographia, hoje entregue ao bel-prazer de cada escriptor, de cada amanuense, de cada jornal, de cada editor, de cada pedagogo, de cada revisor, era verificada e lastimada por quantos desta questão se occupam e por qualquer observador.

A certeza de que em tempo algum não possuiria a nossa lingua uma orthographia a que se pudesse chamar systematica, e que não a tiveram mesmo os seus escriptores chamados classicos, foi averiguada e demonstrada á saciedade pelos estudiosos da lingua portugueza e da sua litteratura. Portanto não havia de facto nenhum respeito a guardar com elles ou consideração que nos obrigasse para com uma tradição que effectivamente não existe. Quando muito haveria em cada época dessa litteratura uma média orthographica, aliás de difficil apuração.

Os classicos, esses, ainda os melhores, não tinham de facto orthographia methodica ou a tinham fantasista e incerta. A que em geral lhe attribuimos seria antes dos seus editores e revisores, e essa varia de livro para livro, ainda nas melhores edições. Tenho presente a reprodução photographica de uma carta do Padre Antonio Vieira de 1673. Della vê-se que elle escrevia: *sey, direy, my, escreveme, aver-se, prezo, he, mayor, hum, naquelle, lugar, achome, capelão*, e o verbo haver, tres ou quatro vezes, sem *h*. Camões, um seculo antes (ou pelo menos a edição *princeps* dos seus *Lusiadas*, de 1572): *assinalados, prometer, acender, idade, fantasticas, Afonso, tomai, dai, costumai, agua, junto, ali, num, Baco, tremar, extremo, fenix, appareceu, consigo, aparelhavam, nelles, tais, acomodado, compelia*, etc.

Mas um exemplo frisantissimo á apontada discordancia dos escriptores portuguezes em materia orthographica, ainda quando já estes della se preocupavam, é que os tres primaciaes autores do Romantismo portuguez, contemporaneos e camaradas, Garrett, Herculano e Antonio de Castilho, tinha cada um o seu systema orthographico particular.

E exemplos iguaes se encontrariam a cada passo da nossa evolução litteraria. O que os grammaticos chamam de orthographia mixta, uma disparatada alliança da etymologica com a phonetica, é uma balburdia, como o que elles chamam de orthographia usual não é senão a graphia, infinitamente

variavel, do uso de cada um. Alexandre Herculano (*Historia de Portugal*, edição Bertrand, a melhor) escreve: *razão, sair, lagrymas, cahir, lição, paiz, falar, farol, eschola, epocha, thio, trair, igreja, idade, teor*. Escrevia contrahindo as preposições com os determinativos, *delle, naquella, deste*, mas não escreve *num*; escreve sempre *letra*, mas *litteratura*. Camillo escrevia *letrado*, com um *t* e *litteratura* com dous. Latino Coelho (*Oração da Coroa*, edição modelo da Imprensa Nacional de Lisboa) escreve, ao contrario de Herculano, *escola, cair, ali, epoca e circundava, pictoresca, esplendido*. Para os lidos nos escriptores portuguezes, certo não precisamos prolongar este cotejo, nem augmentar estes exemplos. São que farte.

Ora, não creio haja lingua que se presuma de culta e policiada onde se possa verificar tamanha anarchia orthographica. E desde muito que em Portugal e aqui todos lhe sentiam os inconvenientes e lhe procurava o remedio. São muitas as tentativas feitas, lá e cá, já individuaes, já collectivas, por achal-o.

Aquelles motivos justificativos da necessidade desse remedio póde-se juntar mais a convicção, resultante com a maxima clareza do estudo do assumpto, de que a graphia da nossa lingua, através destas incoherencias e variações, tendia manifestamente cada vez mais, póde dizer-se acceleradamente, para uma representação mais simples dos seus vocabulos, para o abandono dos artificios ortho-

graphicos, que a pretexto de etymologia ou quejando introduziram no nosso escrever letras que lhe eram extranhas, como o *w*, o *y* e o *k*, ou inuteis e injustificaveis, como o *h* de *hum*, *he* ou de *hombro* (que etymologicamente se devia escrever *ombro*, pois vem de *umerus*), ou até ridiculas, como *phtysica*, e que taes barbaridades.

Esta tendencia, esta marcha para uma simplificação da nossa orthographia, a que, consciente ou inconscientemente, têm obedecido todos os seus escriptores, ainda os mais obstinados e caturras, encontrava aliás na historia da lingua um apoio e uma defesa.

Como é sabido, e foi mais de uma vez repetido na Academia pelos seus membros que alli com mais proficiencia representavam o saber philologico, os Srs. João Ribeiro e Silva Ramos, a primeira orthographia da nossa lingua (e o facto resulta ainda dos exemplos apontados de Camões e Vieira) desde a sua constituição do latim popular com elementos barbaros no seculo XII até o XVI foi principalmente phonetica e não etymologica. Foi a reacção erudita deste seculo, prolongada pelo seguinte, no errado presupposto (não de todo extincto) de que o portuguez derivava proximamente do latim litterario, que se poz a escrevel-o seguindo de perto a escripta dos autores antigos. Mas como essa mesma escripta lhes era imperfeitamente conhecida, de más cópias ou viciados exemplares, escrevendo-a ainda assim mal e com erros que se per-

petuaram até hoje. Nada, por exemplo, justifica etymologicamente escrever *hontem* ou *hombro* com *h*, *lettra* com dous *tt*, *systhema* com *th*, ou *theor*, *author*, *cathegoria*, como por tanto tempo se escreveu e ainda se escreve.

Foi esta reacção erudita contra a constituição natural da graphia da lingua, que se ia logicamente formando dentro da propria lingua, e á qual não foi talvez estranho o sentimento anti-hespanhol, que assim procurava differenciar mais até sob o aspecto graphico, o portuguez do castelhano, que produziu a anarchica e irracional orthographia actual.

Para remediar esta situação só, parece, havia dous caminhos a seguir: ou uma reforma geral, systematica, até radical, profunda e longamente estudada, apoiada nos mais acurados estudos da philologia portugueza e romanica e ao mesmo tempo nos da phonetica da lingua, tal qual é hoje fallada, para a consequente fixação da sua prosodia normal, ou uma reforma parcial, modesta, que sem desprezar as acquisições philologicas e especialmente phoneticas, se limitasse a acompanhar, servir e favorecer as tendencias manifestas da nossa lingua para uma modificação da sua orthographia, no sentido da sua simplificação. De industria não digo da sua phonetica, pois desta designação de phonetica ou sonica tem derivado uma porção de confusões ou despropositos, que é bom inutilizar evitando-a. Demais, a Academia absolutamente se não preoccupou de orthographia phonetica ou sonica. O seu fim de-

clarado foi simplificar dentro do systema actual, chamado mixto.

Dos caminhos indicados, o primeiro foi o que seguio, com notavel segurança, o eminente philologo portuguez, Sr. Gonçalves Vianna, propondo-o á Academia Real das Sciencias de Lisboa, da qual é membro, e longa e sabiamente fundamentando-lhe a excellencia no seu inestimavel livro *Ortografia Nacional* (Lisboa, Tavares Cardoso, 1904).

O segundo foi o seguido, a meu ver com toda a razão e siso, pela Academia Brasileira.

Tinha esta a acoroçoa-la no seu empenho de pôr alguma ordem na orthographia da lingua que escrevem os seus socios, e ao mesmo tempo facilitá-la, não só os motivos acima dados e outros delles logicamente decorrentes, mas o legitimo desejo de concorrer para a solução de um problema que ha muito está na ordem do dia das letras portuguezas, com a funda e justificada convicção de que nos termos em que aceitou a proposta do seu illustre consocio, o Sr. Medeiros e Albuquerque, e sobre ella decidiu, nada, absolutamente nada, nem theorica, nem praticamente, a impedia de resolver como parece resolveu.

O criterio em que se inspirou a reforma ou segundo o qual a formulou a Academia, foi o de, acompanhando sem fraqueza, mas tambem sem precipitação, as tendencias da lingua para a simplificação orthographica, apoiar com a sua autoridade, que por minima que seja é alguma, uma evolução

incontestavel e incontrastavel, facilitando-a e apres-sando-a, sem affrontar demasiado os habitos dos que escrevem, litteratos ou não. Este foi o seu objectivo, que só os que não querem attender á exposi-ção de motivos do projecto do Sr. Medeiros e Albu-querque e ao que das discussões da Academia foi publicado podem, com mais malevolencia que boa fé, desconhecer e contestar.

Se a Academia Brasileira fez mais depressa a reforma do que o não faria jámais a portugueza, é que lhe aproveitou o privilegio, a graça de Estado, digamos, dos povos novos, sem tradições arraiga-das nem fortes preconceitos, que lhes faculta mu-danças e progressos mais rapidos e promptos que os dos velhos povos. Foram as mesmas razões de ordem historica e sociologica que aqui tornaram fa-cil e desassombrada a transformação do regimen politico, a separação da Igreja do Estado, a refor-ma das nossas mais intimas instituições e, ultima-mente, a transformação material da nossa Capital, em pouco mais de um lustro, que facilitaram á Aca-demia Brasileira uma tarefa que em nações antiquis-simas, e quiçá antiquadas, exigiria triplicado tempo.

Aliás os que malsinam da Academia pela sua reforma e pela presteza com que a realizou, esque-cem que duas nações pelo menos, velhissimas, com linguas tão ou mais antigas do que a nossa, mas com uma litteratura mais consideravel e mais illus-tre, como a italiana e a hespanhola, reformaram radical e profundamente a sua graphia, sem que

*

por isso quebrassem a tradição da sua lingua ou lhe alterassem como quer que seja a indole e phisionomia ou os habitos mentaes dos que as fallam ou escrevem, e menos ainda amesquinhassem de alguma sorte o seu thesouro litterario.

Porque de facto a orthographia apenas indirectamente interessa á lingua, tanto que já foi excluida das divisões classicas da grammatica, e não ha mais crasso erro do que cuidar que a pureza, a indole, o genio de uma lingua têm alguma cousa com a sua orthographia, ou que esta possa interessar aquelles caracteres intimos de qualquer lingua.

Argumentar com os Francezes, em tudo rotineiros apesar de revolucionarios, é desconhecer a enorme differença de difficuldades, para elles extraordinarias, que a sua e a nossa lingua apresentam para uma reforma orthographica. Não obstante, porém, alli mesmo, sem embargo da resistencia pittoresca dos esthetas e litteratos (aliás pouco conservadores do que é a mesma essencia da lingua), a causa da simplificação orthographica faz caminho e ganha terreno, defendida individual ou collectivamente por sabedores, philologos e escriptores de todo o genero. E não ha uma só razão dos litteratos francezes contra essa reforma fatal, a que, não precisa a philologia, o simples bom senso e o exame imparcial dos factos, não possa responder facil e victoriosamente.

Mas, que fez ou parece ter feito a Academia Brasileira?

De facto não fez, e declaradamente não quiz fazer, senão entre as divergencias, oscillações, incongruencias e incoherencias, particulares ou geraes, da orthographia portugueza corrente, pronunciar-se por aquellas formas e criterios que evidentemente vão tendo a preferencia dos escriptores e lhe parecem corresponder a uma tendencia manifesta para a simplificação orthographica. Póde ser que no seguir taes correntes oú interpretar taes tendencias ella se tenha enganado, mas seguramente lhe não faltou a boa vontade de acertar e de fazer uma obra, que sobre necessaria e util a honrasse a ella e ao nosso paiz.

Nenhuma palavra, votou a Academia, se escreverá com *h* mediano, salvo palavra composta de outra que a tenha inicial ou em que entrarem as consoantes palatinas *ch*, *lh*, *nh*.

É justamente o que propõe e defende com as mais sabias razões no seu citado livro o emerito philologo portuguez, Sr. Gonçalves Vianna, e como já escrevem elle e outros escriptores seus patricios e parcialmente algum nosso.

Nenhuma alteração foi feita quanto ao emprego do *ch* (com o som de *x*) no *lh* ou do *nh*.

Palavra alguma se escreverá com *ph* com o som de *f*.

Com esta determinação não fez a Academia mais do que, acompanhando a tendencia verificada, voltar á primitiva e mais natural graphia da lingua onde (ainda em Camões) se escrevia *elefante*, *fi-*

losophia, Filodemo, Felipe, profeta, frenesi, como se está voltando a escrever.

Rejeitou absolutamente a Academia as letras *w* e *k*, salvo em algum caso especialissimo, como nas palavras estrangeiras que comquanto usadas em portuguez não estão de todo aportuguezadas. Estas duas letras eram de facto excrescencias na nossa lingua, e o *k*, ainda como inicial, nas poucas palavras em que o empregamos, resultava de uma em geral errada noção etymologica, como em *kilo*, no systema metrico, que etymologicamente deveriamos escrever *chilo* ou *chilio*. Todos os estudiosos deste assumpto estão aliás de accôrdo na supressão ou pelo menos extrema redução do emprego destas duas letras intrusas e inuteis, e aliás de escasso emprego na nossa escripta.

Nas mesmas condições está o *y*, que não tem nella outra funcção que a do *i*. Por não romper logo com o habito e principalmente considerando que a graphia com o *y* final dos nomes geographicos brasileiros não é só nossa mas de grande numero de linguas, resolveu a Academia conservar essa notação em taes nomes.

Acabou ella tambem com a duplicata de som *k*, ora indicado por *ch* duro, ora por *qu*, além de o ser por aquella letra, agora eliminada.

Esse som deve antes de *a* ou *u* ser indicado por *c* e por *qu* antes de *e* e *i*. E' um puro caso de diminuição de uma difficuldade inutil da nossa graphia, aliás já começada por notaveis escriptores

e pelo uso corrente em *escola*, *éco*, *caridade*, *colera*, *caro*, *côro*, *carta*, *maquina* que dantes se escreviam *eschola*, *echo*, *charidade*, *cholera*, *charo*, *choro*, *charta*, *machina*.

Grande divergencia e incoherencia vai nos que escrevem o portuguez no uso das letras duplas, cada vez menos empregadas.

Neste ponto as lições dos mestres (Gonçalves Vianna, Carolina Michaelis, Vasconcellos Abreu, Candido de Figueiredo, Said Ali, João Ribeiro e Heraclito Graça) são, ao menos parcialmente, favoráveis á supressão das letras dobradas, e muitas palavras que dantes se não escreviam sem ellas (*fallar*, *apprender*, *appropriar*, *apperceber*, *approximar*, *bocca*, *addiar*, *lettra*, *litteratura*, *gotta*) já hoje communmente se escrevem. Ainda os dissylabos *alli* (*ali* escreveu Camões e modernamente Herculano), *elle* se devem escrever com uma só consoante.

Está claro que a supressão das letras dobradas se não estende aos *ss* e *rr*, nem aos casos em que ambas as letras soam como em *secção* e outras. Salvo tambem no caso de soarem, não se empregam letras sem valor. Escrever-se-ha *diagnostico e apto*, onde o *g* e o *p* soam, mas não *activo* ou *alumno* em que, no Brasil ao menos, ninguem, senão por affectação, faz soar o *c* ou o *m*.

Quando, no meio da palavra, o *g* soar como *j* deve-se escrever com esta letra. Já em muitos casos assim se pratica e o Sr. Gonçalves Vianna reconhece «de uma vez por todas que seria um

passo agigantado no caminho da simplificação e regularidade da orthographia portugueza o escrever-se *j* sempre que *j* se pronuncia». A Academia deu este passo, mas para não ser radical manteve-se no uso absoluto do *j* por *g* mediano antes de *e* e *i*, emprego que não pôde ferir sensivelmente o habito.

Não se começará nunca nenhuma palavra por *ç*. Para o Brasil era esta disposição quasi ociosa, pois aqui não sei de palavra que se escreva com *ç* inicial. Mas não era de todo inutil para ir ao encontro de certos orthographos portuguezes que quizeram que escrevessemos *çapato*, como propõem que escrevamos *açucar*.

Quando a graphia corrente e a dos dictionarios (tomado o de Candido de Figueiredo como modelo) hesitar entre o *ç* e o *s* (como em *dança* e *dansa*) prefira-se o *s*. Tal resolução não faz senão acabar com uma hesitação inconveniente e com a incoherencia que della resulta.

Nenhuma palavra, salvo casos especiaes de composição, se escreverá com *s* soando *z*, mas com esta letra.

Não quero, porém, fazer aqui uma exposição completa das resoluções da Academia, o que seria acaso extemporaneo, não tendo esta lhes dado ainda a ultima forma, nem publicidade official. Quiz apenas deixar provado, e creio o haver conseguido, que aquella nas suas deliberações respeitou o criterioso proposito de, mesmo com sacrificio da logica,

não alterar radicalmente a orthographia corrente e de apenas regularizal-a simplificando-a conforme lhe pareceu, e verificaram e ensinam os mestres da philologia portugueza; era a tendencia dessa orthographia.

Agora mesmo me veio ás mãos o primeiro fasciculo de uma nova edição critica dos *Lusiadas*, que se começou a publicar na Allemanha, (Strasburgo, Heitz, Bibliotheca Romanica) sob a direcção da egregia romanista e camonista e distincta escriptora portugueza, D. Carolina Michaelis de Vasconcellos. O erudito prefacio que lhe poz esta insigne sabedora da nossa lingua e da sua litteratura é escripto em uma orthographia que não só pouco differe da votada pela Academia Brasileira, mas antes se ajusta quasi plenamente com esta.

Assim ella escreve, como quer a Academia que agora se escreva: *autor, introduzir, letra, suposição, surjiu, literatura, utiliza, tradução, lugar, erigir, assunto, grandilocua, função, legitimo, elojiar, comentario, aforismo, nele, reprender, apparencia, lejiões, compreender, falar, tesouro, Verjilio* (o poeta), *estranjeiro, monarca, ano, prediz, psicologia, catolico, ortodocso, grafia, ninfa, viagens, baquico, Olimpo, ele, sistema, ex-officio, igual, etc.*

Este só exemplo bastaria para garantir-nos, se tal garantia fosse necessaria, que a Academia não fez obra inepta e que podemos segui-la confiadamente.

A sua reforma tem ainda outra recommendação

consideravel: qualquer que seja a que venha a fazer a Academia de Lisboa, se não fôr, como parece não será, inteiramente destoante das correntes de idéas manifestadas pelos mais eminentes philologos portuguezes, membros dessa illustre companhia, tal reforma não virá collidir sensivelmente com a da Academia Brasileira, a qual, ainda incompleta e sem duvida defeituosa, é, se não me engano, um grande e util passo para a simplificação e regularização da nossa orthographia.

Embora não fallando se não por mim, e só com a minha responsabilidade, presumo não haver trahido o pensamento da Academia, antes sido exacto e leal no expol-o. Julgo tambem poder assegurar que, certo das resistencias que lhe opporão á reforma os habitos, os preconceitos e ainda a malicia, ella não espera senão do tempo e da boa razão e exito do seu esforço.

JOSÉ VERISSIMO.

*

Não obstante o número e autoridade dos partidários e dos defensores da reforma ortográfica, votada pela Academia Brasileira, vários jornalistas e escritores a depreciaram e combateram.

Entre os impugnadores da reforma, merece especial menção o sr. Dr. Carlos Laet,

académico e publicista de grande notoriedade.

Escreveu o sr. Laet:

O Sr. Medeiros e Albuquerque outro dia sentenciou que, em não se lhe aceitando o dislate da reforma orthographica, signal é de que o refractario está esclerosado, decrepito, intellectualmente liquidado. Aquelle que, pelo contrario, lhe jura na sabença grammatical, muito embora conte os seus sessenta e oito, como o Machado de Assis — esse está perfeitamente são e indigitado para vigorosa anciania.

Sendo um dos que absolutamente não aceito a deploravel reforma da Academia, sinto a necessidade de amparar a minha caduquice com algumas razões que lá, no seio da preclara corporação, teria ido expôr, se de afogadilho e com espirito de cabala não houvera passado um projecto que sem duvida exigia maior ponderação.

Não aceito e desaconselho as propostas modificações; e isto por considerações numerosas, entre as quaes mais importantes se me afiguram as que passo a formular.

1.º — A reforma é **contraproducente**, porque, propugnando a graphia phonetica, e querendo estabelecer a equação entre o som e as letras, todavia conserva letras que não se pronunciam.

Não se comprehende por que se haja de suppri-

—mir o **h** mediano, e deixal-o sem a menor serventia no começo dos vocabulos. Escrever **inabil**, allegando-se que o **h** médio não tem valor phonetico e graphar **habil**, quando tambem nenhuma é a valia phonetica do **h** inicial — transcende todas as raia do absurdo; e até me custa acreditar que por tal disparate hajam votado alguns homens evidentemente illustrados.

Igualmente repugna ao bom senso a conservação do **ss** (s dobrado) no meio das palavras, quando o unico fim da gemação dessa letra era evitar que no meio do vocabulo a letra singela pudesse ter o som do **z**. Desde que este som foi abolido pelos reformadores, insensato é que continuem a dobrar a letra. Elles não admittem que se escreva **casa**, com **s**; querem que se graphe **caza**, com **z**. Logo, inutil se torna graphar **cassa** com dois **ss**, desde que, mesmo com um só **s**, sempre se leria: **caça**. Quem não percebe isto, está esclerosado.

O mesmo se póde dizer com relação ao uso da letra **g**. Se antes do **e** e do **i** os reformadores intimam que sempre se use, não do **g**, mas do **j** — (graphando-se **crijen**, **rejimen**, etc.) não se comprehende a manutenção do digramma **gu**. Em se escrevendo **gera**, toda a gente entenderia que se deverá pronunciar **guerra**, exactamente como succede no allemão, no qual se grapha **Germania**, e se lê **Guermania**.

2.º — A reforma é **selvagem**, ou **botocuda**, por isto que, desrespeitando a etymologia dos vocabu-

los quando promanam dos idiomas classicos, do latim, e do grego, todavia a mantêm se as palavras procedem do tupy. Ora, isto é a mais inqualificavel das inconsequencias. **Physica**, por exemplo, elles não mais admittem que se escreva com y; mas **Catumby** deve conservar o seu y, por ser palavra de procedencia indigena!

Póde haver coisa mais tola? Diz-se que foi emenda do Verissimo; mas lá por ser elle caboclo não admitto que nos imponha o y dos seus maiores; tanto mais quanto para a graphia dos nomes indigenas um bom sabedor da lingua, o Sr. Dr. Ramiz Galvão, já começou, nos primeiros numeros do **Almanaque Garnier**, uma racional simplificação.

3.º — A reforma é anti-patriotica, porque, deliberando ás carreiras sobre assumpto que apenas para os superficiaes é desprovido de importancia, tende a dar, em Portugal e onde quer que se estude o portuguez, uma lamentavel idéa da nossa incompetencia literaria. Não se dirá, lá por fóra, que tal reforma é o parto da mania revolucionaria de um pobre moço, dotado de alguma viveza e muito amigo de ler, mas totalmente desprovido do cultivo e do saber que bem foram de exigir em um reformador da lingua... O que se vai assoalhar, com requintes de malicia, é a inviabilidade do monstro e a fraqueza da Academia parturiente e primipara, que tal feto engendrou e muito a sério o propõe por modelo aos escriptores de dois povos.

4.º — A reforma é **inopportuna**, porque, sem haver consultado os mais competentes eruditos do outro lado do Atlantico, arbitrariamente legisla sobre o que nos é propriedade commum, a portuguezes e brasileiros, e mais delles do que nossa, porque foram elles que nol-a deram e ensinaram.

Acreditam os reformadores que, pelo mero facto de ter sido votada, com grandissima precipitação, uma alteração absurda, em sessões a que não compareceram muitos academicos, e contra a qual outros com vehemencia se têm pronunciado — comecem logo os portuguezes a nos seguir e imitar em tão desconforme asneira? Sendo certo que não o farão, — não temos ahi uma divergencia que apenas pôde servir para quebra da unidade da lingua?

E quando, em que occasião, se iria executar essa transformação irracional no idioma commum? Exactamente nas vespersas da recepção do soberano, de quem a republica solicitou a honra de uma visita.

Que impressão desagradabilissima a do monarcha portuguez, quando, ao tomar um jornal brasileiro, lesse periodos cacographados a Medeiros, e em muitas palavras só respeitando a tradição do bugre!

Sabe-se que, sendo ideographica, ou quasi, a escriptura chinesa, facilmente a entendem os japonezes letrados, comquanto não possam pronunciar o que ali se acha escripto. Por isto, e com a sua

imaginosa linguagem, um japonês escreveu que nos livros caladamente se entendiam as almas das duas nações. Entre nós seria o contrario. A's diferenças inevitáveis da pronuncia, em Portugal e no Brazil, teria de accrescer esta na lingua escripta.

E isto, repito, no momento solemne da maxima aproximação de ambos os povos!

5.º — A reforma é **descriteriosa**, porquanto, dado que com effeito muitissimas sejam as actuaes divergencias orthographicas (o que não é verdade) para as derimir e compôr houvera o criterio etymologico, que se fundamenta na historia da lingua; ao passo que falsamente empirico e odiosamente autoritario é o criterio phonetico tão inconsciente e variado quantas as variedades das pronuncias locais.

Um só exemplo, entre mil. A palavra **recepção** (acção de receber) differentemente se pronuncia em Lisboa e no Rio de Janeiro. Aqui sôa a letra **p**, no que talvez façamos bem, para distinguir este vocabulo de **outro**, **resecção** (acção de cortar); em Lisboa diz-se **recepção**. O fundamento orthographico varia num e noutro paiz, e, se apenas guiados pelo phonetismo, vamos ser induzidos a **uma infinidade de variantes graphicas**.

6.º — A reforma é **anti-philosophica**, pois que no processo para a unificação das linguas, a orthographia phonetica é um regresso. Com effeito, na graphia de vocabulos, de idiomas diversos, mas com

raiz commum, a identidade da origem mantém certa semelhança denunciativa da affinidade ou parentescó de taes palavras; — semelhança que cessará de existir, desde que apenas se adopte o critério phonetico.

Já em outro artigo fiz minhas as justissimas ponderações que a tal respeito exarou o finado Castilho (José Feliciano) na sua *Orthographie portugueza e missão dos livros elementares*, estampada no Rio de Janeiro em 1860.

«As palavras (disse elle) que, nas varias linguas, se assemelham hoje, por causa da communidade de origem; palavras que, quando ora se encontram, se conhecem e saúdam como amigas e parentas, passarão de largo umas das outras. Hoje, o portuguez que escreve *creatura*, comprehende bem o *créature* dos francezes, e *creature* dos inglezes; porém se elle escrever *criatura*, duvidará se é (aqui, por via de argumentação, figuro que se adopta para a representação dos sons um padrão universal) o *crea-tiur* dos francezes, e não acreditará que seja o *cri-tchar* inglez. *Coronel*, *colonel* (francez), *colonel* (inglez) são irmãos; mas nenhuma parecença haverá entre *curunel* (portuguez), *colonel* (francez) e *carnal* (inglez). E, assim, seguidamente em todas as palavras». (*Op. cit.*, pag. 67).

7. — A reforma é mal fundamentada, porque para a rejeição do critério etymologica assenta no grave, no vergonhoso erro de suppôr meramente arbitraria ou caprichosa a indagação da origem

dos vocabulos. O Sr. Medeiros e Albuquerque, escrevendo essa enormidade, deu triste cópia de suas letras, mostrando ignorar que para a fixação da procedencia de um vocabulo ha processos tão rigorosamente scientificos quanto os possa haver em ciencias historicas. Não me admira, aliás, esta descaída no leviano academico, a quem a leitura de revistas e livrecos de imaginação não póde fornecer o que só lhe dariam solidos estudos; mas deploro que de envolta com a sua reputação literaria tambem se desmoralize a da corporação onde creou maioria e na qual ha muitos homens de verdadeiro saber.

Por ultimo, 8. — (sinto a necessidade de abreviar) a reforma é **ridicula** porque a não poucas palavras dá uma physionomia burlesca. Quem, por exemplo, conterà o riso lendo que — **o código civil é um cágado** (com accento na primeira) — ou aprendendo, com o Sr. Medeiros, que Machado de Assis tem — sessenta e oito anos (com um **n** só)?

Dir-se-me-ha que isto é um argumento de troça; e eu responderei que em linguagem, assim na falhada como na escripta, o principal da arte é o decoro: **Caput artis est decere**. Um cacophato, uma cographia basta para inutilizar qualquer obra de arte.

Assim (vou concluir) sou infenso á miseranda reforma julgando-a, como tenho demonstrado, — contraproducente, selvagem, anti-patriotica, inoportuna, descriteriosa, anti-philosophica, mal-fundamentada e ridicula.

O lexico é uma coisa respeitavel. Theophilo Gautier dizia que no dictionario só entrava de chapéo na mão. Outros agora o escolhem para cabriolas e indecencias. Não haverá quem os tanja para fóra? Vão fazer isso mais longe... **Sacer est locus.**

C. DE L.

*

Ao passo que, entre os impugnadores da reforma, cabe o primeiro lugar ao snr. Carlos de Laet, o primeiro lugar entre os defensores cabe, se não ao sr. José Verissimo, decerto ao sr. Medeiros e Albuquerque, autor do projecto.

O sr. Albuquerque escreveu :

Quando, ha pouco mais de dous mezes, foi submettido á Academia Brasileira o projecto de uma refôrma da orthographia, o caso pareceu a muitos uma extravagancia. Não faltou quem prophetisasse que elle sossobriria de todo. Não faltou quem appellasse para os homens mais doutos daquella corporação, afim de que o deixassem de margem ou mesmo lhe contrâpozessem outro em sentido diametralmente opposto.

Na Academia, a par de escriptores illustres que se têm distinguido em todos os ramos do saber humano, ha pelo menos tres que são justamente

reputados por se terem dedicado ao estudo da lingua portugueza: João Ribeiro, Silva Ramos e Heraclito Graça. De todos os academicos são os especialistas na questão. Para elles, por isso mesmo, houve quem apellasse, com particular empenho.

O que se viu, entretanto, foi que João Ribeiro dos dez paragraphos da reforma só não concordou com um. Em compensação propoz alterações mais radicaes. Silva Ramos fez restricções apenas a dous pontos da reforma; mas também, por sua vez, manifestou-se disposto a accrescentar varios outros. Quanto ao Sr. Heraclito Graça não tomou parte na discussão, porque ainda não foi officialmente recebido. Sabe-se, porém, que lhe é favoravel. De resto, precedendo qualquer decisão academica, já elle tinha adoptado uma orthographia muito simplificada em seus trabalhos.

Deixando, portanto, de lado outros escriptores, restringindo o caso só aos que, por assim dizer, tinham a capacidade technica, a reforma appareceu perfeitamente bem amparada por todos elles.

A despeito disso, havia quem achasse que não deviamos tomar a iniciativa de qualquer decisão official: a iniciativa, pensavam esses, devia caber a Portugal.

Os que isso dizem esquecem que os papeis estão invertidos. Sem o minimo intuito de fazer patriotada, pôde-se affirmar que o centro da civilização portugueza passou do velho reino para o Brasil. Economicamente, Portugal já é uma colo-

nia do Brasil. Ora, a supremacia economica precede e arrasta todas as outras. Si, portanto, a lingua portugueza ainda poder esperar um grande papel no mundo, será pelo desenvolvimento que tiver no nosso paiz. Assim, é perfeitamente justo que a nós toquem as iniciativas.

Podia-se, entretanto, receiar que os escriptores portuguezes não pensassem desse modo. Foi, porém, o contrario que se viu, quando, ha dias, appareceram os artigos do Sr. Candido de Figueiredo, concordando com a reforma, á excepção apenas de dous pontos, e propondo, por sua vez, outras alterações. Mas o mais curioso dos seus artigos foi que começaram com a declaração de que só da Academia Brasileira se poderia esperar o movimento reformista. Membro da Academia de Sciencias de Lisboa, elle mesmo nos veio dizer que, enleada na tradição e na rotina, ella estava na incapacidade de deliberar a tempo, utilmente.

Dando balanço ao que até agora appareceu, o que se constata é, portanto, que exactamente os grandes sabedores da lingua, os que sempre a estudaram longa e detidamente, são os que mais concordam com a idéa de reforma.

A que foi proposta é da maior timidez. Não faz innovação alguma que já não tenha sido lembrada por outrem. Quando no futuro — um futuro talvez bem proximo — alguém a ler só, achará para admirar as suas lacunas. Será difficil comprehender a

superstição que cerca algumas letras, que parecem ter um valor cabalístico e sagrado.

Mas, emfim, pois que, na quasi totalidade dos seus pontos, o Sr. Candido de Figueiredo acceita a medida, vale a pena examinar aquelle a que faz maiores reservas: a substituição systematica do *s* entre vogaes por *z*, sempre que sôa como esta ultima letra. Como essa restricção tambem está no Sr. Gonçalves Vianna, é bem o caso de reunir as razões dos dous e examinal-as.

Gonçalves Vianna se oppõe á troca do *s* intervocalico por *z*, allegando que seria uma simplificação historicamente falsa, porque «tornaria a escripta incapaz de representar a pronuncia antiga e a de Traz-os-Montes...»

A ultima destas allegações nem pôde ser tomada ao sério... Por muito dignos de estima e consideração que sejam os honrados habitantes de Traz-os-Montes não será pela pronuncia delles que se deverá pautar a da lingua portugueza. Entrando mesmo em linha de conta com a sua quantidade, esse argumento vale o mesmo que o de qualquer pessoa que oppozesse a alguma reforma do nosso idioma o modo pelo qual se exprimem os que moram nesta cidade na Gambôa e Sacco do Alferes — porque, é bom não esquecer, que toda a cifra de habitantes de Traz-os-Montes equivale apenas á de uma parte dos moradores desta cidade...

Uma das objecções mais justas que se fazem ás reformas sonicas absolutas é que ellas deveriam le-

var em conta todas as variações dialectaes. Nesse caso, o habitante da Bahia — e a Bahia tem mais de 2 milhões de habitantes — deveria escrever *fi-cho* e *fechar* em vez de *fixo* e *fixar*; o do Pará — e o Pará tem mais de meio milhão de habitantes — deveria escrever *pupa* e *prua* em vez de *pôpa* e *prôa*... Ora, si nós não admittimos essas reformas e, em vez de querermos conformar a escripta certa á pronuncia errada, pedimos que a pronuncia errada se conforme com a escripta certa, é claro que não nos devemos commover muito com a pronuncia do punhadinho de habitantes de Traz-os-Montes...

Mais sério é que Gonçalves Vianna allegue que a substituição do *s* intervocálico por *z* vai em desacordo com a pronuncia antiga.

Mas a objecção é, pelo menos, illogica.

Illogica, porque exactamente todo o esforço por elle feito é para conformar a escripta moderna com a pronuncia tambem moderna. Si não fosse assim, não se comprehenderia que elle propuzesse a supressão de todas as consoantes mudas, porque a maioria dellas foi outr'ora pronunciada. Si os latinos escreviam *septem* é porque faziam soar o *p*. Querer, portanto, que se escreva *sete* é «historicamente falso». Como este, se poderiam figurar muitos outros exemplos.

Os que vivem a pedir que alguns termos conservem certo aspecto antigo, que já não corresponde a nenhuma utilidade moderna, lembram alguém

que exigisse de um adulto que trouxesse sempre na mão uma mamadeira, para lembrar a sua mais tenra puerícia... Gonçalves Vianna não é desse numero. Por isso mesmo espanta a flagrante incoherencia de sua objecção, que, si devesse prevalecer, prevaleceria contra a maioria de suas propostas.

Os que desejam que as palavras se escrevam de tal modo, que se lhes veja ao primeiro aspecto toda a sua historia, têm no espirito a lembrança de numerosas etymologias difficeis, duvidosas ou mesmo irremissivelmente perdidas. Porque, no correr dos seus estudos, encontraram mais de um desses casos, quereriam impedir a mudança de aspecto de outros termos, para que tambem a historia delles não se tornasse embaraçosa.

Argumento de eruditos. Argumento de especialistas. A evolução se fará a despeito d'elle. Se, entretanto, se fizer pela obra reflectida e consciente de uma academia e essa obra fôr acceita, ella se incorporará á historia da lingua. Quem compare o que ella era antes e depois desse facto e veja o texto votado pela academia, estará perfeitamente inteirado da razão e do momento em que se fez a reforma. E' o que não succede quando as alterações procedem anonymamente do povo. Como saber quem foi que primeiro errou uma pronuncia, deu logar a que outros o imitassem, de modo a tornar certo, depois, o que primeiro era errado? E' impossivel.

Assim, os que desejam que a historia da lingua não se perca, devem preferir que certas alterações se façam por actos conscientes de sociedades doudas e não por pequenas modificações anonymas, cujos vestigios são difficeis e cujas origens são impossiveis de encontrar. Se se vê que a corrente é em certo sentido, mais vale, portanto, exactamente no interesse da historia da lingua, assignalar-lhe a transformação em um acto, não só consciente, como de algum modo solemne, do que deixar que a transformação se faça anonymamente.

Gonçalves Vianna, cujo illógismo é, nesse ponto, visível, mostra que para os romanos o *s* entre vogaes tinha o mesmo som que o *s* inicial: *rosa* lia-se *roça*. Nesse caso, comprehende-se muito bem que elles notassem com a mesma lettra o mesmo som. Mas, se se creou um som novo e para elle se introduziu um signal novo, por que deixar o som novo graphado com o signal antigo? Os antigos não escreviam o *z* onde nós hoje usamos o *s* intervocalico por estas duas formidaveis razões: porque nem tinham aquella lettra, nem, naquelles casos, tinham aquelle som.

Candido de Figueiredo deixou de lado o argumento historico. Não fallou nisso. A sua grande objecção é que resolvendo os casos de conflicto entre o *s* e o *z*, nós não resolvemos os que ficam subsistindo entre o *s* e o *c*. E' bem verdade. O *s* entre vogaes se confunde com o *z*; antes de *e* e *i* se confunde com o *c*.

Mas porque não resolvemos todas as difficuldades, não devemos resolver nenhuma? Seria absurdo sustentá-lo! Todos sentem, todos proclamam que uma reforma completa e radical é impossivel. Razão de mais para fazer reformas parciaes.

O *z* só tem um litigio phonetico: é com o *s* entre vogaes.

O *s* tem duas questões de limites: com o *z* e com o *c*.

Si nós decidimos que sempre que houver o som *z*, se escreverá a letra *z*, a questão unica que ha com o *z*, fica inteiramente resolvida e das duas questões do *s* uma desaparece. Dirá alguem que o facto de não podermos fazer desaparecer uma questão é razão para que não eliminemos duas? Só quem o disser se deve oppôr á reforma proposta.

Sem o appello á etymologia é impossivel fazer qualquer regra acerca do uso do *s* entre vogaes e do *z*. E por isso mesmo é curioso ver o descontro de orthographias em diversos dictionarios. Aqui vão alguns exemplos recolhidos nos quatro dictionarios de rimas que ha em portuguez. Nelles se verá o mesmo auctor escrevendo a palavra primitiva com *s* e a derivada com *z* ou vice-versa; ver-se-á, sobretudo, divergencia de auctor a auctor.

Se se tratasse de um ou outro raro caso, poder-se-ia ainda negar-lhe importancia. Mas são dezenas! são centenas! E então das duas uma; ou os auctores fizeram tudo isso conscientemente e provaram que a regra unica é a propria fantasia, ou enganaram-se,

deixando passar esses numerosos erros despercebidamente. Nesta segunda hypothese, ainda a cousa é mais probante: prova que essa questão é tão secundaria, que não prende a atenção e, distraídos, todos nós escrevemos, ora *s*, ora *z*, por palpite, um pouco ao acaso...

O quadro das 64 variações orthographicas colligidas apenas em *seis* rimas portuguezas é o seguinte:

CASILHO	COSTA LIMA	MARIO ALENCAR	GUIMARÃES PASSOS
raza	raza	rasa	raza
vasa (sub.)	vaza (sub.)	vaza (sub.)	vaza (sub.)
vasa (v.)	vasa (v.)	vasa (v.)	vasa (v.)
atraso	atrazo	atrazo	atrazo
illesa	illeza	illeza	illesa
leza	leza	leza	lesa
afrancesa	—	afranceza	—
reza (sub.)	reza	reza	reza
reza (v.)	reza	resa	reza
avesa	avesa	aveza	avesa
represa	represa	represa	represa
repesa	repesa	repesa	repesa
contrapesa	contrapesa	contrapeza	contrapesa
pezo	pezo	pezo	peso
despresa	despresa	despreza	despreza
desprezo	despreso	despreso	desprezo
meza	meza	meza	mesa
Andreza	Andresa	Andreza	Andresa
baixeza	baixesa	baixeza	baixeza
defeza	defeza	defesa	defeza
despeza	despeza	despesa	despeza
surpresa	surpresa	surpresa	surpresa

CASILHO	COSTA LIMA	MARIO ALLEN- CAR	GUIMARÃES PAS- SOS
Theresa	Thereza	Thereza	Thereza
—	deveza	devesa	deveza
acceza	acceza	accesa	acceza
preza	preza	presa	preza
frisa	friza	friza	friza
piza	piza	pisa	piza
Narcisa	Narciza	Narciza	Narciza
narcizar	narcizar	narcisar	narcizar
pesquisa	pesquisa	pesquisa	pesquisa
diviza	diviza	divisa	diviza
prophetiza	prophetisa	prophetisa	prophetisa
Bazeliza	Bazelisa	Bazelisa	Bazelisa
repisa	repiza	repisa	repiza
abalisa	abaliza	abaliza	abaliza
agonisa	agoniza	agoniza	agoniza
exorcisa	exorciza	exorcisa	exorciza
ciza	ciza	cisa	ciza
capa-roza	capa-roza	caparrosa	capa-rosa
roza	roza	rosa	rosa
toza (sub.)	toza (sub.)	tosa (sub.)	toza (sub.)
toza (v.)	tosa (v.)	tosa (v.)	tosa (v.)
grosa	groza	grosa	groza
gazosa	gazoza	gazosa	gazosa
fiúsa	fiuza	fiuza	fiuza
fusa	fuza	fuza	fuza
tremifusa	tremifuza	tremifusa	tremifuza
semifusa	semifuza	semifusa	semifusa
Suza	Suza	Suza	Suza
Meduza	Medusa	Medusa	Medusa
contusa	contuza	contusa	contusa
andaluza	andaluza	andalusa	andaluza
escusa	escuza	escusa	escuza
parafusa	parafusa	parafusa	parafuza
relusa	relusa	reluza	relusa

CASTILHO	COSTA LIMA	MARIO ALENCAR	GUIMARÃES PASSOS
lambuza	lambuza	lambusa	lambuza
uza (v.)	uza (v.)	usa (v.)	uza (v.)
uzo (s.)	uzo (s.)	uzo (s.)	uso (s.)
muza	muza	musa	musa
abuzo	abuzo	abuso	abuso
fuso	fuzo	fuzo	fuso
parafuzo	parafuzo	parafuzo	parafuso
luzo	luzo	luzo	luso

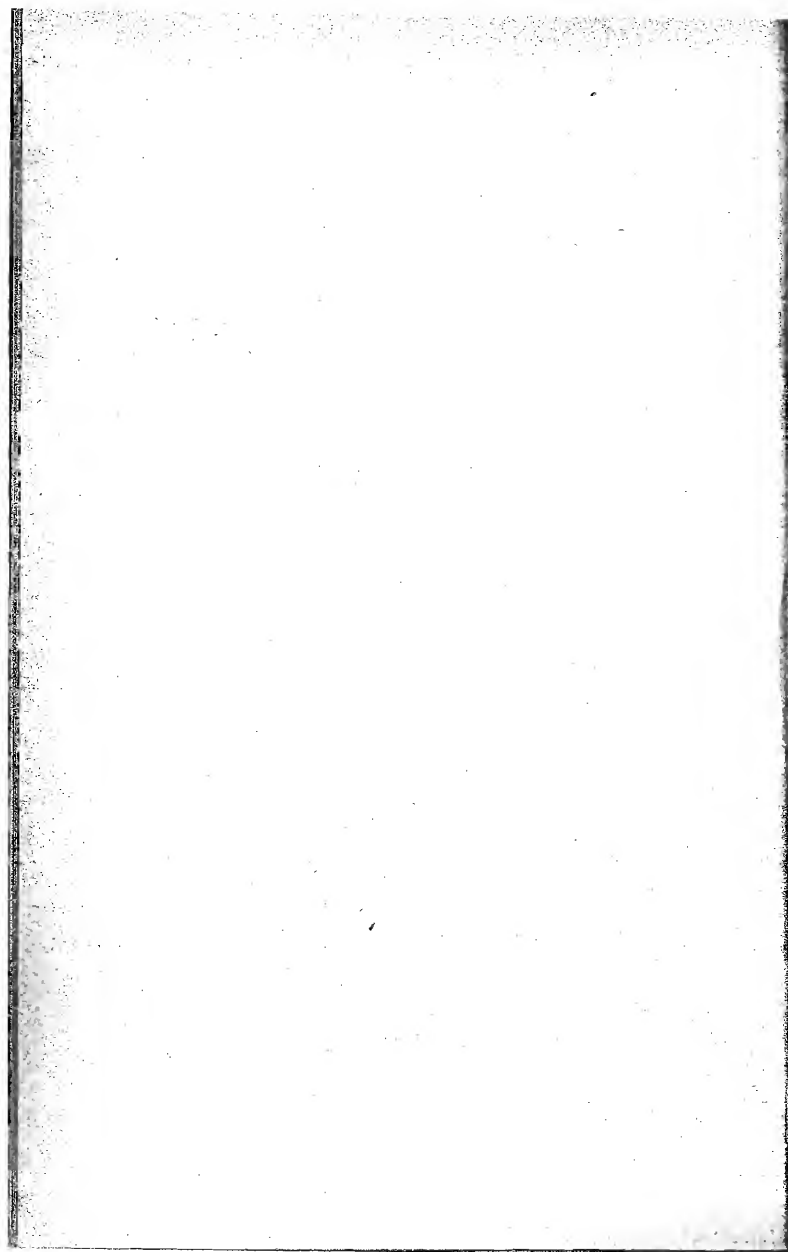
Isto prova que o caso pede resolução. Felizmente é dos que a podem ter mais facil, porque entre outras razões, é dos que menos offendem os habitos da vista. As alterações feitas no principio ou no fim das palavras chocam muito mais. Não é o caso do *s* intervocalico.

Assim, não parece que as nullas e insubsistentes razões dadas pelos dous eruditos oppositores — os Srs. Gonçalves Vianna e Candido de Figueiredo — valham nada, quando elles mesmos se mostram em desaccordo com ellas.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE.

SEGUNDA PARTE

ENSAIO DE CRÍTICA



SEGUNDA PARTE

ENSAIO DE CRÍTICA

I

O projecto de reforma

Um bom e velho amigo envia-me do Rio-de-Janeiro o projecto de reforma ortográfica, apresentado á Academia Brasileira pelo Sr. Medeiros e Albuquerque, e deseja ouvir-me a tal propósito.

Não tenho que intervir num debate, aberto numa douta Academia, em que não tenho voto; mas devo congratular-me pelo incontestável triunfo, que o aludido projecto importa á causa da simplificação ortográfica.

Quando há trinta anos tive a audácia de começar a pugnar praticamente por essa causa, eliminandô dos meus escritos o *y*, os grupos *ph*, *th*, *rh*, etc., de encontro á moderna prática geral, fui considerado revolucionário ou pregador de devaneios e utopias. Mas... *gutta cavat lapidem*: vinte anos depois, tinha já ao meu lado importantes fôlhas diárias, revistas pedagógicas, e, a pouco trecho, escritores e filólogos, como Gonçálvez Viana, Carolina Michaëlis, Vasconcelos-Abreu, Dr. Gonçálvez Guimarães, e muitos mais. Um passo ainda, e tínhamos já simplificada notavelmente a ortografia, em livros escolares, oficialmente aprovados.

Êste movimento de bom-senso e de interesse literário reflectiu-se naturalmente na Academia Real das Sciências, que, sacudida involuntariamente pelo pregão de uma reforma que lhe ia alterar os hábitos, delegou a discussão da causa numa Comissão, de que faço parte, e que pouco ou nada fez nem fará, porque ainda se não descobriu o meio de conciliar os conceitos opostos de alguns colegas meus, que irreductivemen-

te se entrincheiraram nas suas teorias e práticas.

Claro é que o mutismo da Academia das Ciências não tem obstado a que a simplificação ortográfica, mais ou menos irregular, mais ou menos metódica, se tenha desenvolvido extraordinariamente em Portugal.

A Academia Brasileira não está nas condições da Academia das Ciências, porque é Academia *nova* de nação *nova*, e de bom grado aceitará todos os progressos que revertam em benefício nas letras e em interesse da língua. As suas resoluções, embora restringidas a trabalhos académicos, não poderá deixar de influir beneficemente na escrita geral da nação, sobretudo se essas resoluções não forem tão radicaes, que briguem essencialmente com hábitos explicáveis, e com as tradições que não contrariam a mais judiciosa simplificação.

Se me permitem o trocadilho, *simplificar* não é tão *simples*, como a muitos se antolha. O que para uns é simples, é complicado para outros; e, se cada um de nós fôsse arbitro de uma simplificação ortográfica,

teríamos um verdadeiro labirinto. Depois, é fácil, e não é raro, dizer-se que devemos escrever como falamos; mas, dentro da mesma língua, há divergências fonéticas, de região para região, de classe para classe, e até de indivíduo para indivíduo. Por isso se têm gorado varias tentativas de simplificação, visto que os supostos reformadores, como Barbosa Leão, João Félix Pereira e outros, subordinaram á sua pronúncia individual a pronúncia geral; e por isso avisadamente propôi o Sr. Medeiros e Albuquerque a fixação prévia da ortoépia brasileira.

*

Vê-se do programa, e o autor o confessa, que se não trata de uma reforma radical da ortografia, mas de um certo número de alterações, que por si mesmas se justifiquem e preparem a adopção de outras. E assim deveria ser, pois que uma reforma radical, avêssa ás práticas e aos hábitos de toda a gente, a custo poderia vingar.

Ainda assim, ao passo que o programa ou projecto, por isso que não entrou em nu-

meras minúcias, deixou de lado divergências facilmente regularizáveis, como *fugiu* e *fugio*, *pai* e *pae*, *mau* e *mao*, etc., indica matéria sobre que talvez a Academia hesite, por a achar . . . radical.

Quanto á supressão absoluta do *y*, do *w*, do *h* mediano e do *k*, consoantes nulas e geminadas, supressão dos grupos *ph* (por *f*), *ch* (valendo *k*) e, por tanto, do *th*, do *rh*, não há dúvida nenhuma sobre a razão e a exequibilidade da proposta. Nem isso é novidade, porque muitos o praticamos há muitos anos e isso fazem muitos diários portugueses, livros escolares, etc.

Mas a alínea *f* do programa (substituir por *z* a letra *s* que tiver o som daquela letra) já poderá suscitar hesitações na Academia; não porque a aludida substituição não tenha vantagens práticas; mas porque dela se infere doutrina inexequível na língua portuguesa, embora de acôrdo com o esplêndido ideal ortográfico: *cada som uma letra, cada letra um som*.

É um ideal esplêndido, mas o alfabeto português não consente que ele se realize, porque, tendo mais de uma letra para certo

som, não temos letras para todos os sons. Só a letra *e*, á sua parte, póde representar cinco ou seis sons diversos. Se por êste lado o ideal é irrealizável, por outro — a eliminação de uma de duas letras, quando ambas representam o mesmo som, é perigosa e não tem probabilidades de aceitação. Assim, o *c* e o *s* antes do *e* e do *i* soam irmãmente em princípio de palavra; e por isso, preferindo-se o *s*, teríamos de escrever *sebola*, *sedilha*, *sedro*, *seder*, *sego*, *seifar*, *setena*, *sercar*, *Sicero*, *sirculo*, *sinzel*, *siume*... e, preferindo-se o *c*, teríamos de escrever *cenhora*, *cegundo*, *celvagem*, *cemente*, *centimento*, *cervir*... Aceitaria alguém colectivamente qualquer destas soluções? Não creio, nem o referido programa as propõe: mas, dêsde que o *s* fôr autorizadamente substituído por *z* entre vogaes, esta prática tornará legitima qualquer das duas soluções sobre o *ce* e o *se* inicial.

Todos sabem que efectivamente o *z* e o *s* entre vogaes são duas letras, em quê até esbarram pessoas regularmente lidas, e são vulgaríssimos os erros a tal respeito; mas, se é impossível firmar-se a doutrina de que

a cada som deve corresponder uma só letra, afigura-se-me que pouco adiantaríamos eliminando o *s* intervocálico e deixando-o ainda vigoroso em centenas de outras hipóteses, onde o *c* o poderia substituir, se o ideal não fosse ideal.

Alega-se que o *z* tem o mesmo valor que o *s* intervocálico, e que o deve substituir, no interesse da simplificação, e para evitar dúvidas às pessoas menos instruídas.

Mas esta razão procede igualmente para o caso do *ce* e do *se* iniciais. Quem não sabe ao certo se deve escrever *casa* ou *caza*, *fuso* ou *fuzo*, *empresa* ou *empreza*, também não póde saber ao certo porque há de escrever *cento* e não *sento*, *circulo* e não *sirculo*... Ora, se para êstes últimos casos ninguém propõe a alteração da exacta ortografia, não descubro vantagens essenciaes na substituição do *s* intervocálico por *z*, a não ser uma bula de indulgências gratuitas para a ignorância de muita gente.

No mesmo caso estaria o marcarmos sempre com *z* os finais agudos do singular em *ez*, *iz*, *oz*, *uz*, reservando o *s* unicamente para os pluraes das palavras terminadas

em *á, é, í, ó, ú*, consoante a alínea *j*) do projecto académico, que aliás exceptua os pronomes pessoaes, não sei porquê, visto que estes, no singular, não têm *s* nem *z*.

Não compreendi bem a reserva única do *s* para pluraes tónicos, porque há centenas de hipóteses, em que êle se emprega e se empregará, afóra aqueles pluraes. Mas eu sei, ou suponho saber ao que se refere a proposta: é que há em portuguezs terminações em *az*, (*contumaz, capaz*); em *ez* (*embriaguez, vez, talvez*); em *iz* (*infeliz, diz, juiz*); em *oz* (*algoz, feroz*); em *uz* (*conduz, luz*); e, ao mesmo tempo, na correcta escrita, temos terminações em *ás* (*aliás, dás*); em *ês* (*vês, dês, portugêes*); em *is* (*gis, quis*); em *ós* (*cós, pós*); em *us* (*pus*); e, como o vulgo anda ás aranhas a tal respeito, e até bons escritores hesitam e recalçam na aceitação das fórmulas exatas, procura-se naturalmente desviar a necessidade de pensar na razão do que se escreve, e achar um padrão, um cánon, que absolva de erro as infracções da rigorosa morfologia.

No período rudimentar de uma língua e

na ausência de sólida doutrinação linguística, são naturaes os caprichos e convenções gráficas, e até, em épocas muito próximas de nós, pouco extranhámos que Filinto e outros escrevessem *sinco* e *sincoenta*... Mas hoje, que já não temos mistérios em morfologia, á parte um ou outro caso esporádico, não posso conformar-me com a ideia de que as academias e os homens de letras escrevam *inexactamente*, no simples intuito de absolver e generalizar os erros mais vulgares; e julgo possível e até provável que a douda Academia Brasileira se incline para uma discreta e necessária simplificação ortográfica, sem adotar processos, que os pragueiros costumam capitular de *sónica* pura.

*

Na importante e calorosa defesa do seu projecto, o Sr. Medeiros e Albuquerque, entende que a substituição do *s* intervocálico por *z* é tão secundária e prende tão pouco a atenção, que *todos nós*, distraídos, escrevemos ora *s*, ora *z*, por palpite, um pouco no acaso.

Todos nós não é bem assim, mas suponhamos que o fôsse. Isso mostraria apenas que já é tempo de entrarmos no regime da genuína ortografia, abandonando caprichos e palpites, que são maus conselheiros em assuntos de grafia portuguesa.

Como documentação da sua afirmativa — que todos nós escrevemos *s* ou *z* por *palpite*, — reproduz as variantes, com que os autores de quatro dicionários de rimas escreveram palavras com *z* ou *s* intervocálico. Os mencionados autorês, — que foram Eugénio Castilho, Costa Lima, Mário Alencar, Guimarães Passos, foram talvez literatos apreciáveis, — e dos altos méritos de um, pelo menos, Eugénio de Castilho, posso eu aduzir testemunhos, — mas não fruem a menor autoridade em questões gráficas, e todos êles acertaram umas vezes e erraram outras, ao citar vocábulos, em que tinham de usar *s* ou *z*. Pertenciam apenas ao número dos que escrevem *por palpite*, e os seus erros não podem justificar outros, já porque o êrro não justifica outro êrro, já porque lhes escasseava autoridade e saber especial, para impôr uma

norma de escrita, ou, antes, anormalidades gráficas.

É todavia muito curioso e edificante o quadro das variantes aludidas, atrás reproduzido, na pág. 58. Dêsse quadro concluiu-se que, das vinte e nove palavras que formam o quadro:

rasa foi bem escrita por M. Alencar, e mal por E. Castilho, C. Lima e G. Passos;
vaza, (substantivo), foi bem escrita por todos, menos por E. Castilho; *vaza*, (verbo) foi errada por todos êles;
atraso, só E. Castilho o escreveu bem;
illesa, está bem em Castilho e Passos., e mal em C. Lima e Alencar;
lesa, errada em todos, menos G. Passos;
afrancesa, bem em Castilho, mal em Alencar, (os outros não citam o vocábulo);
reza, substantivo, bem em todos;
reza, verbo, *idem*, menos em Alencar;
aveza, bem em Alencar, e mal nos outros todos;
represa está certa em Castilho e Alencar, e errada nos outros;
repeza, bem em todos;

contrapeso, mal em Alencar, e bem nos outros;
pesô, errado em todos, menos G. Passos;
despreza, certa em Lima e Passos, errada em Castilho e Alencar;
desprêzo, bem em Castilho e Passos, mal nos outros dois;
mesa, errada por todos, menos Passos;
baixeza, errada por Lima;
defesa, errada por todos, menos Alencar;
despesa, *idem*, *idem*;
surpresa, bem em Castilho e Alencar, mal nos outros;
Theresa, errada por todos, menos Castilho;
accesa, *idem*, menos Alencar;
presa, (verbo ou adjectivo?) Como verbo, está bem em todos, menos Alencar; como adjectivo, está mal em todos, menos Alencar;
frisa, errada em todos, menos Castilho;
Narcisa, *idem*, *idem*;
narcisar, mal em todos, menos Alencar;
pesquisa, errada por todos, menos por Alencar.

Do que tudo se infere que, com efeito, há boa gente que escreve *por palpite*, o que é apenas... uma lástima.

*

Figura-se-me racional e sensata a substituição proposta do *g* por *j*, antes de *e*, e *i*: *religião*, *jénio*, *jente*, *ajir*...

É preceito e prática de Gonçalvez Viana, prática já seguida em livros e jornaes portuguezês; mas, se o público reagir contra a innovação, ainda se póde preconizar uma profunda e vantajosa simplificação, sem ferir por aquêlê lado os hábitos de toda a gente.

Mais na vista dará ainda a substituição do *x* por *ss*, em *próssimo*, *mássimo*; e, por *cs* em *ficsso*, *necso*, etc. Tambem Gonçalvez Viana assentou nesta substituição; mas eu, sem a contestar, acho-a um pouco prematura, por várias razões, uma das quaes é que as reformas dêste género não se fazem de improviso; e, em vez de atacar de frente inveteradas práticas, é preferível ladeá-las

e ir arroteando de largo, para mais facilmente lhes pormos a mão.

E tenho ainda outro motivo de hesitação:

Eu sei que os *ss* geminados representam efetivamente a pronúncia culta do *x* em *próximo*, *máximo*; e também sei que os italianos escrevem realmente *prossimo*, *massimo*; mas aos meus beirões, e talvez aos trasmontanos e minhotos, oiço ainda pronunciar *pró-chi-mo*, *má-chi-mo*...; e, embora eu já não pronuncie assim, acho severidade inútil na condenação formal da ortoépia popular. Ter eu aprendido, como toda a gente da minha aldeia, a ler *próximo*, dizendo *pró-chi-mo*; e voltar eu agora lá e ordenar aos meus amigos que leiam *pró-ci-mo*, e escrevam *próssimo*... Franca-mente, não tenho coragem;

*

A meu vêr, e visto como em Portugal a Academia das Ciências me não dá esperanças de influir eficazmente na questão, teriam muito que agradecer as letras de

Portugal e do Brasil à Academia Brasileira, se esta, deixando por agora minúcias e obstáculos que o tempo liquidará, proclamasse uma simplificação ortográfica, baseada, pouco mais ou menos, nos seguintes pontos, já abonados pela história da língua e pela prática de muitos escritores antigos e modernos:

1.º — Eliminação absoluta, em palavras portuguesas, das letras *y, w, k*, e dos grupos *ph, th, rh* e *ch* (com o som de *k*), escrevendo sempre *mártir, vagão, quilo filosofia, teatro, retórica, quimera*.

2.º — Eliminação de uma das consoantes duplas ou geminadas, excepto quando a primeira delas determine a modulação aberta da vogal que a antecede: *aprovar, aduzir, afeição, iluminar, permitir*; mas *acção, secção, inspecção, excepção*. Não se incluem nesta base os grupos *ss* e *rr*; portanto, *assentar, barrela*...

3.º — Simplificação dos ditongos *ae* e *ai*, *au* e *ao*, *eu* e *eo*, *iu* e *io*, *ue* e *ui*, *oe* e *oi*. Assim, escreveríamos sempre: *pai, mau, Manaus, Macau, iguais, gerais, animais, fu-*

giu, remiu, cedeu, chapéu, céu, azuis, dilua, herói, destrói.

4.º — Eliminação do *s* no grupo inicial
se como se faz geralmente na Espanha:
ciência, cetro, cenário.

5.º — Eliminação das consoantes que não
têm valor na pronúncia normal: *escritor,*
escultura, distinto, distinção, distrito, hino,
dano, condenar, aumento, sinal, Nazaré . . .

Com êstes poucos e modestos artigos do
meu credo ortográfico, já se pôde obter, e
já se está obtendo, uma profícua simplifi-
cação, que é meritório apressar e genera-
lizar.

II

O projecto e o meu Dicionário

O autor do projecto, á parte as alterações propostas no sentido da simplificação ortográfica, propõe, como resolução prévia, que nas publicações officiaes da Academia Brasileira se adopte a ortografia usual, tal como a consigna o *DICIONÁRIO de Candido de Figueiredo*.

Sem vaidade, porque a não conheço, confesso que me cativa a preferência, dada agora ao meu *Dicionário*, como já a fôra, no Senado brasileiro pelo Dr. Rui Barbosa, e como a tem sido noutros lugares por outros homens de letras. Mas, com a lealdade e franqueza, que a todos impendem, sinto o

dever de consignar algumas anotações a essa preferência, para que, em assuntos de maior ou menor monta, não se me atribua, *hoje*, tudo quanto se lê no meu *Dicionário*.

Não há empreendimento científico ou literário mais susceptível de imperfeições, do que um dicionário; e ocioso seria demonstrar aqui o asserto. Mas há na minha obra, àquém e além, imperfeições, que eu hoje reconheço, e que devem desaparecer em segunda edição. Em quanto porém esta se não faz, cumpre-me registrar um ou outro ponto, em que a minha consciência não está de acôrdo com o que diz o *Dicionário*; e, assim com mais segurança e verdade, se me poderão atribuir, *hoje*, determinados processos gráficos.

Aquela obra foi elaborada num período de renovação filológica. Actualmente, podemos dizer que a filologia românica é uma ciência definida, precisa, cujos processos, na sua generalidade, são tão rigorosos como os das sciências exactas; mas, há quinze ou vinte anos, em Portugal, a filologia esboçava-se apenas: e, á parte quatro ou cinco estudiosos, algum gramático ou algum profes-

sor, ninguém ventilava um problema filológico, nem se preocupava do assunto.

As leis etimológicas da língua portuguesa não eram suficientemente conhecidas; e ameúde surgiam dúvidas em pontos, já agora deslindados.

Acompanhando o desenvolvimento da linguística, e á custa da própria experiência e estudo, sem preterir lições e exemplos de quem mais sabía, tive ocasião de verificar que algumas fórmulas gráficas, consignadas no meu *Dicionário*, não representam a verdade inteira e indiscutível, e por outras devem ser substituídas.

Darei alguns exemplos, dado que o assunto interessa a quem me lê.

*

Não farei confissão geral de todas as inexactidões, perpetradas pelos meus antecessores em lexicografia, e por mim perfilhadas no *Dicionário*, porque isso faria um volume, e está reservado para nova edição, se me fôr dado fazê-la. Mas é oportuno confessar alguma coisa, ao menos.

*

Todos os modernos dicionários portugueses registam o vocábulo *logar*, e assim o tem escrito quase toda a gente, há um século a esta parte. Por uma razão: com as escassas noções que havia sobre processos etimológicos, pareceu aos nossos ingenuos escritores que o vocábulo vinha do latim *locus*, que significa a mesma coisa; e não foi preciso mais nada para converterem o velho e autêntico *lugar* em *logar*. No Brasil, — exemplo: o *Jornal-do-Commércio* do Rio, — ainda há quem mantenha a boa e antiga forma; em Portugal porém, á parte algum filólogo ou algum caturra escrupuloso, ninguém escreve senão *logar*.

Evidentemente, quem hoje possui as mais ligeiras noções de etimologia, não se atreve a supôr que o latim *locus* poderia produzir, em português, *logar*. A identidade da primeira sílaba e a identidade de significado são pretextos pueris, desde que não há identidade prosódica ou de sílaba tônica.

Se a palavra viesse do latim *locus*, os Castelhanos não escreveriam, como têm escrito e escrevem, *lugar*; nem os nossos clássicos, desde o principio da lingua, escreveriam, como escreveram, igualmente *lugar*.

O que veio de *locus* foi o nosso advérbio *logo*, e o substantivo arcaico *logo*, que significava o mesmo que *lugar*, como o italiano *luogo*.

Ainda que de *locus* pudéssemos tirar o primeiro elemento de *logar* (*log*), ficaríamos sempre a bracejar no vácuo, sem saber aonde havíamos de ir buscar a terminação *ar*.

Talvez se objecte: — Mas qual é a etimologia de *lugar*? — É desconhecida por ora. Facilmente se determina a correcta escrita de uma palavra, se conhecemos a sua etimologia. Mas daqui não se conclui que não podemos escrever com exactidão uma palavra, se lhe desconhecemos o étimo. Neste caso, a forma exacta baseamo-la na pronúncia normal e na tradição de séculos, como succede com *lugar*.

Quanto á pronúncia, os Portuguezes

*

não distinguem *lugar* e *logar*; mas, se esta segunda forma fôsse exacta, os Brasileiros do Sul diriam *ló-gár*.

Mas não dizem. Logo...

Logo, o meu *Dicionário*, embora registasse as duas formas, devia dar a preferência àquela, para o efeito do significado. Fez-se o contrário, como nos outros dicionários modernos, e regista-se a correcção.

O Moraes, como chegou antes dos pseudo-eruditos do século XIX, êsse cumpriu honradamente o seu dever naquele ponto: *lugar*, e nada de *logar*.

*

Como se sabe, Garrett aventurou grafias extravagantes, muito individuaes, que não lograram, nem deviam alograr; aceitação geral: *mattar*, *fummo*, *entrehabrir*, *intrar*, *ingano*, *imbora*...

Mas o prefixo *in*, *im*, mesmo quando não exprime negação, tentou alguns escritores, como Castilho, e pareceu-me que o deveríamos manter nas palavras a que correspondessem formas latinas com igual pre-

fixo. E, assim, preferi e registei as fórmas *intender*, *ingenheiro*, *infermo*, *incanto* . . .

Não deve ser.

Pondo-se embora de lado fórmas arcaicas, como *emperador*, *emprimir*, etc., é certo que a preposição latina *in*, quando não exprime negação, como em *intacto*, *imperfecto*, *inconstante*, etc., passa normalmente para *en* ou *em*: *enriquecer*, *empobrecer*, *entisicar*, *embasbacar*, *entorpecer* . . .; e, portanto, *entender*, *engenho*, *encantar*, *enfermo* . . .

É verdade que o português *enfermo* corresponde ao latim *infirmus*, em que há prefixo de negação: *in-firmus* (não firme). Mas, neste caso, a forma latina sofreu evolução essencial, perdendo até a vogal tónica, que passou de *i* para *e*, e perdendo-se portanto a noção etimológica, que nos levaria legitimamente a escrever *infirmo*, se tal palavra tivéssemos. Como a não temos, a forma corrente *enfermo* entra na normalidade dos vocábulos, em que o prefixo *in* passa para *en* ou *em*.

É inútil insistir nesta normalidade; mas compare-se ainda o português *endos-*

sar com o baixo latim *indorsare*; o arcaico *emprir* e moderno *encher* com o latim *implere*, etc.

*

Tambem preferi e registei a forma *simlhante*, *assimilhar-se*, por atenção á forma latina *similare*. Mas não é judicioso latinizar palavras, que em português se escreveram sempre divergentes da fonte latina; e a verdade é que, assim como no espanhol (*semejante*), sempre em português se escreveu *semelhante*, *semelhar*, e se diz *eu semelho*, *tu semelhas*...

Anotando pois o que deixei no *Dicionário*, prefiro e mantenho *semelhante*, *semelhar*...

E prefiram outros o que quizerem.

*

Consignarei ainda algumas anotações ao meu *Nóvo Dicionário*, visto que não subscrevo hoje uma ou outra grafia, que a reflexão e a experiência me levaram a modificar.

Rejeitei, com toda a razão, a forma *Hespanha*, *hespanhol*, porque, embora muito usada hoje, não é etimológica nem é fonética: é um hibridismo morfológico, em que se manteve o *H* do radical latino, e se incluiu o *e* da forma francesa, castelhana, etc.

Aceitei e preferi a forma *Hispanha*, *hispanhol*, por obediência á suposta etimologia latina *Hispania*; mas, já no capítulo xxii do meu livro *O que se não deve dizer*, mostrei que a referida forma latina não é a etimologia do respectivo vocábulo português. O latim *Hispania* evoluciona para o baixo-latim *Spanna*, *Spana* e *Spania*; e desta forma é que proveio o italiano *Spana*, o castelhano *España*, o francês *Espagne*, o português *Espanha*.

Assim o reconheceram os nossos velhos clássicos, escrevendo *Espanha*; mas os modernos, apertados entre a forma latina e a forma nacional, aditaram a esta um *H*, dando apenas prova de uma erudição acomodática e falsa.

A verdadeira grafia nacional é pois *Espanha*, *espanhol*, custe o que custar á nossa inconsciente rotina.

*

O *Nôvo Dicionário* regista *socêgo* e *socegar*, porque quase toda a gente assim escreve, *hoje*, e porque eu não tinha notícia de etimologia segura, que me aconselhasse outra fôrma.

Lições posteriores abriram-me outro caminho.

Em português, não podem fixar-se etimologias, sem nos referirmos aos correspondentes vocábulos castelhanos, se os há.

Ora, sucede que, ao lado do português antigo *sessegar*, e *assessegat*, temos o castelhano *sossegar*, o que demonstra a identidade da origem do vocábulo para as duas línguas. Na opinião de Cornu, o vocábulo procederia de um latim hipotético *subsedicare*; e segundo C. Michaëlis, do suposto latim *sessicare*. Em qualquer dos casos, a fôrma portuguesa não seria senão *sossegar* ou *sessegar*.

Donde viria, pois, para a moderna escrita portuguesa a fôrma *socêgo* e *socegar*, com *c*, em vez de *ss*?

Veio provavelmente da influência da palavra *cego*. Os escrevedores de pena grossa acharam talvez simples e cómodo o escrever: — *Em eu vendo um cego, já não socego*. — E, como era asneira, pegou e alastrou-se.

Não admira. Conheço gente razoavelmente ilustrada, que não sabe porque se hão de escrever diferentemente duas palavras que soam da mesma fôrma. Assim, como no verbo *ceder* temos *cede*, e como há a *séde* do Govêrno, a *séde* de um bispado, essa gente dá-se naturalmente a perros, a ver se evita a duplicidade de *cede* e *séde*, e não me admirará que escreva: — «Diz-se que o bispo *cede* a sua *cede* . . . » Ou: — «Nã *séde* do Govêrno *sede-se* tudo á politica».

Isto de se reduzirem a uma só fôrma todos os vocábulos homofónicos será um formoso ideal, mas não passa disso.

O que eu porém queria dizer é que *socegar* e *socêgo* são fórmulas usuas, mas não são exactas; e que quem deseje escrever ás direitas terá de preferir *sossegar*.

Devia o *Nôvo Dicionário* ter registado isto.

Mas antes tarde que nunca.

*

Anotando ainda alguns passos do *Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa*:

Nas quatro páginas de vocábulos, iniciadas pela letra *K*, só aceito, *provisoriamente*, *kilo* e os seus compostos, visto que correspondem a uma convenção internacional, embora erroneamente grafada.

Os demais abrangem duas categorias: vocábulos que devem ser eliminados, como estranhos ao português; e vocábulos em que a letra *k* deve ser substituída por *c*, (antes de *a*, *o*, *u*), e por *qu* antes de *e*, *i*).

O *k* é uma intrusão no alfabeto português. Desprezavam-no os próprios latinos: se algum destes escreveu *Kalendas*, *Kartago*, *Klepsydra*, quase todos eles escreveram *Calendas*, *Cartago*, *Clepsydra*...

Em Portugal, houve também alguns ingênuos que escreveram *kalendario*, com a mesma consciência com que abriam a boca, sujeitando-se á entrada das moscas.

Os que ainda escrevem *kágado*, êsses não são ingênuos, são uns alhos. Dizem eles

que é para evitar confusões... Eu sempre queria saber se *cágado*, devidamente acentuado, como devem ser todos os esdrúxulos, poderá confundir-se com qualquer coisa de-sairosa ou airosa.

Evidentemente, em quanto fôr tolerada a exotice do *kilo* e seus compostos, só isso terá desculpa, com o *k* e com o mais que quizerem; só isso, se não falarmos de alguns nomes próprios estrangeiros, que não podemos alterar e que entram na composição de algumas palavras.

Kant, *Kepler*, *Kramer*, são fórmulas respeitáveis. Não há que lhes mexer; e explica-se portanto a escrita *kantismo*, *Kepléria*, *Kraméria*... Mas fica para segunda leitura, ou para resolução dos sábios, o decidir se podemos e devemos, ou não, apor-tuguesar melhor aquêles derivados — *can-tismo*, *quepléria*, *craméria*; da mesma forma com que, em vez de *darwinismo*, escreve-ríamos *darwinismo*.

Em qualquer caso, se os leitores houverem por bem passar um traço sobre as quatro páginas que a letra *K* ocupa em o *Nôvo Dicionário*, não fazem coisa que eu lhes

não agradeça. Numa reedição, pouco menos eu farei.

*

O que digo de palavras começadas por *k* aplica-se, em grande parte, às palavras começadas por *y*.

No onomástico geral, *York* ainda não ofereceu dúvidas... por ora. Portanto, o seu derivado *yorkino* tolera-se, em quanto os doutores não resolverem outra coisa.

O mais, casos de outro género, como *yapu*, *yatagan*, *yáyá*, *yetim*, *ygarapé*, *yaca*, etc., são caprichos gráficos, para entretenimento de crianças e delícia dos tipógrafos.

Já aqui não está... quem os registou.

Quanto ao *W*, evidentemente só é legítimo em certas palavras ou nomes estrangeiros, não aportuguesados ainda.

Quanto, porém, aos derivados de nomes estrangeiros, *walkiria*, *wedélia*, *wiclefismo*, *wórmio*, etc., pertencem á citada categoria do *Kantismo*, *Kapléria*, etc., e deverão seguir o mesmo destino.

Em palavras portuguesas ou rigorosamente aportuguesadas, nunca póde entrar

o *w*, que não é letra do nosso alfabeto. Os que assinam *Wenceslau* não sabem o que fazem. Se querem escrever á russa, não é assim; se querem escrever á portuguesa, ainda menos assim é.

Venceslau é que é fôrma portuguesa. Com *W*, não é cá de casa.

III

Brasil

Sou naturalmente desfavorável á substituição do *s* intervocálico por *z* (*caza, roza, fuzo, Brazil...*), por todas as razões e o resto; mas compreendo que isso faça parte de qualquer sistema de simplificação, para evitar os embaraços de muita gente que troca as referidas letras, por desconhecer a razão do que faz.

Da frequência dessa troca resultou habituar-se meio público a escrever *Brazil* com *z*, chegando algumas pessoas ilustradas a crer e a defender que é essa a forma exacta.

Agora mesmo, um obsequioso anónimo

envia-me um pedaço de jornal, em que tive a surprêsa de ver o nome estimado do Sr. Candido Lago a subscrever a mal empregada defesa do tal *Brazil* com z.

Como respeito a convicções alheias, — e não admiro nunca os mais imprevistos conceitos em matéria de linguagem, — eu nada acrescentaria ao que já escrevi sôbre o caso, se o Sr. Candido Lago me não fizesse a mercê de citar o meu nome, procurando destruir as razões evidentes, que militam em favor de *Brasil* com s.

Para se ver a precipitação, com que o Sr. Lago se arrojou ao incruento combate, transcreverei palavras suas:

— «Para demonstrar, até á saciedade, a nenhuma importancia que seus proprios patricios ligam á opinião de Candido de Figueiredo, na questão vertente, basta ver que o dictionario *Comtemporaneo*, de Aulete (que C. de F. diz ser um dos melhores), escreve *Brazil* e seus deriyados com z; e, por outro lado, que o recente dictionario de Francisco de Almeida escreve — *braza* (com z) e *brazileiro* com z e com s (á vontade do freguez), mostrando comtudo, indi-

recta e palpavelmente, com o z de *braza*, a sem razão de Candido de Figueiredo». —

Sabendo-se que o *Contemporâneo* foi publicado vinte anos antes do meu *Dicionário*, e o de Almeida dez anos antes, que importância podiam dar os dois lexicógrafos á minha opinião? Só adivinhando-a, muitos anos antes de eu a publicar.

Mas isto é o menos: mero lapso cronológico.

O mais, a par de outras coisas, é afirmar o Sr. Lago que a *única* razão, que eu alego, é que os Franceses escrevem *Brésil*!

Fingiu que me não leu, ou 'passou em claro as quatro páginas que dediquei ao assunto (*Lições Práticas*, vol. III, 2.^a edição, pág. 208 e seg.).

O *Brésil* francês é exactamente o que menos vale para nós, porque o francês é talvez a única língua culta que não tem ortografia... Também os Franceses escrevem erroneamente *gaz* com z, ao passo que, em todas as outras línguas tem o que deve ter: s. Em todas... menos a nossa, que se tem adulterado, a macaquear o francês.

Brazil, com z, é invenção moderna.

Pouco mais tem que um século e generalizou-se provavelmente nos tempos do arcaísmo, em que apareceram, pela primeira vez, as *cazas*, as *rozás*, as *muzas*, os *Brazis*... Até então, nem o Padre Vieira, nem os geógrafos, nem o povo português tinham ainda pervertido a forma exacta e nacional, *Brasil*, com *s*.

Mas são curiosíssimas as razões que o Sr. Lago aduz em favor de *Brazil*, com *z*. Ora vejamos:

*

1.^a Que *brazá* tem *z* em bons escritores, e assim aparece no *Contemporâneo* e no *Dicion.* de Almeida.

Que novidade! Quase não há erro ortográfico, que não apareça em bons escritores; e o *Contemporâneo* tem-nos ás dezenas, como qualquer outro, organizado antes da difusão da sciência da linguagem. O autor do *Contemporâneo* era um erudito, mas não era um filólogo; e, poucos anos depois da publicação da sua obra, elle próprio me confessava que, se a reeditasse, a

refundiria essencialmente sob o ponto de vista ortográfico. Havia observado o que êle supunha uso geral, e, quando estudou mais um pouco e caiu em si, era tarde. E, assim, lá lhe ficou *abhorrecer*, com *h*, por amor ao latim; *travez* e *atraz*, com *z*. — formas evidentemente errôneas; etc.

Portanto, e seja qual fôr o mérito do *Contemporâneo*, é ingenuidade imperdoável invocá-lo como autoridade em questões ortográficas.

Do livro de Almeida não falarei, porque é, em grande parte, um resumo do *Contemporâneo*; como é fácil verificar.

2.^a «Que do latim *ansa* formámos *aza*, com *z*».

Isso formou êle, mais ninguém.

Tem-se escrito *aza*, como se tem escrito *roza*, *empreza*, *Brazil*... Mas o *s* latino nunca produziu *z* em língua nenhuma; é facto indubitável para todos os que possuam as mais ligeiras noções de filologia românica.

3.^a «Que os Espanhóes escrevem *brasa* e *Brasil*, porque o *z* daria ali o resultado de ser *braça*, etc.»

Não prosigo. Vê-se que o articulista imagina a ortografia uma brincadeira de crianças, e que, não obstante a sua boa vontade, está por ora inteiramente alheio aos processos fonéticos das línguas românicas.

Os Espanhóes escrevem *Brasil*, pela mesma razão porque os Italianos escrevem *Brasile*, os Francêses *Brésil*, os Portugueses *Brasil* . . . Essa razão estava na origem da palavra e na pronúncia corrente do século xvi, porque nesse tempo o *z* intervocalico ainda não soava como *s*, facto que se mantém ainda hoje nos povos da Beira e Trás-os-Montes.

Da origem da palavra (*brasa* com *s*) e da pronúncia normal portuguesa veio a latinização *Brasile*, como se vê na monumental obra de Du-Cange.

Se em português houvesse a forma *Brazil* com *z*, nunca a forma latina podia ser *Brasile*, com *s*.

Póde alegar-se que bons escritores (modernos, é claro) têm escrito *Brazil*, com *z*; que os geógrafos inglêses fazem a mesma coisa, porque nenhum geógrafo é obrigado a ser linguista; póde sustentar-se que o

entre vogaes se deve substituir por z em testemunho de amor á *sónica*; póde o Sr. Lago fantasiar filologias a seu gôsto; póde até toda a gente preferir *Brazil* a *Brasil*. O que ninguém póde nem poderá demonstrar, com argumentos literários ou scientificos, é que *Brasil* com s não seja a fôrma exacta e tradicional, isto é, a fôrma rigorosamente portuguesa.

IV

Cá e lá

O projecto do Sr. Medeiros e Albuquerque, embora moderado, quase tímido e tão modesto, que se não destina a ser convertido em lei immediata para o público, mas simplesmente para a Academia Brasileira, que póde regular como quizer os seus processos gráficos, aquele projecto, dizia eu, levantou viva celeuma, ao contrário do que, por idênticos motivos, tem succedido em Portugal.

Em Portugal, os debates ortográficos têm-se restringido a algumas palestras entre gente letrada, e á publicação de algum raro artigo na imprensa periódica, afora

um ou outro livro ou monografia de quem tenha autoridade inconcussa na matéria. Como a maior parte dos que escrevem não têm a preparação necessária para a ventilação de tal assunto, nem pachorra para o estudar, cruza os braços, a ver no que param as modas, e, á parte a influência dos hábitos, não opõe obstáculos essenciaes àquilo que disserem os doutores. E assim é que, sem polémicas, sem grandes esforços, sem desavenças na Academia, — que aliás não cura do assunto, — a simplificação ortográfica é já uma conquista em Portugal. Excepto divergências accidentaes, que o tempo facilmente corrigirá, quase todos os que em Portugal se podem chamar filólogos ou gramáticos corrigiram e simplificaram os seus processos gráficos: nem *ph*, nem *th*, nem *rh*, nem *y*, nem geminação de consoantes inúteis... Este melhoramento passou, sem grande óbice, para a imprensa diária de Lisboa, Porto, provincias e até da Índia Portuguesa: *Primeiro de Janeiro*, *Voz Publica*, *Mundo*, *Época*, *Voz da Justiça*, *Gazeta das Escolas*, *Educação Nacional*, etc., etc.; e do jornal passou para o livro,

podendo acreditar-se que, dentro de poucos anos, a Academia das Sciências acordará assombrada de se ver sòzinha perante um movimento que ela poderia orientar, mas que se robusteceu e frutificou sem intervenção dela, e até contra os intuitos dela.

O Brasil é outra coisa.

Há ali muito mais gente que se interessa pelas questões da língua portuguesa e que cultiva o nosso idioma com verdadeiro amor e carinho; e por isso afluiram de toda a parte á discussão do projecto ponderados articulistas e escritores provados.

Verdade é que, de envolta com o trigo, surge ás vezes o joio da inconsciência e da petulância, e até o jornal burlesco mete colherada no assunto. Mas é natural: em matéria de linguagem, não ha ninguém que se não julgue habilitado para dar sentenças. O mais rude sertanejo, a quem um vizinho ensinou o abecedário, se lhe forem dizer que escreve mal o nome, tem logo a resposta na ponta da língua:

— «Que o mestre o ensinou assim, e que quem é mestre sabe. Que se acostumou assim

e que tal hábito nunca lhe fez mal ao estômago. Que o burro velho não aprende cantiga, etc.»

Mas isto, no Brasil, é excepção, e ainda bem. Em geral, todos os que têm vindo á estacada em favor da sua dama, isto é, em favor das suas convicções ortográficas, apresentam-se com distinção e nobreza e vale a pena ponderar-lhes os conceitos.

Falarei de alguns, que, por se referirem a mim, nem sempre com a justiça a que todos temos direito, naturalmente provocam referências minhas.

Afonso Costa

Publicou o Sr. Afonso Costa um longo e erudito artigo, em que há muitas coisas plausíveis, outras que se devem pôr de remissa, e ainda outras, que eu nunca poderia aceitar. *Exempli gratia* :

— «Entre os partidários da simplificação, lembramo-nos agora do Sr. Candido de Figueiredo, o ilustrado e incansável escritor que, no Brasil e em Portugal, tanto se tem batido pela abolição de absurdos gráficos e prosódicos, o competente autor do *Dicionário Contemporâneo*. Noto, entretanto, que tão distinto lexicógrafo, como outros muitos inovadores que pregam a necessidade

da simplificação, a eliminação dos símbolos gregos, ora procuram restaurar formas completamente substituídas já, ora estabelecer a etimologia de outras, etimologia abandonada pelo uso corrente de toda a gente.

«É assim que, condemnando o emprego do —*ph*; escrevendo —*ortografia*, *tipografo*, *alfabeto*, *filologo*; do —*ch*, escrevendo —*monarquia*, *Cristo*, etc . . .; do —*th*, escrevendo —*teoria*, *tesouro*, *tema*, *teatro*, etc., e aconselhando, como mais razoável, a grafia —*clube*, *crupe*, *almanaque*, *fraque*, etc..., com o fim de facilitar a ortografia e torná-la acessível a todos, pretendem por amor à etimologia, restaurar os archaismos —*pregunta*, *reposta*, *impido* e substituir as formas correntes —*assucar*, *musulmano* — por *açucar* e *muçulmano*, etc . . .» —

Peço a palavra:

Antes de mais nada, muito obrigado, mas... O *Dicionário Contemporâneo* não é obra minha: planeou-o o Professor Caldas Aulete, e organizou-o o helenista Santos Valente.

Acha-me contradictório o Sr. Afonso

Costa, pois que, advogando eu a simplificação ortográfica, perpetro duas coisas, que brigam com a simplificação; restaurar formas já substituídas, e restabelecer etimologias abandonadas.

Vê-se porém que estas duas coisas se cerram numa: corrigir formas vulgarizadas.

Não andou bem avisado o Sr. Afonso Costa em ver antinomia entre *correção* e *simplificação*.

São coisas distintas e de todo independentes; e ninguém dirá que a incorreção de uma forma vulgarizada interessa á simplificação, e deve manter-se. O erro, se o é, nunca se respeita. O que póde acontecer é que seja tarde para o corrigir, porque sempre e em todo o tempo o perpetrámos, tornando-se incurável, como dezenas dêles, que eu poderia citar ao Sr. Afonso Costa. Mas, ainda nêsse caso, a obrigação dos que estudam e amam a língua é apontar o erro, para remorso de nós todos.

As correções, que tenho aventurado ou perfilhado, não se referem a chagas incuráveis: referem-se a delitos de uma geração, de uma ou outra época, ou de certos escrito-

res. Geralmente, as maiores corruptelas da escrita são peculiares ao século XIX : á parte três ou quatro escritores, nunca se escreveu mais incorrectamente em século nenhum da nossa língua.

Ora a correcção, evidentemente, prevalece á simplificação, quanto á importância de cada uma; mas não há entre elas vislumbre de antinomia, porque não há forma correcta, que não esteja sujeita ao processo geral de uma discreta simplificação.

Não sei bem o que o articulista chama restaurar formas e restabelecer etimologias. A etimologia, se é conhecida, é só uma: não se restabelece nem se elimina; fica.

— «É assim, — diz elle, — que, aconselhando... *clube*, *crupe*, *almanaque*, *fraque*, com o fim de facilitar a ortografia...» —

Está enganado o Sr. Costa: não é para facilitar a ortografia, é para escrevermos português, visto que em nossa língua não há, nunca ouve, nem póde haver palavras terminadas em *b*, *p*, *ch* e *k*...

Mais:

— «Pretendem, por amor á etimologia, restaurar os arcaismos...» —

Não é bem isso. Não basta a etimologia para se restaurar uma forma arcaica. E *pregunta* não é arcaísmo: é forma de hoje, de ontem, e os espanhóis não conhecem outra. Seria extraordinário que a mesma palavra tivesse razões diferentes em duas línguas irmãs...

Repоста defende-se melhor que *resposta*, mas as duas formas têm atravessado a história da língua, e a opção não é fácil. Em todo caso, *repоста* também não é arcaísmo. E *impido* é de há dois dias: é do Padre Vieira, como já o era de Ferreira.

Assucar e *musulmano* são *hoje* formas correntes, é verdade; mas foi o tal século XIX que arranjou isso, mercê do figurino francês. Em todos os outros tempos da nossa língua, nunca se escreveu senão *açúcar*, que é a forma exacta.

Mas que tem isso com simplificação?

*

O Sr. Afonso Costa, que naturalmente fez obra pelo que lhe contaram e não pelo que viu, escreve:

— « O systema phonetico, tão ardentemente defendido por João de Deus, Barbosa Leão, Vasconcellos Abreu, Gonçalves Viana e outros, consiste na representação das palavras e vocábulos conforme são pronunciados; exclue a tradição historica e não attende á etymologia, ainda mesmo a mais conhecida e popular; requer para a sua applicação uma reforma nos valores alphabeticos e a eliminação absoluta dos symbolos da etymologia grega — *lh, ph, ch, k, rh, y* e das letras dobradas — *mm, cc, ll, pp, tt*, etc...; bem como exige a acentuação de cada palavra, assignalada essa accentuação convenientemente pelos caracteres, para esse fim instituidos. » —

Mas isto não é verdade.

Uma coisa era o sistema, — se sistema era, — de Barbosa Leão; e outra coisa era o sistema que João de Deus preconizou, mas que não seguiu sempre; e outra ainda é o sistema praticado por Vasconcelos-Abreu e Gonçalvez Viana.

O sistema de Barbosa Leão era uma *sónica* inexequível, em que todas as pronúncias se haviam de subordinar á pronúncia

individual do autor do sistema, e em que se procurava realizar o impossível, isto é, uma só letra para cada som, e um só valor para cada letra...

Baseada aliás nas melhores intenções, a propaganda de Barbosa Leão teve apenas a vantagem de chamar para a questão ortográfica a atenção de esclarecidos espíritos, e de conseguir que um dos principaes periódicos portugueses, o *Primeiro de Janeiro*, adoptasse, e mantivesse até hoje, não a *sónica* de B. Leão, mas uma discreta simplificação ortográfica, sem *ph*, sem *th*, sem *y*... etc.

João de Deus, em quanto foi jornalista e autor de poesias esparsas, preconizava e praticava desatogadamente uma benéfica simplificação, nos limites de uma espécie de programa, feito por êle, e por mim reproduzido nas notas de um livro meu (*Tasso*, poema dramático). Mas João de Deus não era filólogo, escasseavam-lhe recursos para um sistema sólido e lógico; e, dèsde que publicou os seus primeiros livros, êle, que não fôra fadado para lutar, deixou-se arrastar no enxurro das costumeiras ortográfi-

cas, e não pensou mais em simplificações de escrita.

Com Vasconcelos-Abreu e Gonçálvez Viana, cujos processos ortográficos são idênticos, o caso muda de figura.

E aqui abrirei parêntese para consignar comovidamente, e com verdadeira saudade, o triste facto de haver falecido há semanas o sábio orientalista, professor de sânscrito no Curso Superior de Letras, Guilherme de Vasconcelos-Abreu.

Abreu ortografava como Viana, cujos processos, pouco mais ou pouco menos, são hoje adoptados por gramáticos e filólogos portugueses, pedagogistas, diários noticiosos, revistas escolares, etc.; mas Gonçálvez Viana, como o Sr. Afonso Costa viu de certo na *Ortografia Nacional* do notabilíssimo filólogo, não póde confundir-se com os taes, de quem o articulista diz que excluem a tradição histórica e não atendem á etimologia.

Deus nos acuda! Gonçálvez Viana tem elevadas responsabilidades, para descambar no sistema ingénuo dos que julgam possível e sensata uma reforma ortográfica, sem se

atender á etimologia e á tradição histórica.

O mal está em que todos falam de etimologia e de tradições da língua, e poucos sabem o que isso é.

Demoremo-nos nisto um pouco, que talvez se não perca o tempo.

*

Não tem nada com a simplificação ortográfica a correcção de fórmulas usuas e erróneas; mas o Sr. Afonso Costa imaginou provavelmente que os defensores da simplificação devem, por coherência, não mexer nos disparates gráficos que enxameiam a imprensa.

Em quanto não entende coisa peor — do que Deus nos livre. — E, já que estou com as mãos na massa, não desejo fechar a masseira, sem correr os olhos por todo o aludido artigo do Sr. Afonso Costa. Parece que nem todo é farinha limpa.

Ora vejamos:

— «É, entretanto, interessante ver, como ainda hoje, muito escriptor, affectando

erudição etymologica e respeito ás formulas da grafia passada, escreve:— *hynverno*, *lagryma*, *martyrio*, *hydra*, *chymico*, *lyra*, *gyrar*, *cyrco*, ao lado da *igreja*, *imprego*, *intender*, *igual*, *irmão*, *idade*, *escritor*, *assunto*, etc., esquecidos de que, se o *y* das primeiras palavras tem a sua origem nos tempos aureos das velhas lettras, por essa mesma razão dever-se-ha manter o *e* de *egreja*, *emprego*, *entender*, *egual*, *ermão*, *edade*, e o *p* de *escriptor*, *assumpto*, etc.».—

Ha neste período do Sr. Afonso Costa equívocos de vários géneros.

Em nome da etimologia, ninguém escreverá *cyrco*, porque seria rematada tolice, como *lyrio*, *colyseu*, etc.; Com *y* ha *cyclo*. Parece-se, mas não é a mesma coisa.

Em nome da etimologia, não se póde manter *egreja*, porque a etimologia, a fonte directa desta palavra, não é o latim *ecclesia*, como supõem vários ingénuos. O latim deu a *église* francesa, mas não deu a *iglesia* castelhana e a *igreja* portuguesa: entre estas duas fórmulas e o latim, houve outras fórmulas intermédias: *eiglesia*, *eigresia* = *eigreja*, tendo-se um dos *cc* de *ecclesia* convertido

em *g*, e o outro em *i* como em *perfectus* (perfeito), *octo* (oito), etc. Em *eiglesia*, e em *eigreja* (fórmula arcaica), deu-se a aférese, como em *batina* (de *abbatina*), *namorar* (de *enamorar*), *mavioso* (de *amavioso*), etc., e ficou *iglesia* em Espanha, como ficou em Portugal *igreja*, fórmula que tem acompanhado a nossa língua em todos os séculos, até que, no último, uns pseudo-eruditos imaginaram que o vocábulo vinha directamente do latim, e desataram a escrever *egreja*, com uma inconsciência só igual á prosápia dos neógrafos.

Também nos tempos áureos das velhas letras (portuguesas) ninguém escrevia *escriptor* e *assumpto*: estas fórmulas são invenções modernas dos taes pseudo-eruditos, que inçaram a língua de letras inúteis, em nome de uma suposta etimologia...

Mas vamos a outro ponto.

*

Disse eu que toda a gente fala de etimologia e de tradições da língua, e que poucos sabem o que isso é.

*

O Sr. Afonso Costa também parece que não forma do assunto ideia suficientemente clara, porque atribue a Gançálvez Viana o desassinado propósito de não atender á etimologia e ás tradições da língua. Tal propósito, — porque é realmente cómodo, — poderá atribuir-se a curiosos das letras, e até a bons literatos, mas nunca a um filólogo propriamente dito.

A escrita etimológica, para o comum dos literatos, cifra-se em reproduzir integralmente o radical das correspondentes palavras gregas, latinas, etc.

Assim, escrever etimologicamente seria ir no encalço daquele erudito mas excêntrico José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, que escrevia *prancto* (por *pranto*), *convicte* (por *convite*), *stylo* (por *estilo*), *poncto* (por *ponto*), (*docto* por *douto*), *tammanho* (por *tamanho*), *lucto* (por *luto*), *rhyma*, *abhorrecer*, *hynverno*, *mactar*, *comptar*, *septe*, *ropto*, *Joseph*...

Ora, isto não é escrever etimologicamente em português; é latinizar. *José* e *sete* são formas etimológicas sem *ph* nem *p*, porque a etimologia, até onde a fonética a res-

peitou, diz que ali há *Jo*, e não *Ju*, há *sé*, e não *cé*... A fonética é a primeira lei da escrita, mas não prescinde da etimologia, para a exacta representação gráfica. Por isso os filólogos, e portanto Gonçalves Viana, não escrevem *rasão*, como escrevia o etimologista José Castilho, nem escrevem *sanscripto*, grafia também usada pelo mesmo excêntrico; escrevem *razão*, com *e*, porque a etimologia assim o manda; e escrevem *sánscrito*, ou *sámscrito*, porque a palavra não tem *p* na sua fonte, nem tem parentesco com o latim *scriptus*.

Os mesmos filólogos regeitam a forma, modernamente vulgarizada, de *assucar*, porque a etimologia arabe impõe a forma *açúcar*.

Portanto, não é exacto que Gonçalves Viana desatenda á etimologia; como não é exacto que êle desatenda ás tradições da língua. Por êle tomar na devida conta essas tradições, é que escreve *filosofia*, *escritura*, *crónica*, *Pequim*, *Xá da Pérsia*, etc., não confundindo este *xá* com o *chá* que a gente toma, e que é coisa diferentíssima.

Os mais autorizados propagandistas da

simplificação ortográfica não desprezam a etimologia, racionalmente observada, e têm por seu lado as tradições da língua, as quaes brigam abertamente com as modernas práticas mais vulgares e com os processos de supostos etimologistas, mantenedores afinal de injustificáveis complicações gráficas e de nocivas rotinas.

Coloquemos as coisas no seu lugar, e não apreciemos de leve os homens que têm o dever de ignorar muito menos do que nós.

*

O esclarecido articulista, a que me estou referindo, pondera:

— «O que é lastimavel, neste terreno da questão orthographica, é que não se entendam os contendores e, ás vezes, os proprios partidarios do mesmo systema, de modo que, a cada excellencia que se attribue a qualquer um desses systemas, os adversarios delle outros tantos defeitos apresentam, não sendo possivel, nessa balburdia em que a ninguem é dado tomar pé, andar com segurança».

Se os contendores se entendessem, não havia contenda; e a contenda é naturalíssima, em face da divergência de hábitos, da divergência da orientação prática, e até da divergência de temperamentos,—mas, sobretudo das diferenças de preparação literária.

O Sr. Afonso Costa acrescenta que ás vezes se não entendem os próprios partidários do mesmo sistema.

Também é verdade; mas, pelo que toca ao sistema de ortografia fonética, são de secundário alcance as divergências entre os paladinos sérios dêsse sistema. Em pontos essenciaes, todos estão de acôrdo: eliminação dos grupos *ph*, *th*, *rh*; proscrição das letras *k*, *y*, *w*; redução das consoantes geminadas, quando a geminação não influe na ortoépia do vacábulo; normalização dos ditongos *ai*, *eu*, *iu*, *iu*, *au*, dispensadas as desinências *ae*, *eo*, *io*, *ao*. Nisto e em algumas coisas mais, creio estarem de acôrdo todos os partidários da simplificação ortográfica, dêsde os mais radicaes até os mais moderados.

Ora, se todos êles estão de acôrdo na-

quêles pontos, podia suspender-se provisoriamente toda a discussão entre os partidários do referido sistema; e todos os esforços se poderiam agora concentrar na execução immediata da aludida reformação. Com o tempo, com hábitos novos, com o terreno conquistado a rotineiros ferrenhos, viria o resto.

Abolida a geminação das consoantes, implicitamente abolidas ficavam as consoantes inúteis, não geminadas, como o *g* de *augmento*, *signal*, *Ignês*, *Ignacio*; o *c* de *juncto*, *poncto*, *districto*, *distincto*; o *p* de *escriptura*, *esculptor*; o *m* de *damno*, *condemnar*, *hymno*, *somno*, *alumno*...

Todas as mencionadas modificações são desafogadamente observadas pela maioria dos que em Portugal podem ser tidos na conta de filólogos, por pedagogistas, por jornalistas; e o próprio *Diário do Govêrno*, afóra numerosas correcções indicadas pelo progresso da filologia, simplifica innúmeras palavras, exhibindo *aumento* sem *g*, *Artur* sem *h*, *autor* sem *c*, etc.

Se em Portugal, um país de tradições e de indolência, tem assim progredido a sim-

plificação ortográfica, creio bem que o Brasil, com os esforços da sua Academia e a coadjuvação da imprensa periódica, poderá, em menos tempo, fazer muito mais, sobretudo se a reforma evitar importunos radicalismos e se estibar nos pontos em que estão de acôrdo todos ou quase todos os partidários da simplificação ortográfica.

*

O Sr. Afonso Costa parece confundir *ortografia fónica* com *ortografia sónica*. E, com efeito, o latim *sonus* e o grego *phone* permitem essa confusão. Mas a verdade é que os partidários da ortografia fonética, na sua grande maioria, acatam a etimologia e as tradições da língua, sempre que elas estejam de acôrdo com a pronúncia, e rejeitam a qualificação de *sónicos*, que melhor quadrava ao Barbosa Leão, e a outros ingênuos, segundo os quaes a escrita portuguesa se deveria converter num acervo de extravagâncias individuaes. Daqui vem que os inconvenientes, atribuidos pelo Sr. Afonso Costa à racional ortografia fonética,

são apanágio da ortografia *sónica*, ou, antes, das ortografias *sónicas*, porque, dentro delas, cada um dos seus sectários representa os fonemas pelos sinaes que mais lhe aprezem, ou que mais concordam com a sua pronúncia individual.

Mas, seja *fonética* ou seja *sónica* a ortografia que o Sr. Afonso Costa rejeita, não deixa de ser curioso este obstáculo, por elle indicado nos seguintes termos:

— «E as palavras de outras linguas, já nacionalisadas, em certas letras, formando syllabas, e tendo som differente do que se lhes dá entre nós, — *toilette*, *leader*, *meeting*, *cavaignac*, *landau*, *jockey*, — como serão graphadas? Que confusão! que balburdia originar-se-ia da pratica de semelhante sistema!» —

Mas que tem a simplificação da ortografia portuguesa com as palavras de outras línguas? Os Franceses, os Ingleses, os Alemães, etc., é que poderiam simplificar as suas línguas. Nós nada temos com isso, e, se ás vezes citamos palavras estrangeiras, temos de as reproduzir fielmente, em quanto não forem aportuguesadas. Ora as

palavras citadas pelo ilustre Deputado pernambucano ainda não foram aportuguesadas, á exceção de *landau*, que já se escreve *landô*; e, portanto, seja qual fôr o nosso sistema ortográfico, e ainda que fosse escandalosamente e tolamente sónico, não temos o direito de escrever de outra maneira *toilette*, *meeting*, *jockey*...

No que o Sr. Costa se engana completamente é em supôr *nacionalizadas* essas palavras. Muito usadas, sim; mas nacionalisadas! Onde é que a língua portuguesa tem *oi* com o som de *uá*, *ee* com o som de *i*, etc.? Em parte nenhuma. Logo, *toillett*, *meeting*, etc., não estão nacionalisadas. Usam-se, como se usa *deficit*, *ultimatum*... mas nada disto se nacionalizou. Nacional é o que é de uma nação, e aquilo é de outras e faz serviço a todas...

Também não parece estar bem informado o sr. Afonso Costa, quando afirma:

— «As — *ph*, *th*, *ch*, *y*, *h*, sempre têm figurado na grafia das palavras que, por sua origem, as exigem, dêsde os tempos áureos da litteratura portuguesa. —

Em primeiro lugar, Camões, que ful-

gura nos tempos áureos das nossas letras, escreveu *triunfo* e não *triumpho* (*Lusiadas*, III, 26, ed. de 1572); *Eufrates*, e não *Euphrates* (*Ibidem*, IV, 64). E depois, nem na idade áurea, nem na idade de pedra, houve jámais ortografia uniforme e racional ou científica, na língua portuguesa. O próprio Camões (*Lusiadas*, VIII, 47) escreveu *Maphamede*; e contudo nem o próprio sr. Afonso Costa, que morre de amores pelo *ph*, escreveria tal monstruosidade, visto que Mafamede ou Mafoma nunca passou pela Grécia.

E depois, se devêssemos acatar religiosamente a prática de tempos idos, Deus nos acuda! voltaríamos a escrever *ymão*, *ley*, *rey*, *pay*, *rezão*, *vezinho*...

Deseja isto o sr. Afonso Costa? Não, decerto.

Então façamos alguma coisa, com que todos se entendam e a todos aproveite.

*

Demorei-me um pouco em anotar a prosa do sr. Afonso Costa, não só porque o

articulista me pareceu crêdôr de consideração e rêsposta, senão também porque, empenhando-se êle em desservir uma causa justa, justo era desviar os seus botes menos firmes.

Que afinal todo o fundamento das alegações do articulista se cifra nestas suas palavras:

— «E tanta é a força e autoridade do uso e do hábito, por tempo ininterrupto, que a nós, acostumados a escrever — *philosophia, theologia, monarchia, hoje, heróe, alphabeto, escripto, assumpto, elle, sciencia, commum*, — estas mesmas palavras nos parecem deturpadas, quando as lemos phoneticamente escriptas — *filosofia, teologia, monarquia, oje, eróe, alfabeto, escrito, assunto, êle, ciencia, comum, etc...* » —

Pois aí é que bate o ponto. Não estivesse o articulista habituado... não escrevesse êle sempre como lhe ensinaram desde tamanino; começasse êle agora a estudar e a escrever, e ver-se-ia como êle se congratulava com os mais racionais processos de simplificação ortográfica.

A opposição a qualquer reforma ortográ-

fica, — por mais modesta e racional que esta seja — é naturalíssima, póde até dizer-se que é *humana*, porque nada póde mais no homem que o hábito.

Nenhum reformador judicioso deve manter ilusões a tal respeito. O jornalista, o escritor, o simples amahuense ou qualquer cidadão que, durante trinta ou quarenta anos, grafou de certa fórmula os seus livros, os seus artigos, as suas cópias, o seu rol de roupa suja, difficilmente arrepiará carreira em assuntos gráficos, ainda que reconheça os próprios erros ou defeitos. Toda a gente sabe que *Thiago* é um desconchavo gráfico; que *matto* com dois *tt* não existe em nossa língua; que a letra *w* não é do nosso alfabeto; etc. E, contudo, haja alguém que convença os *Thiagos*, os *Mattos* e os *Wenceslaus* a escrever o seu nome de outra maneira! Não há meio.

Ora, pugnando pela simplificação da ortografia portugueza, não devemos iludir-nos sob a immediata aceitação dela, nem estranhar que ela seja vivamente combatida, em nome... dos costumes da terra. Devemos simplesmente espalhar a boa doutrina, na

esperança de que nossos filhos e nossos netos achem o caminho da instrução mais plano e mais alumiado, do que nós o achámos. No presente, a vitória de uma reforma ortográfica não pôde ser immediata e completa. É uma questão de apostolado; e os apóstolos olham mais ao futuro que ao presente. No presente, são sempre parciaes os triunfos. O mais certo, para quaesquer reformadores, é o apedrejamento, a cruz ou as grelhas.

Eu desejava ainda conversar um pouco mais com o Sr. Afonso Costa, a respeito de algumas passagens do seu longo e substancioso artigo. Mas não desejo enfadá-lo, nem adormentar a quem me lê.

Apenas uma referência final:

—«Levam ao exagero a accentuação os que escrevem *há*...»—

O que o Sr. Costa quer dizer é que não está acostumado a escrever assim. Isso sei eu, mas não é razão sólida para se dizer que há exagêro no que os outros fazem.

E naquele caso não há exagêro: há o cumprimento de um dever de clareza e de coerência.

Por que é que o Sr. Costa escreve *pá*, *dá*, *já*, *má*?

Porque, se não empregasse aqui o acento, teria de lêr *pâ*, *dâ*, *jâ*, *mâ*; não é verdade? Por isso, quando junta a preposição *de* com o artigo *a*, fôrma *da*, e lê *dâ*.

Se o verbo *dá*, e *pá*, e *já*, e *má*, não tiverem acento, já não são o que deviam ser.

Daqui, uma regra: que o *a*, quando é vogal tónica de um monossílabo, é sempre fechado, não tendo acento agudo: *da*, *das*, *mas*; para ser aberto, é preciso que tenha acento: *já*, *má*, *vá*, *pá*, *dá*, *lá*, *cá*, *há*...

Pois não é isto? Quem escreve *ha*, sem acento, — e é quase toda a gente, — tem o direito de lêr *há*, e não deve ler *há*.

Ou a lógica é uma história.

VI

Xavier Marques

Ao passo que os médicos discutem medicina, os astrónomos astronomia, os espiritistas espiritismo, os economistas economia, — a ortografia é discutida por toda a gente, *tout le monde et son père*.

Daqui o vemos entre os litigantes pessoas excelentes, que não possuem a menor noção do problema ortográfico, que da língua portuguesa conhecem os jornaes e dois ou tres livrecos e que, acreditando piamente na infalibilidade de quem os doutrinou em primeiras letras, alegam e argumentam com uma gravidade digna de melhor causa:

— Eu cá... nunca vi aquilo. O que me

ensinaram é o que é. Nada de reformas, e vamos andando. —

Com os críticos desta laia, não há que discutir. Felizmente, entre os adversários da simplificação ortográfica, algumas vezes se nos deparam hábeis e esclarecidos articulistas e publicistas, cujos conceitos merecem glosa e réplica.

Assim foi que, a propósito da reforma proposta e já agora aprovada pela Academia Brasileira, tive ocasião e o prazer de anotar as considerações do sr. Deputado Afonso Costa; e, vendo agora no *Jornal-do-Comércio*, do Rio, um interessante e judicioso artigo do laureado romancista bahiano sr. Xavier Marques, sobre o mesmo assunto, parece-me que vale a pena tomar o pêso a algumas das afirmações do notável articulista.

A descrição, que êle faz, do fonetista, é pinturesca e graciosa, mas não é perfeitamente justa, porque há fonetistas de fonetistas: o *clacico* (por *classico*), *poça* (por *possa*), etc., não são práticas de fonetista que se preze. E *simplez*, (por *simples*), é fôrma exacta, mas não é *sistema Candido*

de Figueiredo, consoante a afirmação do Sr. Xavier Marques. Eu escrevi sempre *simples*, porque ainda me parece cedo para grafar com *z* final palavras que não são oxítonas ou *agudas*. É que qualquer reforma *radical*, como acertadamente observa o Sr. Xavier Marques, é inconveniente e penosa ao público.

Não leva a bem que eu pretira o critério da utilidade e do hábito... Mas eu nunca preteri a utilidade; e, se desde sempre votei pela possível e racional simplificação ortográfica, foi exactamente por me convencer, sem a menor dificuldade, de que a utilidade do maior número está exactamente na simplificação, e nada na complicação. E, quanto aos hábitos, também eu os não rejeito, quando são justificados, e não dificultam o aprendizado da língua.

Mas, a respeito de hábitos, convirá reconhecer-se uma coisa, de que vou falar.

*

Como eu dizia, o Sr. Xavier Marques não leva a bem que eu pretira o critério dos hábitos.

*

Como eu também já disse, não rejeito os hábitos, quando justificados, e quando não embaracem o aprendizado da língua.

Porque em ortografia há hábitos de vária espécie: há os de quem escreve, com qualquer fundamento, *philosophia* e *lyra*; e há os de quem escreve tolamente *phylo-sophia* com *y*, *lyrio* com *y*, *cathegoria* com *h*, *sachristão* com *h*, *cautella* com dois *ll*, etc. Com os segundos não póde haver indulgência; mas contra os primeiros, embora eu lhes não reconheça utilidade prática, não tenho que protestar, nem me preocupa a conversão dos *habituados*. Se os aludidos hábitos não constituem erros gráficos, governe-se com êles quem com êles bem se der, e não se suponha que a conversão dos infieis entra no primeiro artigo do programa dos reformistas. Não, senhores: o mais simples bom-senso está indicando que o escritor, o jornalista, o cidadão, tendo engalanado, durante trinta ou quarenta anos, com os vistosos *ph*, *th*, *rh*, *y*, e consoantes gémeas, os seus livros, os seus artigos, as suas cartas, as suas contas correntes, não vai fazer, de uma hora para outra, tábua

rasa de todas essas *belezas*, só para lisonjear o Sr. Medeiros e Albuquerque, ou qualquer outro revolucionário... pacífico. Não é propriamente para esses que se aventura uma reforma ortográfica: é especialmente para os homens de amanhã, é para aqueles que ainda se não calejaram na rotina e que ainda não deram tempo aos olhos para se afeiçoarem irresistivelmente às convenções de uma escola ou de uma seita.

Não queiram os reformadores nutrir ilusões. Daqui a vinte anos, ainda muita gente escreverá *phthisica*, *machinar*, *mammar*, *aprender*, *Adolpho*, *Wenceslau*..., porque, nesse tempo, ainda os velhos de hoje não terão morrido todos; mas, se me fosse lícito vaticinar, eu preanunciaria, já hoje, que, antes de decorridos aqueles anos, as escolas, os jornaes, a grande maioria da população que escreve, terá deitado para o cesto dos papéis inúteis o *y*, o *ph*, o *th*, as consoantes duplas e tudo quanto não seja *útil* e já não seja *hábito*.

Não sei se o Sr. Xavier Marques vai en-

treendo o que eu penso de *utilidades* e *hábitos*.

Mas continuemos.

*

Por amor á brevidade, não me deterei noutros pontos do excelente artigo do Sr. Xavier Marques, e passo a transcrever o seu final parágrafo:

— «A verdade, afinal, é que ha muito exaggero e pessimismo na maneira de julgar os nossos vicios orthographicos. Aproximadamente ao tempo em que a imprensa em Portugal, repetindo o brado de Castilho contra a falta de regularidade na escriptura, dizia ser a lingua nacional a unica do mundo que tal falta padecia, em França o professor C. Ayer consignava em sua *Grammatica Comparada* que de todos os idiomas romanos era o francez o que possuia o mais defeituoso systema orthographico, e Firmin Didot, trabalhando pela reforma, já previa que a delle, caso fosse adoptada, ficaria ainda muito áquem da simplicidade da orthographia portugueza.» —

O articulista viu oposição entre as palavras de Castilho e as de Ayer. E, contudo, ambos falaram verdade.

De facto, entre todas as línguas cultas, a portuguesa é a que tem acumulado mais variantes gráficas, mais contradições e mais destemperos; e a francesa é, como diz Ayer, a que possui mais defeituoso sistema.

Não confundamos portanto coisas diferentes. A ortografia francesa é defeituosa e, mais do que isso, é absurda, mas... tem sistema, coisa que se não encontra na língua portuguesa, anteriormente aos últimos quinze anos; e, ainda na actualidade, não há sistema, há sistemas, o que é quase o mesmo que não haver nenhum.

Foi por isso que o grande lírico e notável pedagogo João de Deus, quando pugnavia pela simplificação ortográfica, ponderava: — «O francês, ao menos, é logico no absurdo.» —

Orá, na ortografia portuguesa, nunca houve lógica nem, pelo menos, um vislumbre de uniformidade. Não me refiro a divergências, de século para século, de época para época, porque essas, embora em me-

nor grau, notam-se em todas as línguas vivas: falo de divergências coévas, e estas chegam a ser espantosas, na história da ortografia portuguesa. Garrett, Herculano e Castilho, contemporâneos, representam três diversas correntes de normas ortográficas: Castilho, apóstolo da ortografia fonética ou da simplificação ortográfica; Herculano, etimologista franco, mas correcto, e até precursor da filologia em Portugal; e Garrett, original, extravagante, mas praticando, em todo caso, um sistema... que era só dêle.

A grande vantagem estaria em se implantar sistema, que reunisse os votos da maioria dos que escrevem; e, de todos os sistemas, até agora preconizados, nenhum há mais susceptível de numerosa votação, do que o sistema que se estribar na simplificação das fórmulas, sem detrimento capital da etimologia e das tradições da língua, e sem afastamento sensível dos processos que se radicaram na Espanha e na Itália.

VII

Dr. Sílvio de Almeida

Entre os mais autorizados e mais severos impugnadores da simplificação ortográfica, adoptada pela Academia Brasileira, vejo o Sr. Sílvio de Almeida no diário paulista, o *Estado de S. Paulo*.

Escreve muito bem e faz judiciosas observações, mas subscreve outras, que de certo não foram inspiradas pelo mais seguro e imparcial critério.

Pondera êle que há certos órgãos voculares e certas letras, que perderam a sua primitiva função, mas que não desaparecem de chofre e ficam atestando na palavra o seu anterior esqueleto, como succede no francês e noutros idiomas.

Esqueceu-se porém de dizer se êsses outros idiomas pertencem, como o francês, á grande família românica. Ou não se esqueceu, mas julgou oportuno não os referir, porque são estranhos ao romanismo e não têm analogia com a evolução morfológica das línguas românicas. É que destas línguas apenas o francês, e, por causa dêle, o português, ainda mantém letras que perderam a sua função primitiva e não representam hoje valor algum fonético. O Sr. Sílvia de Almeida finge ignorar que o espanhol e o italiano não conservam os órgãos e letras a que se referê, e que nem por isso deixaram de ser duas das principaes línguas românicas, e delas as mais perfeitas e as mais coêrentes em fórmulas gráficas. E note-se que o francês, — a causa capital dos nossos desconcertos ortográficos, — e benevolmente citado como exemplar pelo Sr. Almeida, faz-lhe a pirraça de apresentar *fantôme*, *fantaisie*, etc., sem se importar dô tal *ph*, que perdeu ali a sua primitiva função, o que não obsta a que os *correligionários* do Sr. Sílvia de Almeida escrevam *phantasia*, *phantasma*, etc., ao invés do idioma

que nos citam como exemplo, embora exemplo detestável.

Donde se infere que a opinião do douto articulista é que façamos como os franceses, e ainda peor que êles, isto é, que sejamos mais papistas que o papa.

Descendo a uma apreciação mais analítica, o Sr. Sílvio de Almeida não compreende bem porque a Academia respeitou a inicial inútil de *homem*, e não a inicial de *sciencia*...

A Academia não precisa da minha defesa, nem eu lh'a ofereço, que nada vale. Mas defendo princípios e processos que se me afiguram dignos de defesa. Eu também mantive sempre a inicial de *homem*, *honra*, etc., por mais de uma razão. Em primeiro lugar, o *h* inicial tem profundas raízes em toda a morfologia românica, e as reformas radicaes em ortografia são contraproducentes e nocivas. E depois, a língua mais irman da nossa, a castelhana, mantém aquela inicial, e tomáramos nós ter a nossa ortografia tão simplificada já como a castelhana.

Quanto a *sciencia*, nada se opõe, á parte os taes hábitos, a que dispensemos o *s* ini-

cial. No castelhano, ao passo que se escreve *hombre*, escreve-se *ciencia*, sem *s*; e o próprio Sr. Silvio de Almeida, como toda a gente, escreve *centelha*, sem *s*, sendo aliás certo que no latim há *s* em *scintilla*, como há em *scientia*. Portanto, a lógica, a história, a fonética aconselham *centelha*, *cisma*, *ciencia*, *cetro* etc.

Mas surge um caso, em que não desliso do Sr. Silvio de Almeida.

Vejamos.

*

Não desliso essencialmente do Sr. Silvio de Almeida, quando êle diz que não compreende bem porque a Academia mantém ao *x* o valor de *z* em *exame*, e o retira ao *s* intervocálico, grafando, por exemplo, *roza*.

Não há senão vantagem em manter ao *x* o valor de *z* e todos os demais valores que essa letra tem, e que não são menos de cinco. Êsses diversos valores poderiam distinguir-se por diversos sinaes diacríticos, que ainda se não convencionaram. E, assim, manteremos o *x* com valor diferente

em *deixar*, *exame*, *fixo*, *proximo*, etc., até pela razão de que, pronunciando-se geralmente *fisco*, *prossimo*, também temos a pronúncia (portuguesa) de *pró-chi-mo*, *fi-cho*, etc., e não há o direito de proscrever ditatorialmente o que é menos geral, mas português.

Depois, sejam quaes forem as modificações ou alterações fonéticas de uma letra, a constituição da língua não permite que substituamos por uma letra arbitrária a letra que nos veio do latim com determinados vocábulos.

Portanto, bem avizada andou a Academia Brasileira em manter o *x* em todas as palavras que o tinham no latim e, consequentemente, no português.

Por estas mesmas razões, claro é que a substituição do *s* intervocálico por *z* é um arbítrio inútil e contrário á constituição da língua.

Se hoje, — dantes não, nem por ora na Beira e Trás-os-Montes, — se hoje pronunciamos *rosa* como se escrevêssemos *roza*, e se tal prática convém aos menos lidos, porque os livra da vulgar hesitação entre a es-

crita de *z* e de *s* intervocálico, esta razão prova demais, porque nos levaria a *istio* (por *estio*), *uficiu* (por *oficio*), etc. Se a pronúncia é que determina a escolha das letras!

Mas objecta-se: — Como há de saber toda a gente se entre vogaes deve usar *z* ou *s* para escrever com exactidão, visto que temos *realizar*, *razão*, *beleza*, *natureza*, e também temos, com *s*, *casa*, *rosa*, *fuso*, *defesa*, *despesa*... (que alguns, erroneamente escrevem *despeza*, *defeza*)? —

Toda a gente escreverá *rosa* com *s*, pela mesma razão por que escreve *profundo*, e não *prufundo*, isto é, porque a etimologia é inseparável da escrita, e porque os mestres e os livros ensinam a toda a gente que *prufundo*, com *u*, não é etimológico, e por isso é erróneo.

Ora, se toda a gente tem meio de saber que não deve escrever *prufundo*, embora assim pronuncie, também tem meios, e não são poucos, de saber que não deve escrever *roza*, *meza*, *caza*, embora pronunciemos assim.

A maior parte da gente nunca saberá

porque escreve *estudo*, e não *istudo*; mas escreve-o, porque os mestres e os dicionários assim os mandam; e, se as mesmas autoridades mandam que se escreva *rosa*, *casa*, *mesa*, *fuso*, — porque os mestres não têm dúvidas a tal respeito, — claro é que o povo tem á sua disposição os elementos indispensáveis para escrever português ás direitas, sem despojar o *s* das funções que lhe competem *par droit de naissance*...

*

A reforma, já agora aprovada pela Academia Brasileira, oferece, no entender do hábil articulista Sr. Sílvio de Almeida, a inconveniência de que o estudante, eliminada a duplicidade das consoantes, já não tem meios de distinguir *gramma*, pêso, do *grama*, capim.

Esta objecção faz-me lembrar alguns amigos meus, que têm os apelidos *Camelo* e *Gato*, e assinam *Gatto*, com dois *tt*, para que os não confundam com o conhecido felino; e assinam *Camello*, com dois *ll*, para se não confundirem com o giboso ruminan-

te asiático. Chega a gente a ter pena de gastar uma gota de tinta com estes miríficos distintivos!

Mas o Sr. Sílvio de Almeida poderia alegar que os dois *mm* de *gramma* têm explicação etimológica, e que por isso assim se tem escrito geralmente. Nêsse caso, poderíamos observar que a etimologia justificava as consoantes duplas, quando a fonética as exigia. Dêsde que soaram como uma só, manteve-as apenas a tradição e o hábito.

Não se prendeu porém com a etimologia o douto crítico, e estribou a sua desaprovação em que, sem letras geminadas, já se não distingue o *gramma*, pêso, do *grama*, capim.

O articulista esqueceu-se certamente do que, na língua portuguesa, e ainda mais na francesa e noutras, há centenaes de vocábulos, differentíssimos no significado e na origem, mas homógrafos e homofónicos.

É facto incontestável. Mas, como há muita gente ingénua que, de par com o Sr. Sílvio de Almeida, faz da identificação gráfica de palavras distintas uma arma contra

a simplificação ortográfica, é oportuno consagrar ao caso dois minutos de palestra.

Entre muitíssimos outros, escrevem-se de uma só maneira e são distintos, pela origem e pela significação, estes vocábulos:

Cota (vestimenta antiga); *cota* (medida portuguesa da Índia); *cota* (anotação, referência); e *cota* (lado oposto ao gume da ferramenta). Isto é, quatro vocábulos distintos, e uma só forma verdadeira.

Limar (polir com lima); *limar* (temperar com limão); *limar* (produzir limos). Isto é: uma só forma para três vocábulos distintos.

Tino (juízo); *tino* (tinido); *tino* (tina).

Safra (bigorna); *saфра* (colheita); *saфра* (pó, empregado no fabrico do vidro azul).

Real (que existe de facto); *real* (moeda); *real*, (forma antiga de *arraial*).

Tombar (deitar no chão); *tombar* (fazer tombo, inventariar); *tombar* (retumbar).

Cote (uso quotidiano); *cote* (pedra de amolar); *cote* (nó falso num cabo náutico).

Césto (manopla); *césto* (cinto).

Varão (homem); *varão* (vara grande).

Vaga (acto de vagar); *vaga* (onda).

Vela (vigia e peça de cera); *vela* (pano de embarcação).

Talhão (nesga de terreno); *talhão* (talha grande).

Vago (indeciso); *vago* (que não está preenchido).

Rebém (muito bem); *rebém* (azorrague).

Rapaz (moço); *rapaz* (rapace, rapinante).

Seta (arma. A forma *setta* é afectada e inexacta: o latim *sagitta* não dá *setta*); e *seta* (cogumelo),

Pala (peça de resguardo); *pala* (poncho brasileiro).

Rapto (acto de raptar); *rapto* (rápido, caudoloso).

Sestro (esquerdo); *sestro* (instrumento).

Zimbro (arvore); *zimbro* (orvalho).

Crestar (tirar mel do cortiço); *crestar* (tostar).

Chiba (cabra); *chiba* (empola na pele).

Etc., etc., etc.

É pois evidentíssimo que nunca se poderá evitar o emprêgo de vocábulos distintíssimos, sob uma só forma; e, se a aceitação do *grama*, (pêso) só com um *m*, não tivesse

outros obstáculos, já de há muito seria moéda corrente.

Mas antes tarde que nunca.

*

Mostrou-se que há, sem remédio possível, centenaes de vocábulos portugueses, de grafia idêntica, e significação e origem distintas, sem que o facto importe desmedida inconveniência.

Mas, para o Sr. Sílvio de Almeida, até bastaria a distinção do significado, para que se não admitisse a identidade gráfica. Pelo menos, o que êle diz é isto:

— «Grave injustiça e confusão trouxera o revestir de identidade gráfica a dois vocábulos extremados pela significação, que o mesmo é dizer pela alma». —

O articulista não pensou o que escreveu aqui. Se êle tivesse razão, ninguém imagina as inauditas consequências, a que o seu sistema nos arrastaria.

Por exemplo:

A palavra *agulha* tem, na nossa língua, mais de *quatorze* significações diferentes:

*

agulha de coser; obelisco; agulha de marear; carris de ferro, móveis; nome de um peixe, etc., etc.

Pela teoria do Sr. Almeida, deveríamos escrever *agulha*, de *quatorze* maneiras diferentes, pelo menos. Provavelmente, *agulha*, *hagulha*, *aghuilha*, *haghulha*, e não sei mais quê.

É exactamente a opinião da D. Teodora, nas *Sabichonas* de Molière:

Exemplo: o termó «barra»
contém varias noções, e a intelligência esbarra,
mas não esbarrará na escolha do sentido
quando dois «érres» tenha a barra de vestido:
a barra de dormir, três «érres»; a de um rio
quatro; a de ferro cinco; a de oiro seis a fio.»

Eu faço ao Sr. Sílvia de Almeida a justiça de supôr que não quiere confundir-se com a D. Teodora; mas as suas palavras, e talvez a sua paixoneta contra os Ozas sacrílegos, que erguem a mão contra a arca santa da rotina, arrastam-no a afirmações, que envolvem desacertos de grande marca.

Ele provavelmente queria referir-se a vocábulos distintos, não só pelo significado, senão também pela formação e origem; mas,

de encontro a essa hipótese, lá estão protestando os numerosos factos, que registei no anterior artiguelho.

Não obstante, estou de perfeito acôrdo com êle, quando escreve:

— «Eu, nem á mão de Deus Padre, applicarei jamais a mesma graphia «xá» para o Rei da Persia e á bebida da India; nem confundirei o «coser» das costureiras com o «cozer» dos cozinheiros!» —

Exactamente como eu. Mas isso não tem nada com uma discreta e judiciosa simplificação, em que a etimologia e as tradições da língua se não sacrifiquem á ignorância do maior número. Demais, *chá* e *coser*, no antigo e genuíno falar português e ainda no falar corrente de algumas províncias portuguesas, não soam como *xá* e *cozer*; e não é lícito nem patriótico expungir da língua o que nela há de mais tradicional e legítimo.

Mas as consoantes geminadas, as consoantes inúteis, o inutilíssimo *y*, o exótico *k*, o desconchavado *w*, saíram já de idiomas que têm tradições e etimologias, e hão de sair do nosso, que é irmão daqueles e

tem iguaes direitos. O que não quere dizer, — como o Sr. Almeida supõi, — que o *chá* passe a escrever-se *xá*, que o *cento* passe a escrever-se *sentó*, ou que o *servo* passe a escrever-se *cervo*. Isso seriam ilações da mais descabelada *sónica*, e com esta não se confundirá nunca uma simplificação judiciosa, scientifica, tão tradicional e etimologica, quanto o permita a fonética.

Distingamos pois.

*

O que deixo dito é a anotação desprestenciosa a um bem elaborado artigo, em que o Sr. Silvio de Almeida expôs a sua dissidência da simplificação ortográfica. Mas o seu desamor ás resoluções da Academia Brasileira não se restringiu a um artigo, e reapareceu noutro, estampado no mesmo diário de San-Paulo.

Êste segundo artigo abrange ainda asserções, que não devem passar despercebidas no debate ortográfico.

Sente êle que a reforma ortográfica fôsse

realizada pela Academia Brasileira com um critério bem diferente do da francesa, embora esta gose de muito mais acatada autoridade.

Pois êsse é que é o mal: é não irmos em tudo atrás dos Franceses! Não fôssem êles, e o Sr. Sílvio de Almeida aceitaria de pronto uma discreta simplificação ortográfica.

E contudo creio que na superfície da terra não há ortografia mais absurda, mais contraditória, mais arbitrária e mais anti-pática, do que a ortografia francesa. Não o digo eu, dizem-no os próprios filólogos da França, di-lo Paulo Meyer, que na sua irrefutável Memória *Pour la simplification de notre orthographe* (Paris, 1905, Libr. Delagrave), deixou a escorrer sangue a ortografia académica e a própria Academia. Ora, na Academia Francesa não há nenhuma autoridade filológica superiôr á de Paulo Meyer, que é académico. Não basta ser grande escritôr, ter grande autoridade literária, para lavrar sentenças sobre a organização de uma língua. Há escritores de primeira ordem, que são ignorantíssimos nas

mais simples questões de fonologia e morfologia.

Inquestionavelmente, a Academia Francesa é mais autorizada que a Brasileira... para o francês. Mas, para o português, não é nem deve ser. Acaso, para o espanhol e para o italiano, será mais autorizada a Academia Francesa do que a Academia Espanhola e a Crusca?

Não misturemos alhos com bugalhos: cada qual tem a autoridade que póde ter em sua casa. Apontar-nos como exemplo o francês é um golpe desastrado que, além de ferir o próprio agressor, poderia fazer supôr aos praguentos que êle não luta de boa fé, porque sabe que as Academias espanhola e italiana estão ao lado da simplificação, e esconde a autoridade delas, para ver só a autoridade da francesa, como se o italiano e o espanhol não fôsem idiomas muito mais irmãos do nosso, do que o nefasto e feíssimo francês.

Seguramente, o Sr. Sílvio de Almeida não está vendido á França; mas é infelizmente um argumento vivo de que as in-

vasões francesas não são meramente um antigo facto histórico:

A invasão é permanente...

*

Subcrevendo um conceito do Sr. Carlos Laet, — a quem provavelmente ainda terei a honra de me referir no decurso destes modestos comentários, — o ilustre publicista mineiro, Sr. Sílvio de Almeida, regista a *sublime incongruência*, com que a douta Academia Brasileira escreve *hábil* e *indábil*.

Não é tão *sublime*, que se não comprehendam as razões ou os pretextos dela.

Em primeiro lugar, desde que o *h* não é aspirado em português, a fonética não o justifica em *hora*, *hábito*, *homem*, *hábil*, etc., embora o vejamos na fonte latina. Por isso o dispensaram os Italianos em *uomo*, *ora*, *abito*, *abile*, *armonia*, *ectolitro*, *eroe*, *istoria*, *onesto*, *umanità*, *idra*, *igiene*, *ipoteca*, etc.; e nem por isso ninguém ainda disse que a língua italiana não seja, como a nossa, filha da latina.

Mas a Academia Brasileira confessou francamente que não ia fazer uma reforma radical; e, de facto, em ortografia, nunca houve nem póde haver reformas radicaes, que vinguem em frutos. É vêr a do Barbosa Leão, e de outros distintos *sónicos*, que aventuraram reformas . . . para seu uso exclusivo ou da sua cozinheira.

Demais, o castelhano, que tem ortografia simplificada, e que é a língua mais irman da nossa, não expungiu o *h* inicial de *hábil*, *hombre*, *hora*, *hábito*, *honesto*, *hostia*, *heroe*, *historia*, *humanidad*, *hectólitro*, *hidra*, *hiene*, *hipoteca*, etc.

É verdade que o castelhano matém o *h* em *inhabil*, *inherente*, *inhumano*, naturalmente pela razão de que o grupo *nh* não sôa em castelhano como em português; acolá, sôa como simples *n*; aqui, sôa como na segunda silaba de *minha*, *unha*, *ronha* . . . Dêsde que estas palavras designam o valor normal do grupo português *nh*, é claro que dificultamos o aprendizado da língua, servindo-nos dêsse grupo para representar outro valor, — o simples valor de *n*, em *inhabil*, *inherente*, *inhóspito*, etc., em que os

aprendizes pronunciarão o *nh*, como em *minha, inhame, Inhambane, inhambu...*

Ora, este embaraço, que é incontestado para crianças, para estrangeiros, e até para gente medianamente lida mas sem conhecimento de todo o vocabulário, desaparece, desde que evitemos o *nh* com o valor de simples *n*. Como no início de palavras o *h* não produz embaraços fonéticos, porque, em tal lugar, não representa som nenhum, parece-me explicada a *sublime incongruência*, acima apontada.

Não há sensível inconveniente em se manter *provisoriamente* o *h* inicial; mas tem inconvenientes práticos o *h* medial, maiormente quando posposto ao *n*.

Neste ponto, como noutros, o voto da Academia Brasileira parece-me judicioso, além de prudente.

*

Uma incôsequência, que o Sr. Sílvio de Almeida desaprova, e que eu também nunca poderia aprovar, é que, eliminado o *y* em ortografia portuguesa, se mantenha nas denominações locais de origem tupi.

Em nomes próprios estrangeiros, não aportuguesados ainda, compreende-se a manutenção do *y*, porque representa processos estranhos á nossa língua; mas não se percebe bem porque foi que o lúcido critério do Sr. José Veríssimo, autor da proposta concernente á conservação do *y* em nomes de origem tupi, achou vantajosa a incoerência que a proposta representa. Não foi certamente por amor á etimologia, porque a língua tupi não tem alfabeto, e, portanto, não tem *y*, nem *i*, nem letra nenhuma. Não foi também o amor á fonética, porque esta diz *i* onde vemos *y*: *Javary*, *Paraguay*...

Por que seria então? Por amor á *ortografia ocular*, que ainda tem adeptos, até entre espíritos muito cultos?

Mas, neste caso, a mesma razão haveria, e mais algumas, para se manter o *y* em *lyra*, *martyrio*, *hymno*, etc., em que ao menos entrevemos as fontes, a tradição, ao passo que o *y* de *Javary*, por exemplo, representa apenas a costumeira inconsciente de algumas gerações.

Repito, não se percebe...

Acompanho ainda o Sr. Sílvio de Almeida na estranheza, com que nota a incongruência académica de *gelar* e *rejelar*.

Aqui, já não é a hipótese justificável de *hâbil*, e *indâbil*; é quase mistério. Porque *rejelar*, e não *jelar*? E porque *gelar*, e não *regelar*? E porque *rejelar* e *gelar*, e não *jelar* e *regelar*? Mistério!

O que não é mistério é a timidez, com que a Sr.^a D. Júlia Lopes de Almeida, citada pelo Sr. Dr. Sílvio, revolve a ideia de ter de mudar o sistema ortográfico, em que traçava, ainda criança, as suas primeiras cartas.

Isto sim: compreende-se, e é humano. As senhoras, embora muito ilustradas como D. Júlia, não nasceram para as revoluções nem para as guerras.

Mas a Academia Brasileira não quere e ninguém quere que a Sr.^a Lopes de Almeida mude a ortografia que adoptou nas suas cartas e porventura nos seus livros. A Academia, ao votar uma reforma ortográfica, não pensou na Sr.^a D. Júlia, não pensou no Sr. Sílvio de Almeida, não pensou em mim: pensou em si e, para seu uso,

votou. Aquela escritôra, o Sr. Almeida e eu seguimos a Academia, se a queremos seguir. Se não queremos, ninguém nos virá intimar para querer.

Há déz ou dôze anos, ensinava eu geografia a uma inteligente menina, hoje Condessa de P. G., e, num intervalo das lições, disse-me ela um dia:

— Sabe? mandei comprar o seu livro de versos, as *Nictagíneas*...

— Muito obrigado. Se me tem dito que o queria...

— Mas não posso lê-lo...

— Sim? Está mal impresso?

— Não é isso: V. escreve *filosofia* sem *ph*, *lira* sem *y*, *theatro* sem *h*, *canguru* sem *k*, *Venceslau* sem *W*... E isto, sabe? agita-me os nervos, incomoda-me...

— Que pena não me dizer V. Ex.^a isso, antes da impressão! Mas eu não sabia que V. Ex.^a lia versos, e que exigia neles a sua ortografia. Queira perdoar, e não leia... Não leia! —

A Academia Brasileira também não sabia que a Sr.^a D. Júlia curava de ortografias e tinha o culto da ortografia que usara

nas suas primeiras cartas. Nas cartas de uma senhora formosa e moça, toda e qualquer ortografia é excelente. Por isso, o meu querido e saudoso Gonçalves Crespo escrevia:

«São lindos como as estrelas
Teus erros de ortografia».

Se a Sr.^a D. Júlia tivesse dado o seu parecer antes da votação da Academia, Deus sabe que reforma teríamos. Agora, é tarde; mas o Sr. Dr. Sílvio de Almeida poderá recomendar á gentil escritora... que se não incomode.

Não vale a pena.

*

Ainda duas palavras á cêrca dos comentários do Sr. Dr. Sílvio de Almeida ás resoluções ortográficas da Academia Brasileira.

Nota o severo pedagogista que qualquer nova sistematização gráfica se devia realizar em conjugação de esforços com o velho reino de Portugal, onde florescem filólogos, etc.

Parece judiciosa a observação, mas seria difícil a tal conjugação de esforços. Quando a Academia das Sciências, de boa ou má vontade, empreendeu, há poucos anos, a revisão e uniformização da ortografia portuguesa, a grande maioria dos seus sócios desinteressou-se francamente do assunto, ou porque o não considerava urgente, ou porque ela não estava convenientemente preparada para o avaliar e discutir; e a minoria constituiu uma comissão, de que tive a honra de fazer parte, mas que, a pouco trecho, se fraccionou em grupelhos irreconciliáveis, que tornaram impossível, Deus sabe até quando, a resolução académica sobre a grafia nacional.

Portanto, a aludida conjugação de esforços não poderia passar de uma frase; e meritório foi que os académicos brasileiros não aguardassem a concertada opinião dos académicos portugueses, para se não arriscarem a aguardá-la até a consumação dos séculos.

Mas os que em Portugal, académicos e não académicos, *filologam* muito ou pouco, êsses não precisariam de nova conjugação

de esforços, porque o voto dêles corre impresso e documentado, e é provavelmente conhecido da Academia Brasileira, sem necessidade de consulta; e o voto desta Academia e o dêles são essencialmente idênticos: supressão da geminação inútil de consoantes; eliminação dos grupos *ph*, *th*, *rh*, *ch*, ($=k$), das letras *k*, *y*, *w* . . . O mais são acidentes, em que a divergência é mais ou menos natural, e sê-lo-á ainda por algum tempo, mas em que o acôrdo já não oferece as dificuldades anteriores á eliminação daqueles grupos e daquelas letras. Mais cedo ou mais tarde, Portugueses e Brasileiros, aceita como já se pôde considerar a parte capital da simplificação ortográfica, convergirão, por entre teorias ou práticas divergentes, para um ponto comum, em que o acôrdo capital já haja esbatido, atenuado e anulado ás divergências secundárias.

O que eu não percebo muito bem é o que o Sr. Sílvio de Almeida entende por *fixidez da lingua*, quando assevera que desta depende a estabilidade dos cérebros.

Dos cérebros! E que entenderá êle por

fixidez da língua? E' a invariabilidade ortográfica? Mas, deuses immortaes! nesse caso, nunca houve nem haverá língua fixa... As línguas vivas são naturalmente evolutivas, consoante os accidentes da fonética através dos tempos. A escrita dos nossos *Cancioneiros* não é a de João de Barros e Camões, como a de Camões não é a do Padre Vieira, e como a do Vieira não é a do Herculano. A escrita de Froissart não é a de Rabelais e Montaigne, como a de Montaigne não é a de Voltaire, e como a de Voltaire não é a de Victor Hugo. *En passe...*

E que admira, se nem nos monumentos das próprias línguas mortas há fixidez! O Sr. Sílvio de Almeida, que é um professor abalado, certamente tem visto no latim numerosas variantes gráficas: *Virgilius* e *Virgilius*, *vivere* e *uiuere*, *ejus* e *eius*, *hallucinari* e *allucinari*, *humerus* e *umerus*, *stylus* e *stilus*, etc., etc.

Estranha utopia, a de se imaginar uma língua graficamente fixa! Nem parece do Sr. Dr. Sílvio de Almeida.

VIII

Dr. Carlos de Laet

O Sr. Carlos Laet é o mais temível adversário da simplificação ortográfica, e o mais cruel impugnador da reforma votada pela Academia Brasileira. Tem a seu favor o alto prestígio do seu nome, a sua vasta cultura intelectual, o vigor e a correcção do seu estilo, e, ainda mais, parece ter... convicções, o que não é predicado comum á maioria dos impugnadores da reforma.

Em geral, combate-se a simplificação ortográfica pela razão, nem sempre confessada, de que nos cantraria os hábitos ou nos fere a vista, e pela repugnância, que

*

muitos têm, em admitir que um cidadão escreve bem, não escrevendo como êles.

Como é natural a tão claro espírito, o Sr. Carlos de Laet, impugnando a reforma, formúla judiciosas observações que, fóra do limitado escopo da Academia Brasileira, — reforma parcial e não radical, — difficilmente admitiriam réplica.

Mas, como todos os advogados que se apaixonam pela causa que defendem, ainda que não seja a mais justa, o Sr. Laet é talvez cruel sem necessidade; e, em momentos de velocidade adquirida, não póde conter o automóvel, e esbarra contra obstáculos que não previa, porque supunha o caminho mais liso e menos sinuoso...

E todavia o caminho é dos mais atravancados. Ha barrancos, em que resvala o peão mais destro, o cavaleiro mais firme, o automobilista de pulso mais vigoroso. Alonga-se á beira de precipícios, e é ladeado de silveiraes, que ferem o desprecavido viandante...

Tem realmente observações judiciosas o Sr. Laet; mas, sem me referir a alguns pontos do seu libelo, porque tambem foram

articulados por outros libelistas, de quem já falei, surprende-me logo uma das primeiras alegações do respeitado humanista: — que, dada a orientação da Academia Brasileira, repugna ao bom senso a conservação dos *ss* (*s* dobrado) no meio das palavras, visto que o fim único da geminação dessa letra era evitar que no meio do vocábulo a letra singela pudesse ter o som de *z*.

Mas isto não é verdade, salvo em algumas palavras, derivadas de outras que comecem por *s*, como: *assoprar*, de *sopro*; *assacar*, de *sacar*; *assaltar*, de *saltar*; *assetear*, de *seta*; *assombrar*, de *sombra*; etc. Noutras, manteve-se o *s* intervocálico, soando como *dois*: *resentir*, *presentir*, *resurreição*, e outras, em que aliás Castilho era de opinião que se duplicassem os *ss*.

Fóra daqueles casos excepcionaes, os dois *ss* entre vogaes não tiveram por fim único evitar que o *s* singelo valesse *z*: tiveram outra razão mais grave.

É que os dois *ss* entre vogaes já vieram das fontes latinas, e lá o *s* intervocálico não soava como *z*. Hajam vista: *dissolver*, (latim *dissolvere*); *assistir*, (latim *assistere*); *cessar*,

(latim *cessare*); *fôss*o, (latim *foss*um); *pass*o, (latim *pass*us); etc.

Portanto, a duplicação do *s* entre vogaes, na maioria dos casos, não tem por fim evitar ao *s* o som de *z*: tem outros, mais respeitáveis e, a meu ver, inquebrantáveis.

*

A Academia Brasileira, — talvez sem necessidade urgente, — entende que o grupo *ge* e *gi* se deve substituir por *je* e *ji*; e daqui conclui o Sr. Carlos de Laet que o grupo *gu* já não seria preciso e que, escrevendo-se *gerra*, já poderíamos ler *guerra*...

A conclusão não me parece rigorosa, visto que, segundo as resoluções da Academia, nada se alterou na função fonética da letra *j*; e, na irónica proposta do Sr. Laet, dar-se-ia ao *g*, antes de *e* e *i*, o valor gutural que nunca teve em tais casos. A audácia de *gerra* por *guerra* não teria comparação com a de *je* por *ge*.

O Sr. Laet também estranha, mas com razão, que, resolvendo a Academia eliminar da sua escrita a letra *y*, a mantivesse

em palavras indígenas, como *Catumby*, *Javary*.

O Sr. Laet observa:

— «..... Ora, isto é a mais inqualificável das inconsequências: physica, por exemplo, elles não mais admittem que se escreva com *y*; mas *Catumby* deve conservar o seu *y*, por ser palavra de procedencia indígena!

«Póde haver cousa mais tola? Diz-se que foi emenda do Verissimo; mas lá por ser elle caboclo não admitto que nos imponha o *y* dos seus maiores; tanto mais quanto para a graphia dos nomes indígenas um bom sabedor da lingua, o Sr. Dr. Ramiz Galvão, já começou nos primeiros numeros do Almanak Garnier uma racional simplificação.» —

Nada tenho com as desamáveis referências pessoaes do Sr. Laet, ou de quem quer que seja; mas acompanho-o no reparo á aludida incongruência, embora ela seja da principal responsabilidade do Sr. José Verissimo, a quem todos respeitam, pelos seus elevados dotes de escritor e crítico.

Creio, porém, que a conservação do *y*

em nomes próprios brasileiros não se estribou em que o *y* pertence a palavras de procedência indígena. Isso não seria razão, porque o tupi não era língua escrita, e, portanto, não tinha *y* nem qualquer outra letra. O pretexto foi naturalmente que *Javary*, *Catumby*, *Piauihy*, etc., entraram no vocabulário da geografia universal, e não valeria a pena levantar briga contra convenções internacionaes...

Mas, de facto, aqueles nomes não representam, como o disparatado *kilo*, convenção internacional: foram invenções dos primeiros missionários do Brasil, aceitas pelos colonizadores, e por êstes transmitidas indiferentemente ao onomástico geral.

Se taes convenções carecem de base séria; se nas próprias palavras de origem grega o *y* é uma excrescência ou uma inutilidade; se nos dicionários geográficos há sempre correcções a fazer, porque talvez não haja um que não tenha consignado desconchavos, será sempre oportuna e judiciosa a correcção dos arbitrários *Javary*, *Catumby*, *Piauihy*, etc., por *Javari*, *Catumbi*, *Piauihi*, etc.

Neste ponto, como em alguns outros, tenho, pois, a honra e a boa fortuna de apoiar o Sr. Laet.

Assim eu o pudesse apoiar em tudo mais!

*

Já me referi ao suposto senão, notado por alguns criticos, de se não terem consultado os mais competentes eruditos portugueses, e repicado também pelo Sr. Laet.

Não baterei pois na mesma tecla, mas apraz-me registrar e anotar estas palavras do eminente publicista:

— «E quando, em que ocasião se iria executar essa transformação irracional no idioma commum? Exactamente nas vespas da recepção do soberano, de quem a Republica solicitou a honra de uma visita.

«Que impressão desagradabilissima a do monarca portuguez, quando, ao tomar um jornal brasileiro, lesse periodos caco-graphados a Medeiros, e em muitas palavras só respeitando a tradição do bugre!» —

Por esse lado, não tenha ninguém receios. O Rei de Portugal é um homem de

letras, acompanha o movimento literário e científico da sua terra, e a simplificação ortográfica já não é novidade para êle. Afóra os numerosos jornaes que a praticam, e que êle recebe e lê, há muitos livros, que lhe são familiares, e em que debalde se procurará um *ph*, um *th*, um *y*, um *k*, um *w*...

Quando El-Rei chegar ao Brasil e vir jornaes, que não tenham aquêles arrebiques de mau gosto, já nada extranhará. A sua experiência e o seu claro espírito não se conciliam com surpresas a tal respeito.

*

— Que a reforma académica nos leva a uma infinidade de variantes gráficas, se vigorar o critério fonético, em vez do etimológico, — diz o Sr. Laet. E, para exemplo, dá-nos *recepção*, cuja pronúncia, no Brasil, acusa o *p*, e, em Portugal, não.

Mas é que a Academia Brasileira, ainda que optasse pela pronúncia portuguesa (*re-cê-ção*), não deveria escrever senão *recepção*.

Em geral, não merecem quartel as consoantes inúteis e as que se não pronunciam. Mas ali o *p* não é uma consoante inútil, porque dá valor aberto á vogal que o antecede. Sem êle, a pronúncia portuguesa não seria *re-cè-ção*, mas, sim, *re-ce* (com *e* surdo)-ção.

Não sei se deixo clara a hipótese. Repisemos:

Acção pronuncia-se *à-ção*, mas escreve-se com dois *cc*, mesmo em ortografia simplificada, porque, com um só, poderíamos lêr *â-ção*, como lemos *â-cá-so*, etc.

Da mesma fórma, em *redactor*, não se pronuncia o *c*, mas escreve-se, porque é êle que dá valor aberto á vogal anterior. Sem êle, poderíamos ler *re-dâ-tôr*, como lemos *bri-tâ-dôr*, *co-men-dâ-dôr*, etc.

Ao caso de *recepção* e *redactor* podem adicionar-se muitos outros, similares: *inspecção*, *redacção*, *distracção*, *estupefacção*, *facção*, etc. Suprimir nêstes casos a consoante *aparentemente* inútil, não é desacatar a etimologia, — o que seria o menos: — é desacatar a fonética, — o que é o mais, ou quase tudo.

*

É anti-filosófica uma reforma ortográfica, — diz o Sr. Laet, — desde que nela se adopte *apenas* o critério fonético.

Certamente. E, não é só anti-filosófica: é impossível ou, pelo menos, não dá senão caprichos, arbitrios e desconchavos, como succedeu á do Barbosa Leão e a muitas outras tentativas, desajudadas completamente do critério histórico e científico.

Mas daqui até apoiar as ponderações e o sistema etimológico do finado José Castilho, — como faz o Sr. Laet, — vai uma distância enorme, porque nem o Sr. Laet nem ninguém observou jámais, a sério, o etimologismo de José Feliciano de Castilho: *puncto*, por *ponto*; *prancto*, por *pranto*; *mactar*, por *matar*; *haghora*, por *agora*; *pre-imcher*, por *preencher*; *incorar*, por *encorar*; *docto*, por *douto*; *subjeitar*, por *sujeitar*; *insinar* ou, antes *ensignar*, por *ensinar*; *Dinys*, por *Dinys*; *tractar*, por *tratar*; *imcher*, por *encher*, etc.

Quere isto o Sr. Laet? Não quere. E, contudo, José Castilho é rigorosamente eti-

mológico; mas faltou-lhe uma condição capital: tomou a nuvem por etimologia, e desatendeu a evolução morfológica e fonética da língua, produzindo, em ortografia, um programa que ninguém toma a sério, e que ninguém jámais praticou, nem praticará.

— Na grafia de vocábulos de idiomas diversos, mas com raiz comum, — diz o Sr. Laet, — a identidade da origem mantém certa semelhança, denunciativa da afinidade ou parentesco de taes palavras, semelhança que cessará de existir, desde que apenas se adopte o critério fonético.

Certamente ainda. Mas vejamos: quaes são as línguas românicas mais irmans, mais parecidas, mais intimamente relacionadas na sua morfologia? São o português, o castelhano e o italiano; não é verdade?

Pois bem: o Sr. Laet, escrevendo *philosophia* e *lyra*, como tanta gente, vai contrariar o princípio que estabelece, porque não mantém a tal semelhança entre vocábulos de raiz comum, pertencentes a línguas diversas. Se o castelhano e o italiano escrevem *filosofia* sem *ph*, e *lira*, sem *y*, o Sr. Laet, para manter a semelhança que deseja

e mostrar o parentesco de vocábulos nossos com vocábulos de outras línguas, tem necessariamente de escrever *filosofia* sem *ph*, e *lira* sem *y*.

Mas porque não escreverá êle assim?

Por uma razão muito simples: é que no seu espírito, aliás muito esclarecido e culto, como no espírito de muita gente letrada, podem mais os maus exemplos do feíssimo francês, do que os boníssimos e são exemplos das línguas mais irmãs da nossa.

É triste, mas é verdade.

*

A tout seigneur... O Sr. Carlos Lâet, pela evidência e lustre do seu nome e pelo prestígio da sua palavra, tem incontestável direito a que olhemos bem para as suas ponderações e reparos.

Por isso, ouçamo-lo ainda.

Entende êle, e muito bem, que para a fixação da procedência de um vocábulo há processos tão rigorosamente científicos, quanto os possa haver em sciências históricas.

É exacto. Mas esta verdade, reconhecida, como é natural, pelo Sr. Laet, não faz sentido com o parágrafo final da sua crítica. Por quanto, com o mais justificado espanto meu e até com muito sentimento, o notável publicista acha que é *ridículo* escrever *cágado* sem *k*!

Seria licito supôr que êle foi buscar a procedência do vocábulo e achou lá um *k*, por que só assim se explicaria a extraordinária defesa dos *kagados* com *k*.

Mas não. Êle não recorreu á etimologia da palavra, e ninguém ainda a indicou. Estabelece apenas um princípio, imprevisto e original: que, quando uma palavra, correctamente escrita, trazer á ideia outras que não sejam decorosas, devemos alterar-lhe a fôrma sem lhe mudar o som, e substituir por outras as letras que lhe competem, porque o decôro não é para os ouvidos, é para os olhos...

Na minha já longa carreira de estudioso das coisas da língua, tinha lido e ouvido as mais extraordinárias e assombrosas afirmações; mas esta, partindo aliás de uma

prestigiosa individualidade, não fica atrás daquelas.

Em todos os tempos da língua portuguesa, em todos os dicionários da língua, dignos de leitura, desde Jerónimo Cardoso e Bento Pereira, até Moraes, Roquete e outros, nunca se escreveu, nem se pôde escrever, *kágado* com *k*. O *Contemporâneo*, desautorizado antecessor do Sr. Laet, registou o disparate, mas parecia que ninguém o havia tomado a sério. Tomou-o a sério o Sr. Laet? Mal empregada condescendência!

Dêsde que aceitássemos o suposto princípio de alterar a boa escrita, para que os olhos não acusem analogias pouco decorosas, nunca mais escreveríamos *Chicago*, mas *Chikago*; o macaco *cagui* passaria a chamar-se *Kagui*; os Portugueses não teriam vencido os *Cuamatas*, mas os *Kuamatas*, nem teriam sido infelizes no *Cunene*, mas no *Kunene*; o *cubo*, o *cuco* e o *cura* passariam para *kubo*, *kuko*, e *kura*; a cidade italiana de *Ancona* seria *Ankona*...

Deuses immortaes! Poupai-nos a catástrofe.

Não póde ser. O Sr. Laet estava brincando e quis cerrar as suas graves ponderações com uma nota alegre, embora sem vislumbre de razão.

Só assim se explica o *kágado*, que não pertence á zoologia nem á língua, e não passa de desconchavado preciosismo de dicionarista tresnoitado, a quem o Sr. Laet agora estendeu a mão...

Ao Sr. Laet é que todos nós a devemos estender, se êle a aceita, e saudá-lo rendidamente.

Faz diferença...

IX

Corrigindo . . .

Da discussão, suscitada em volta da reforma ortográfica aprovada pela Academia Brasileira, conclue-se que o douto académico Sr. José Veríssimo, um dos responsáveis da reforma, tem razão inteira, quando afirma que ela, embora incompleta e defeituosa, é um grande e útil passo para a simplificação e regularização da nossa ortografia.

Exactamente.

É incompleta como, mais ou menos, seria ou será qualquer reforma ortográfica, com probabilidades de êxito imediato. As modificações gráficas de uma língua

não são nem podem ser todas coetâneas: o que é aceitável e aceito numa época é abertamente rejeitado noutra, segundo o progresso intelectual, ou segundo a preparação e disposição do espírito público.

Não é pois judicioso o parecer de alguns arrojados neógrafos que, aplaudindo a reforma brasileira, a acusam apenas de insuficiente, porque deveria ir mais longe, deveria *ir ás do cabo*.

A mim parece-me que, no próprio interesse dela, e no interesse da língua, poderia ter deixado de ir tão longe, e restringir-se a pontos capitaes, que anteriormente deixei mencionados. Assim, não encontraria na prática tantos obstáculos; e, por outro lado, teria desbravado o terreno, para mais facilmente germinarem nêle processos de mais larga simplificação, certamente plausíveis, mas, por ora, prematuros.

Não é pois por ser *incompleta*, que a reforma suscitará grandes reparos: póde e há de suscitá-los, nos pontos em que é defeituosa.

Num dêsses pontos, pelo menos, já eu toquei anteriormente: a desnecessária e

*

anti-científica eliminação do *s* intervocálico, substituído por *z*. A vantagem dessa eliminação para os escribas que hesitam e não sabem onde hão de pintar *z*, ou pintar *s*, prova demais, e portanto não prova nada. Eles também não sabem, por exemplo, se devem escrever *fâmolo*, como escrevem *damo-lo*. E, contudo, nenhum reformador, para lisonjear e coadjuvar ignorantes, nos virá dizer que podemos escrever *fâmolo*, em vez de *fâmullo*. A ignorância pôde desculpar-se; o disparate nunca se defende, se o conhecemos.

Mas, — o que ainda é mais grave — a *regra quinta* da reforma não elimina apenas o *s* intervocálico: tira-o das palavras compostas, onde é essencialíssimo e obrigadíssimo, como em *transigir* e *deshonra*, e preconisa *dezhonra* e *tranzigir*. De maneira que estas palavras deixariam de ter análise morfológica, porque nunca houve nem haverá os prefixos *tranz* e *dez*, mas *des* e *trans*.

Por outro lado ainda, a estranha *dezhonra*, em que se mantém o *h* médio, por ser composta de palavra que tem *h* inicial,

envolve o reconhecimento de outro elemento como prefixo, e esse prefixo é *des* em castelhano, em italiano, em português, em todas as línguas românicas. *Dez*, como prefixo, é mera invenção, avêssa á sciência e aos factos de todas as línguas cultas, ainda as mais simplificadas, como a espanhola e a italiana.

*

Também se deve considerar, se não defeito, grave incongruência, a redução dos *ll* geminados a um só *l*, abrindo-se excepção em favor dos pronomes pessoaes *élle*, *ella*, *aquillo*..., com o fundamento de que são palavras de uso muito frequente.

Este critério péca, além de tudo, por indefinido e vago. Teríamos assim de estabelecer regras para palavras pouco frequentes ou simplesmente frequentes, e outras regras para palavras muito frequentes.

A transigência com a geminação dos *ll* nos pronomes pessoaes indica um mal empregado acatamento pela *ortografia ocular*, a mais inepta de todas as ortografias, e

também, infelizmente, muito generalizada, porque muita gente, bôa gente mesmo, não tem outra regra ortográfica, senão os *olhos*. Se até o Sr. Laet queria *kágado*, em vez de *cágado*... por causa da vista!

Também *casa*, *rosa*, *fuso*, são de uso muito frequente, e contudo a reforma reforma-os e aposenta-os em *caza*, *roza*, *fuzo*. Antes os deixasse estar como estavam, que não podiam estar melhor.

*

Segundo a *regra oitava*, nenhuma palavra começará por ç. É a consagração do abuso moderno, que eliminou quase as exactas e portuguesíssimas fórmulas *Çofala*, *çapato*, *çarça*, *çaloio*... Faz pena que as Academias se não coloquem ao lado da sciência, pugnando pela exacta e rigorosa representação vocabular. Mas não insistirei neste ponto, visto que eu próprio, sabendo que *érro*, tenho escrito *sapato*, *saloio*, para me não queimarem vivo e para não escandalizar... as galerias.

*

A *regra nona*, abisma-me em cogitações. Diz ela:

— «Nos casos, em que os dictionarios admittem a mesma palavra, ora com *s*, ora com *ç*, a graphia com *s* deve ser preferida. Assim, escrever sempre *dansa*, *bolsa*, *cansar*, etc.» —

Sempre a guerra ao desprotegido *ç*! Por felicidade, e graças a essa guerra, *bolsa* e *cansar*, que são grafias exactas, escaparam do naufrágio.

Vê-se que a prestimosa Academia, em que aliás ha competências de alto valor, curou escassamente da exactidão ou inexactidão de certas fórmulas gráficas, preferindo adoptar, sem discussão, uma de duas variantes, registadas em dicionários. Mas as Academias não podem nem devem recorrer aos dicionários, para determinar grafias: procuram a verdade e, se querem, abonam-na com lexicógrafos, qué autoridade tenham: Calepino, Freund, Littré, Forcellini, Quicherat...

Depois, os lexicógrafos não são quem

determina a morfologia da língua: em Portugal, os nossos dicionaristas ou se têm limitado prudentemente, e utilmente, a registar *factos*, consignando as fórmulas que se lhes deparam em uso, como fez o Moraes, ás vezes contra o seu próprio parecer (1.^a e 2.^a edição, é claro: das outras não curo); ou dão ao seu vocabulário a grafia que elles próprios usam, sem se preocuparem do uso geral, nem das tradições da língua, nem de investigações morfológicas. Veja-se, por exemplo, o *Contemporâneo*, aliás uma das obras menos imperfeitas no seu género.

Donde se vê que os dicionaristas pouco ou nada devem ter com uma judiciosa reformação ortográfica. Quando há variantes morfológicas, — e bastantes há realmente, — não são os dicionaristas que nos hão de orientar na escolha: é a sciência da linguagem e os que mais a aprofundaram: é Bopp, é Burnouf, é Diez, é Cornu, é Schücardt, é Meyer-Lubke, é Gastão Paris, é Paulo Meyer...

*

Por meu voto, desvalioso embora, também a *regra décima* não entraria na oportuna reforma, aprovada pela Academia Brasileira.

Reza assim a aludida regra:

« Os substantivos e adjectivos, cuja terminação tónica seja no singular *az, ez, oz* e *uz*, devem escrever-se com *z* final. O som forte *ás, és, ís, ós* e *ús*, de substantivos e adjectivos, só se escreve com *s*, quando a palavra está no plural. »

A outra regra, que procura substituir por *z* o *s* intervocálico, sob pretexto de representar por uma só forma convencional dois caracteres distintos, mas de valor comum, tem a maior analogia com esta, e ambas elas significam voluntário ou involuntário desacato de sólidos preceitos da sciência da linguagem.

Realmente, antes da difusão dos mais simples e seguros processos da filologia, a ignorância geral debatia-se na incerteza, e no capricho, com que grafava os vocábulos *agudos*, terminados em *z* ou *s*; mas, em geral, preferia o *z*, tivesse ou não tivesse ra-

zão; e, assim como *capaz, voraz, fez, lucidez, diz, feliz, almoz, arroz, luz, conduz*, etc., é bôa escrita e exacta; muitos homens, que se diziam letrados, acharam que seria legítimo escrever, por exemplo, *Braz, Thomaz, Luiz, gaz, mez, portuguez, paiz, giz, retroz*, etc. Cómodo, sim; legítimo, não.

Mas a comodidade consistiria apenas em que cada qual poderia escrever a biblioteca de Alexandria, sem pensar nunca na razão do que escreve. Para a grande maioria do público escrevedor, nem essa comodidade haveria, porque é constituída por ovelhas de Panurgo, que vão por onde fôrem os pastores, e que rabiscam *portuguez* e *Luiz*, com a mesma consciência com que pintarão *jurnal, Rio-de-Ganeiro, rebbate, lyrio*, etc. As ovelhas estão dispensadas de discorrer: vão para onde as levarem os pastores, os que escrevem, ou julgam escrever, com a consciência do que fazem e do que não devem fazer.

É com êles que podemos conversar.

Ora, a *regra décima*, parece sancionar a prática dos irresponsáveis, que, abusivamente e erroneamente, divulgaram a escrita

ananaz, atraz, Braz, gaz, Satanaz, Thomaz, convez, gurutpez revez, trez, mez, portuguez, francez, Aviz, Luiz, paiz, albornoz, coz, retroz, etc., palavras que, rigorosa e legitimamente escritas, nunca tiveram nem podem ter *z* final, mas, sim, *s*; e, além de sancionar essa prática incorrecta, agrava-a, ensinando-nos a escrever com *z* final palavras que a própria rotina inconsciente escreveu sempre, e bem, com *s*: *Assis, aliás, alcaçus, cuscus, jus, pus* (substantivo), etc.

Em suma, se aceitarmos a aludida regra, ficamos peor do que estávamos, porque, ao passo que vulgarmente se errava a escrita de muitas palavras, substituindo nelas o legítimo *s* finaz por um *z* de contrabando, ainda assim se escreviam bem muitas palavras de terminação análoga; e, pela novíssima reforma académica, teremos de passar a escrever mal todos os substantivos e adjectivos agudos, em que o legítimo *s* final é substituído por um *z* bastardo.

A manutenção do *z* e do *s* nos seus verdadeiros lugares não é incompatível com uma simplificação profícua e sensata; e a reforma académica encontraria menos obs-

táculos da parte dos estudiosos, e caminharia mais desafogadamente, se, na formulação de algumas das suas regras, não se tivesse afastado notavelmente das prescrições filológicas, e da história e tradições da língua.

X

Conclusão

Os senões ou defeitos que se me depa-ram, em pontos, talvez secundários ou adiá-foros, da reforma ortográfica da Academia Brasileira, não invalidam o merecido aplau-so que a reforma, nos seus pontos capitaes, me sugere.

Esse aplauso, não o exteriorizei mera-mente na imprensa brasileira, como cum-primento natural de forasteiro bem educa-do. Tão espontâneo e sincero êle é, êsse aplauso, que, se me não engano, fui, em Por-tugal, o único homem de letras, que trans-creveu e saudou a reforma ortográfica da Academia Brasileira.

Quando dela tive noticia, interrompi até uma série de estudos num diário lisboense, para comemorar solenemente a noticia e considerar aquele dia como dia de gala... internacional.

Mais ainda: transcrevi integralmente a reforma no diário de que sou um dos redactores, acompanhando-a de calorosos cumprimentos e formulando algumas restricções ou reservas que, mais de espaço, me têm occupado na imprensa brasileira.

Sou, pois, um amigo da reforma, amigo porém que a deseja mais perfeita, e menos complexa, visto que a simplificação mais exequível não tem urgência de abranger todos os pontos a que a reforma se estendeu.

Discutível embora a vários respeito, a reforma ortográfica, pela supressão das consoantes geminadas, do *w*, do *k* e do *y*, e pela racional substituição dos exóticos grupos *ph*, *th*, *rh*, *ch* ($=k$), representa um melhoramento de enorme alcance na grafia portuguesa.

O respectivo vocabulário, prometido pela Academia Brasileira, facilitará a aceitação da parte aceitável da reforma; e, em Por-

tugal, mesmo, será dado á estampa, dentro de poucos dias ou semanas, um autorizado vocabulário da ortografia simplificada, elaborado pelo respeitável foneticista Gonçalves Viana, vocabulário que poderosamente contribuirá, àquém e além do Atlântico, para a difusão dos processos de legítima simplificação gráfica.

Esse vocabulário é precedido de uma larga introdução, com bastas referências á nova reforma brasileira, e que, ao que me dizem, será publicada separadamente, como trabalho de estudo e de propaganda.

Não farei ponto nas minhas prolixas, e talvez fastientas anotações, sem consignar a natural satisfação de vêr que o Govêrno Brasileiro determinou que, em exames, não se considerem erros as palavras escritas consoante a reforma académica. A ortografia não é das atribuições dos governos; mas cabe nelas o admitir, ou não, nas escolas officiaes, a ortografia preconizada pelos primeiros estabelecimentos scientificos ou literários.

Em Portugal, sucedeu, há poucos anos, exactamente o contrário: quando os filólo-

gos e as escolas começaram a aventurar, até em documentos officiaes, certas correções de escrita e uma ou outra simplificação, o Ministro do Reino, numa portaria célebre, de que elle não teve toda a responsabilidade, determinou que, em livros escolares e documentos officiaes, só se usasse a ortografia dos *Dicionários*.

Mas não explicou se devíamos seguir Bluteau, ou Moraes, ou Constâncio, ou Aulete, ou o famoso Padre Bacelar. Como cada dicionarista tem ortografia sua ou alheia...

Mas volto á minha: o Brasil não é Portugal.

*

Referi-me anteriormente ao *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*, que o respeitável foneticista Gonçalves Viana vai publicar, e que é o complemento, vivamente desejado e solicitado, da conhecida e apreciada obra do mesmo autor, *Ortografia Nacional*.

Embora, dentro de poucas semanas, Portugal e o Brasil possam tomar conheci-

mento daquele *Vocabulário*, parece-me oportuno registrar que o prefácio da obra consigna afirmações, que inteiramente concordam com alguns leves reparos, sugeridos pela reforma ortográfica da Academia Brasileira ao signatario destas linhas.

Apraz-me registrar o facto, por ver ao meu lado, neste e ainda noutros pontos, a maior autoridade contemporânea em questão de filologia portuguesa.

Também Gonçalvez Viana se congratula pela reforma brasileira, — «a qual, — diz êle, — coincide nas suas simplificações absolutamente quase com as que defendi na *Ortografia Nacional*; dissentindo, porém, do meu plano a douta corporação em alguns pontos, divergencia em que não posso em consciência acompanhá-la, pois a aceitação da sua doutrina ficaria em contradição com a essência do método que me guiou, isto é, a história da língua scientificamente estudada. A minha cedencia em taes pontos aluiria, na realidade, pelos alcances uma importante parte construtiva do plano, resumida nos três preceitos que, a pág. 287 da *Ortografia Nacional*, ficaram

expostos, e são os seguintes, que reproduzo aqui literalmente:

«I—Tudo o que se diferencia na fala tem de ser diferenciado na escrita.

«II—Todas as pronúncias legítimas devem ser representadas na escrita comum, para que a língua escrita seja uma só.

«III—Todos os artifícios etimológicos inúteis, ou que se não expliquem pela evolução da língua falada, serão desterrados da escrita portuguesa, como contrários á sua expressão gráfica».

«Ora, várias alterações admitidas pela Academia Brasileira, entre elas a substituição de *s* a *ç* inicial, e a de *z* a *s* intervocalico, contradizem o II preceito; a falta de acentuação escrita desatende o primeiro, essencialíssimo».

«Não convém pois generalizar-se a Portugal a reforma brasileira, quando contradiga, como dêste modo contradirá, factos glóticos próprios do reino, e que pertencem á história da língua portuguesa, nele desenvolvida; e nenhuma das considerações que na imprensa da grande e próspera República tem aparecido, com o intento de co-

locar o português de Portugal na dependência do português do Brasil, é plausível ou aceitável, mesmo no ponto de vista filológico, único que deve ser tido em consideração para o caso sujeito. Não o é, pelos mesmos motivos pelos quais nem o inglês dos Estados Unidos do Norte da América, nem o castelhano das várias nações de origem espanhola, estabelecidas em todo o Continente Americano, podem servir de pauta nem dar as leis ao inglês ou ao castelhano da Europa. Sobre tão infundadas pretensões é conveniente que se tenha em atenção o que a tal respeito lucidamente expuseram Guilherme Dwight Whitney e Jorge Perkins Marsh com relação ao inglês, e Rufino José Cuervo acerca do castelhano, apesar de serem todos três das primeiras autoridades nesses idiomas e todos três americanos.

.....
.....
..... O que vale, porém, para a aceitação da reforma, é que em minudências apenas a ortografia brasileira aprovada pela Academia diverge do plano que expus

*

e defendi, e agora exemplifico pelo *Vocabulário*. Faço eu distinções que a reforma brasileira entende dispensáveis e não admite, e que em resumo não são muito mais importantes do que certas feições ortográficas adoptadas nos Estados-Unidos ou no Chile, e que a Inglaterra e a Espanha rejeitam. O aspecto da língua escrita em pouco ficará diferindo, se, em vez de *çarça*, *casa*, *entêrro*, se escrever lá *sarça*, *caza*, *enterro*; ou se a conjugação *se* no Brasil fôr, contra todos os antecedentes históricos da língua portuguesa, diferenciada do pronome reflexo *se*, adquirindo a escrita *si*, que está em absoluta contradição com a pronúncia de todo o Portugal, e só lá subsiste por artificio literário. E visto que apontei o facto mínimo da escrita de uma conjunção, acrescentarei que se, por exemplo, no Chile se tem generalizado a ortografia *i* da conjunção castelhana *y*, ninguém lá se lembra de escrever com *s* os vocábulos e formas que em Espanha se escrevem com *c* ou *z*; conquanto na América se não faça geralmente na pronúncia a distinção, que rigorosamente só no centro de

Espanha é vernácula, e no resto dela apenas prevalece, mais ou menos artificial e violentamente, entre gente culta, e mesmo entre esta se vai lentamente obliterando. Pelo contrário, todos os filólogos americanos insistem na distinção escrita, para que a língua literária se aparte o menos possível do castelhano rigoroso da Europa, que lhes serve constantemente de padrão e norma, como espelho de boa linguagem e modelo que se não pejam de confessadamente imitar.

«Devo dizer que, em relação às consequências que dimanam do III preceito, a Academia Brasileira está, na sua reforma, quase em absoluta conformidade com a *Ortografia Nacional*. Aboliu igualmente os grupos *ch*, *ph*, *rh*, *th*, que, como a *Ortografia Nacional*, substituiu por *c* ou *qu*, *f*, *r*, *t*, etc. Expunge as letras dobradas que não acusam diferença de pronúncia, proscreeve o *y* etimológico, mas defende, sem justificação, a sua conservação nos nomes próprios de origem tupi, o que é uma palpável contradição; porque, se é anacrónico reproduzir o *y* da ortografia latina, idioma que mais

ou menos se estuda e se conhece, é absurdo mantê-lo como feição convencional e artificial de um idioma analfabético, sem literatura e desconhecido da grandíssima maioria, senão quase totalidade, dos Brasileiros, e inteiramente ignorado fora da Republica».

Como das palavras transcritas resalta pleno acôrdo com aplausos e reparos, que me sugeriu a reforma ortográfica da Academia Brasileira, é legítima a satisfação, com que as registo, como chave de oiro das minhas despretenciosas anotações.

Lisbôa, 20-X-07.

INDICE

PRIMEIRA PARTE

História

SEGUNDA PARTE

Ensaio de critica

I — O projecto de reforma	63
II — O projecto e o meu Dicionário	79
III — Brasil	94
IV — Cá e lá	101
V — Afonso Costa	105
VI — Xavier Marques	129
VII — Dr. Silvio de Almeida	137
VIII — Dr. Carlos de Laet	163
IX — Corrigindo	178
X — Conclusão	189
